

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CANOINHAS / SC



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Canoinhas - SC**

Secretaria Municipal de Assistência Social

Município de Canoinhas - SC



Realização:

painel
Pesquisas e Consultoria

Canoinhas, agosto de 2018

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Gabinete do Prefeito

Edgar Moisés Gonçalves - Titular
Dario Gravi Gonçalves - Suplente

Assessoria Jurídica

Winston Beyersdorff Lucchiari - Titular
Amir Granemann - Suplente

SEMAS

Vilson do Nascimento - Titular
Rosélis Carvalho Tokarski – Suplente

SEMAFO

Karina de Cássia Kohler Wendt – Titular
Marilene Wittlich - Suplente

SME

Juceres Maria Wiese Roeder - Titular
Karina Viera Carvalho - Suplente

SMS

Luciane Soares Walter - Titular
Janice de Fatima Stempinhak– Suplente

SMP

Liliane Taís Grosskopf – Titular
Benedito Therézio de Carvalho – Suplente

OAB

Nataly Stefany Mathias – Titular
Cláudia Marise Preisler Seleme – Suplente

ACD

Tatiane Sorg Rosa – Titular
Mirian Terezinha Prado de Melo - Suplente

Associação Simões

André Paulo Simões Da Matta - Titular
Marco Aurélio Ferraz de Deus - Suplente

HSCC

Cristine Ribeiro Isphair Maziero - Titular
Clailson Trapp - Suplente

UNC

Maria Luiza Milani- Titular
Andrea Maria Crestani Bechel - Suplente

CIEE

Kátia Simone Bueno da Silva - Titular
Viviane Maria Oliva Brey - Suplente

APAE

Aldine Gomes Souza Szczerbowski – Titular
Vanessa Moriane Sena - Suplente

Painel Pesquisas e Consultoria

Coordenação geral

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista
CORECON nº 2.556-9

Coordenação da coleta e padronização dos dados

Maria Helena Provenzano – Administradora CRA/SC nº
27913

Equipe Técnica

Fabiana Caetano – Administradora CRA/SC nº 28080 e
Bacharel em Direito

Marcelo Nunes Paolillo – Sistemas de Informação

Valmir Poli – Assistente Social CRESS nº 2518

Apoio Administrativo

Diana Maria Garbin

Heloisa Moraes

Revisão Ortográfica

Fabiana Caetano

Capa

Rodolfo Uber Januário

Identidade Visual

Núcleo Criativo Painel

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor
Cinematográfico (DRT n. 11048/48)

Fotografia

Maria de Fátima Neizer dos Santos

--	--

EPÍGRAFE

Este Diagnóstico é dedicado a todas as crianças e adolescentes residentes em Canoinhas - SC

O Direito das Crianças

Toda criança no mundo, deve ser bem protegida

Contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida.

Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar

Ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar.

Não é questão de querer, nem questão de concordar

Os direitos das crianças, todos têm de respeitar.

Tem direito à atenção, direito de não ter medos

Direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos.

Mas criança também tem, o direito de sorrir.

Correr na beira do mar, ter lápis de colorir...

Ver uma estrela cadente, filme que tenha robô,

Ganhar um lindo presente, ouvir histórias do avô.

Descer do escorregador, fazer bolha de sabão,

Sorvete, se faz calor, brincar de adivinhação.

Morango com chantilly, ver mágico de cartola,

O canto do bem-te-vi, bola, bola, bola, bola!

Lamber fundo da panela, ser tratada com afeição

Ser alegre e tagarela, poder também dizer não!

Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar,

Amarelinha, petecas, e uma corda de pular.

Ruth Rocha¹

¹Defensora dos direitos das crianças, tem mais de cinquenta anos dedicados à literatura, mais duzentos títulos publicados e já foi traduzida para vinte e cinco idiomas. Em Os Direitos das Crianças Segundo Ruth Rocha ela escreve que o objetivo deste trabalho é “*chamar a atenção para o fato de que a infância é um tempo muito curto, mas que é o período em que se constrói o direito à felicidade*”. Disponível em <http://www.ruthrocha.com.br/biografia>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CECAD	Consulta Extração Seleção de Informações do CADÚNICO
CENAIC	Centro Nacional Integrado de Cursos
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MSE	Medidas Socioeducativas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento especializado às Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PC	Polícia Civil
PcD	Pessoa com Deficiência
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RDJ	Razão Dependência Jovem
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
SERI	Serviço Especializado de Reabilitação de Itai
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIH	Sistema de Informações Hospitalares
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SIPIA	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

PARTE I 10

1.	INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO	10
1.1	APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	12
2.	NOTAS METODOLÓGICAS	16
2.1	DIVISÃO TERRITORIAL	16
2.1.1	CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DO MAPA DAS REGIÕES GEOGRÁFICAS DE CANOINHAS.....	17
2.1	PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS	19
2.2	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	19
2.3	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	19
PARTE II		20
3.	INTRODUÇÃO AOS DIREITOS DO ECA	20
4.	MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO	22
PARTE III		27
5.	INDICADORES DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO	27
5.1	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)	27
5.2	RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE NO MUNICÍPIO.....	28
5.3	POPULAÇÃO, CRESCIMENTO E DENSIDADE DOMICILIAR	29
5.4	TOTAL DE HABITANTES DO MUNICÍPIO POR SEXO	30
5.5	TOTAL DE HABITANTES DO MUNICÍPIO POR ZONA RURAL OU URBANA	31
5.6	POPULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO	32
5.7	POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DE 0 A 5 ANOS, DE 6 A 11 ANOS E DE 12 A 17 ANOS.....	33
5.8	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA JOVEM – RDJ ²	34
5.9	RENDA PER CAPITA DOMICILIAR DE 1/8 ATÉ 1/4 DE SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)	35
6.	INDICADORES DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	36
6.1	PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DO PAIF	37
6.2	PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DO SCFV	38
6.3	PERCENTUAL DE USUÁRIOS DO SCFV EM SITUAÇÃO PRIORITÁRIA.....	39
6.4	TAXA DE ACOMPANHAMENTO DO PAEFI	40

6.5	TAXA DE ACOLHIDOS	42
6.6	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	43
6.7	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA FAMILIAR	44
6.8	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS DO EIXO DE DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	45
7.	INDICADORES DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE	46
7.1	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E DIGNIDADE.....	47
7.2	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.....	48
7.3	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA FÍSICA.....	49
7.4	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	50
7.5	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE ATO INFRACIONAL	51
7.6	PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA DELEGACIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	52
7.7	TAXA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	53
7.8	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE HOMICÍDIOS	54
7.9	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS NO EIXO DE DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE	54
8.	INDICADORES DO DIREITO À VIDA E SAÚDE	56
8.1	TAXA DE NATALIDADE	58
8.2	PERCENTUAL DE BAIXO PESO AO NASCER	59
8.3	TAXA DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	60
8.4	PERCENTUAL DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA (OMS).....	61
8.5	AGRAVOS REGISTRADOS NO SINAN DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 0 A 17 ANOS	63
8.6	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	64
8.7	TAXA DE VIOLAÇÃO DE DIREITO A VIDA E SAÚDE.....	65
8.8	PERCENTUAL DE PESSOAS NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 17 ANOS COM PELO MENOS UMA DEFICIÊNCIA	67
8.9	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS NO EIXO DE DIREITO À VIDA E SAÚDE.....	68
9.	INDICADORES DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.....	69
9.1	CRIANÇAS DE 0 E 3 ANOS QUE FREQUENTAM A CRECHE	70
9.2	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA	71

9.3	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 E 14 ANOS QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA.....	72
9.4	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA	73
9.5	CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 10 A 17 ANOS ANALFABETOS	74
9.6	TAXA DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLAÇÃO DE DIREITO A EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	75
9.7	TAXA DE REPROVAÇÃO E ABANDONO POR TIPO DE DEPENDÊNCIA	76
9.8	REGISTROS DE INFREQUÊNCIA ESCOLAR PELO APOIA	78
9.9	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS DO EIXO DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER:	79
10.	INDICADORES DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO	80
10.1	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL.....	81
10.2	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS DO EIXO DE DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO:.....	82
	PARTE IV.....	83
11.	PESQUISA DE PERCEPÇÃO	83
11.1	RODAS DE CONVERSA COM ADOLESCENTES DA ÁREA URBANA E RURAL.....	84
11.2	RODAS DE CONVERSA COM PAIS E RESPONSÁVEIS	98
11.3	RODAS DE CONVERSA COM A REDE DE ATENDIMENTO PÚBLICA	109
11.4	ENCERRAMENTO DAS PESQUISAS DE PERCEPÇÕES	117
11.4.1	EIXO DE DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	117
11.4.2	EIXO DE DIREITO À VIDA E SAÚDE	119
11.4.3	EIXO DE DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E A DIGNIDADE.....	119
11.4.4	EIXO DE DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	120
11.4.5	EIXO DE DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO AO TRABALHO	121
	PARTE V.....	123
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
13.	REFERÊNCIAS.....	125

PARTE I

1. INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico da Realidade Social da Infância e adolescência no município de Canoinhas/SC é realizado pela primeira vez, e tem como principal objetivo subsidiar o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA e as instâncias governamentais e não governamentais, na formulação e execução de políticas públicas, além de aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade das comunidades onde as crianças e os adolescentes estão inseridas, oferecendo um panorama dos indicadores sociais referentes aos direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para que dessa forma seja possível verificar quais são as ações necessárias no Município para o atendimento pleno da política da criança e do adolescente.

Todo o levantamento feito no Município, realizado a partir da coleta de dados, para mensurar e construir os indicadores sociais, baseou-se nos cinco eixos de direitos regulamentados no ECA:



Nesta perspectiva, vale ressaltar o conceito de indicador social, que segundo Jannuzzi (2004, p. 15), pode ser definido como:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Na concepção de Soligo (2012), o crescimento da visibilidade de inúmeras questões sociais - como distribuição de renda, miséria, mortalidade infantil, criminalidade, qualidade da educação,

violação de direitos entre outras -reforçam a importância e a necessidade de os dados estatísticos fazerem parte do monitoramento, planejamento como subsídio para as ações governamentais e da sociedade civil, o que justifica a necessidade da produção das informações pertinentes neste estudo, como forma também de acompanhar as mudanças da realidade social da população.

Portanto, o diagnóstico social em referência, considerou para a elaboração dos indicadores sociais, de acordo com os eixos fundamentais do ECA, já mencionados anteriormente, as seguintes pesquisas:

- ✓ A “Pesquisa Documental” através de dados disponibilizados por instituições como as Secretarias Municipais, Conselho Tutelar, Instituições não governamentais, dados secundários como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). São informações públicas sobre o contexto socioeconômico das crianças e dos adolescentes e sobre violações de seus direitos estabelecidos pelo ECA, agrupadas conforme divisão geográfica que será apresentada adiante;
- ✓ Pesquisas qualitativas com adolescentes, responsáveis e com atores sociais do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente (SGDCA) do município, com o objetivo de levantar as principais demandas, potencialidades e fragilidades no município com relação aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Sabe-se que nem todas as ocorrências relacionadas às violações de direitos são registradas oficialmente, por isso é importante conhecer a percepção dos técnicos do SGDCA e daqueles que atuam diretamente na ponta do serviço e dos técnicos, de modo a abranger o universo de atendimento da rede.

O conhecimento dos dados de todas as pesquisas é fundamental para compressão do Diagnóstico Social, uma vez que a análise e as considerações são realizadas de forma integrativa e multidimensional. Assim, o planejamento e gerenciamento das políticas públicas voltados para o público infanto-juvenil deve compreender as múltiplas facetas e as perspectivas abarcadas por todos os eixos de direitos, incluídas as socioeconômicas, culturais, esportivas, educacionais, profissionais, ambientais, de saúde assentadas sobre a natureza integral, sistêmica e individual do ser humano.

1.1 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

Esparsos tropeiros gaúchos e paulistas, além de razoável número de ervateiros paranaenses, habitavam o interior de Canoinhas quando em 1888, egresso de São Bento do Sul (SC), o agricultor Francisco de Paula Pereira instalou-se a beira do Canoinhas, perto da foz do rio Água Verde. Ele é considerado o fundador do povoado de Canoinhas, que logo em seguida passou a ser conhecido como Santa Cruz de Canoinhas. Entre os primeiros colonizadores também estão José Thomaz de Mattos, a família Marcondes, Dionísia de Jesus Cordeiro, Elias Rodrigues Vaz, Eustachio Affonso Moreira, João Wordell Filho, Antônio Pereira de Camargo, Joaquim Branco de Camargo e muitos outros.

Foi na condição de Santa Cruz de Canoinhas que em 1902 o lugar foi elevado a distrito judiciário de Curitibaanos, embora se encontrasse em área contestada pelo Paraná e Santa Catarina, que disputavam a posse do território. A erva-mate e depois a madeira eram sustentáculos da incipiente economia local. Os interesses pelo domínio do território levaram o governo catarinense à criação do município de Santa Cruz de Canoinhas, o que ocorreu em 12 de setembro de 1911, através da lei 907.

Figura 1. Vista geral de Canoinhas, década de 30



Fonte: Santos, Maria de Fátima Neizer. Disponível em: < www.canoinhasimagensblogspot.com.br >

Entre 1912 e 1916, gerada por fatores sociais, políticos, econômicos e messiânicos, eclodiu na região a Guerra do Contestado. O município de Canoinhas foi envolvido no conflito, principalmente em 1914 e 1915, quando várias vezes a vila e povoados do interior foram atacados pelos revoltosos.

Depois desse período bélico Canoinhas alcançou uma fase de grande desenvolvimento, quando o Município teve sua economia reativada pelo extrativismo vegetal da erva-mate e da madeira. Esse ciclo durou até meados de 1930, quando a economia ervateira entrou em franca decadência.

Antes, ainda em 1923, em pleno período áureo de sua economia, o nome de Santa Cruz de Canoinhas foi alterado para Ouro Verde, numa alusão à principal riqueza do município. Porém, divergências políticas e religiosas locais determinaram que em 1930 esse nome fosse substituído e o município passou à denominação de Canoinhas, como era conhecido anteriormente.

Por relações históricas Canoinhas sempre teve íntima ligação com o Paraná e dele origina a maioria da colonização do município, desde as primeiras incursões ao território desconhecido. Nessa época é que afluíram caboclos paulistas, descendentes de portugueses e espanhóis. Foi apenas ao final do século XIX e no início do século XX que vieram imigrantes europeus, sobretudo poloneses, ucranianos e alemães, geralmente migrados do Paraná. Os primeiros anos do século XX também marcaram a chegada de sírio-libaneses e alguns italianos. Essas correntes migratórias é que colonizaram Canoinhas, dando-lhe feições de multiplicidade étnica. (Tokarski, Fernando. 2018. PMC)

Figura 2. Localização de Canoinhas no estado de Santa Catarina

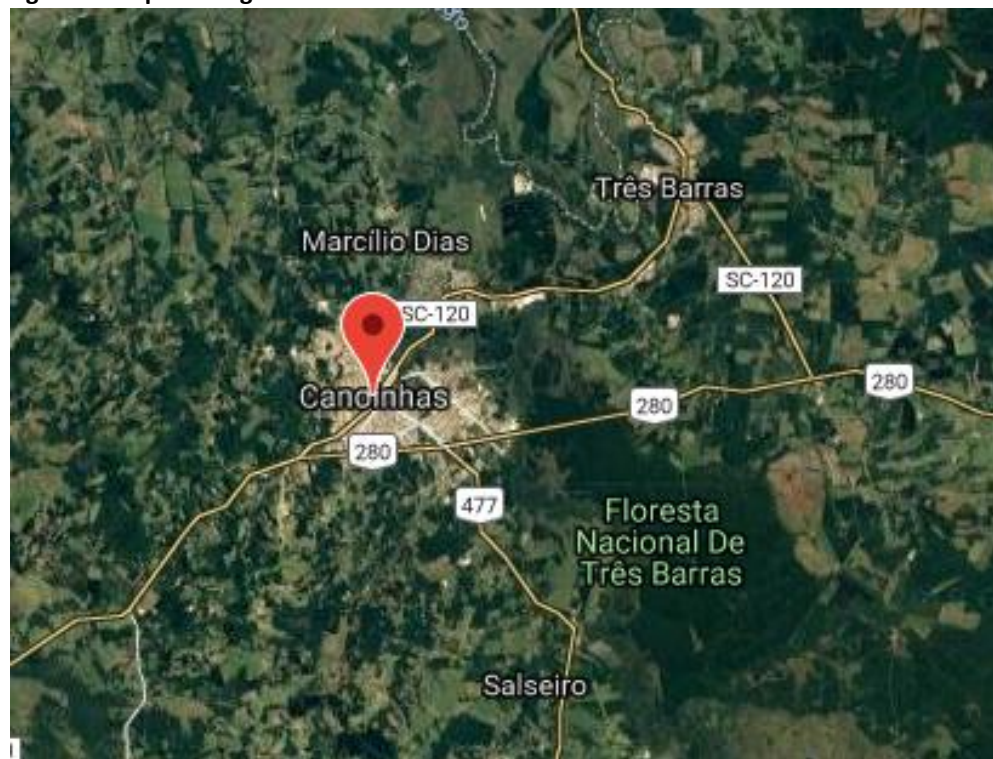


Fonte: Abre, Raphael Lorenzeto de.

Canoinhas (SC) está situado no vale do Canoinhas a uma latitude de 26°10'38"S, longitude de 50°23'24"W de Greenwich e altitude de 765 metros acima do nível do mar, predominando temperatura média de 17°C. O clima do município, segundo Köppen, classifica-se como mesotérmico úmido, sem estação seca, com verões frescos e geadas frequentes em junho, julho e agosto. Ocorre uma média de 17,4 geadas ao ano; a precipitação pluviométrica média é de 1.473,3 mm. anuais.

Conforme Maack (1950), a região onde o município de Canoinhas está inserido tem sua cobertura vegetal classificada como floresta ombrófila mista, isto é, floresta com araucária ou pinheiro brasileiro. Há ainda porções de floresta ombrófila mista aluvial nas planícies adjacentes aos rios, floresta ombrófila mista montana na faixa entre 500 e 1.000m e floresta ombrófila mista altomontana em altitudes acima de 1000m. Nos sub-bosques predomina a erva-mate, historicamente responsável por uma das maiores riquezas econômicas de Canoinhas. Seu relevo de planalto com superfícies planas a onduladas e montanhosas com denudação periférica muito favorece a agricultura. O solo apresenta média e boa fertilidade em relevos praticamente planos margeando rios ou locais de depressão. A textura é argilosa. Este solo apresenta viabilidade no manejo com restrições em determinadas áreas.

Figura 3. Mapa da Região de Canoinhas



Fonte: Google Earth

Quanto à hidrografia, o município de Canoinhas é banhado pelas bacias dos rios Iguaçu e Negro. Destes, os principais afluentes são o Paciência e o Canoinhas. O rio Tamanduá situa-se nos limites com Timbó Grande. Há também tributários menores como o do Alemão, Água Verde, dos Pardos, dos Poços, Fortuna, Preto, Timbozinho, da Areia, Santo Antônio e Arroio Grande. (PMC, 2018).

No capítulo V serão apresentados os indicadores sociais que retratam o perfil socioeconômico do Município.

Quadro 1: Imagens da cidade



Fonte: Santos, Maria de Fátima Neizer. Disponível em: < www.canoinhasimagensblogspot.com.br >

2. NOTAS METODOLÓGICAS

A seguir, em tópicos serão apresentadas as notas metodológicas deste projeto, contemplando no mapeamento da rede apenas as instituições e dados referentes ao ano de 2017.

2.1 DIVISÃO TERRITORIAL

Muitas das análises produzidas neste diagnóstico terão as informações apresentadas por Regiões do município, conforme divisão decidida com a comissão de acompanhamento do diagnóstico. Observa-se que os setores censitários foram definidos com base na situação do município em 2010, portanto a descontinuidade na Região 3 está possivelmente vinculada ao crescimento do município desde então.

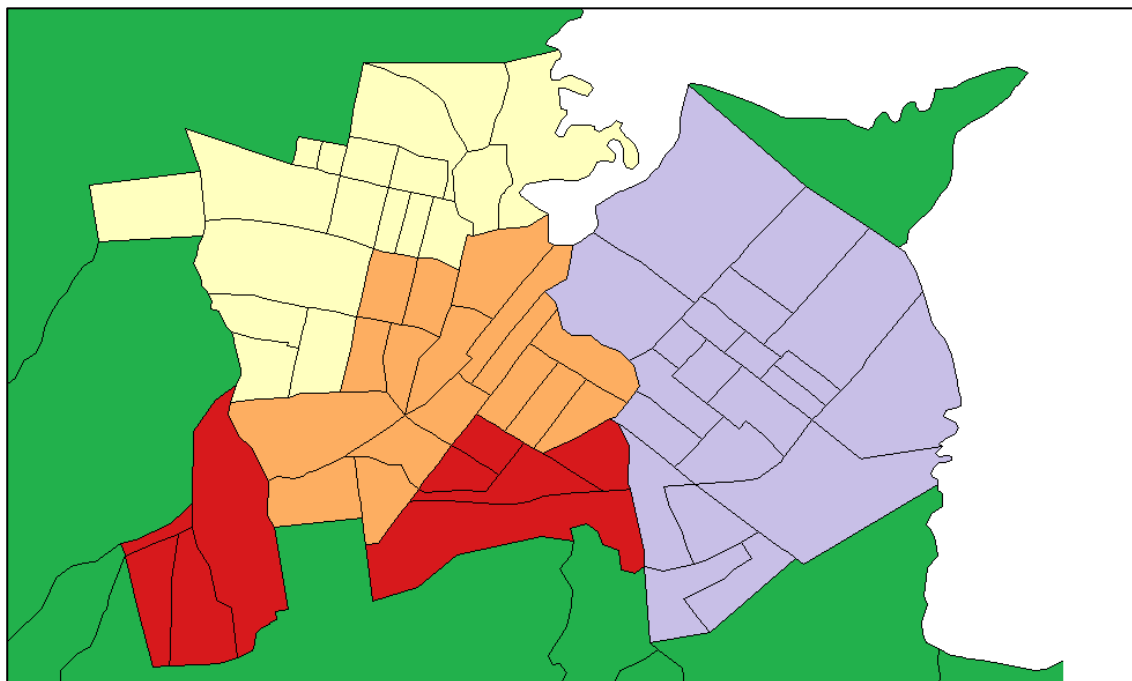
Quadro 2: Divisão Territorial

Legenda	Região Geográfica	Localidades	Setor IBGE
	Região 1	Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II;	420380812000001 - 420380812000026.
	Região 2	Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca;	420380805000018 - 420380805000030; 420380805000035 - 420380805000039; 420380805000052;
	Região 3	Boa Vista, Piedade;	420380805000013; 420380805000014; 420380805000025; 420380805000031 - 420380805000033; 420380805000040; 420380805000041; 420380805000051;
	Região 4	Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin;	420380805000001 - 420380805000012; 420380805000015 - 420380805000017; 420380805000034; 420380805000050
	Região 5	Zona Rural (demais setores)	420380805000042 - 420380805000049; 420380812000020 - 420380812000027; 420380815000001 - 420380815000005; 420380820000001 - 420380820000004; 420380825000001 - 420380825000002; 420380830000001 - 420380830000009; 420380830000047

Fonte: Canoinhas, 2018; IBGE Censo Demográfico, 2010.

Mapa 1: Divisão territorial do município

Figura 4: Área Urbana



2.1.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DO MAPA DAS REGIÕES GEOGRÁFICAS DE CANOINHAS

As regiões geográficas aqui apresentadas foram sugeridas e validadas pela Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente do Município, e desenvolvida pela Paineira Pesquisas e Consultoria. Na definição do território foram consideradas regiões homogêneas entre si e área contínuas, para que os resultados deste estudo pudessem retratar de maneira mais fidedigna as realidades locais.

O mapa acima foi gerado por meio da base do “Sistema de Informações Georreferenciadas EstatCart do IBGE, do Censo Demográfico 2010”, em conformidade com os limites de setores censitários em respeito as divisões político administrativas de bairros, área urbana, rural e distritos existentes no município.

A Região 3 formada pelos bairros Boa Vista e Piedade, na origem de seus setores é uma área descontínua, porém foi pactuado com a comissão a união do território entre as duas partes tendo em vista a não alteração dos dados de estudo por não existir moradores na área incorporada ao desenho.

Figura 5: Região 3 - área descontínua.

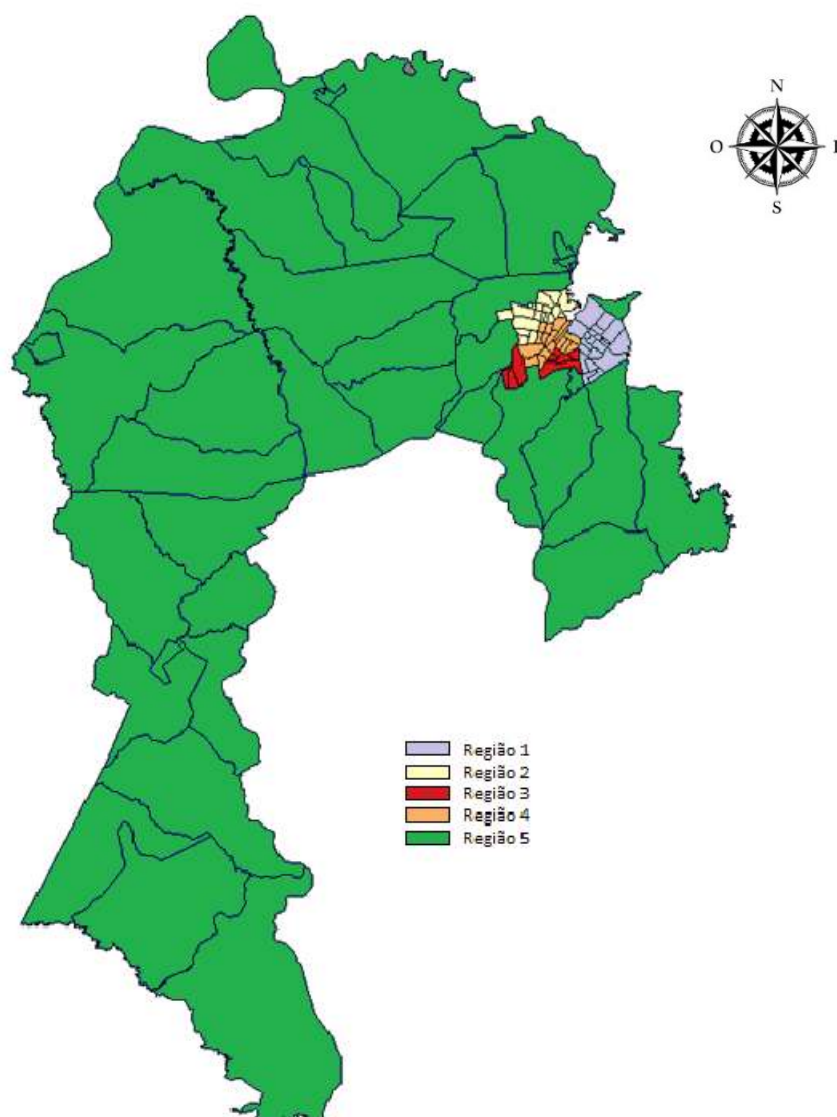


Figura 6: Região 3 - área contínua.



Figura 7:

Área rural e urbana – mapa do município de Canoinhas



2.1 PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS

Este presente diagnóstico contempla dados referentes aos registros ocorridos no período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, em toda a rede de atendimento à criança e ao adolescente do município.

2.2 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para tratamento dos dados utilizou-se:

- ✓ Análises descritivas (tabelas, gráficos e infográficos);
- ✓ As análises estatísticas apresentadas neste relatório têm como denominador no cálculo dos indicadores populações residentes sobre cem ou mil habitantes. Os resultados correspondem aos fatos sobre a população residente na referida região, o que significa dizer que o indicador poderá ter um percentual ou taxa maior quando a população residente é menor, em relação às outras que apresentam maior número de fatos e maior população residente.

2.3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O relatório está organizado em 4 partes, sendo que:

- A. A Parte I corresponde a apresentação do diagnóstico e as notas metodológicas.
- B. A Parte II trata-se da apresentação dos Direitos Fundamentais do ECA e o mapeamento da Rede de Atendimento do município.
- C. A Parte III apresentam-se os indicadores:
 - ✓ Indicadores do perfil do município;
 - ✓ Indicadores referentes aos direitos do ECA
 - ✓ Outras análises estatísticas complementares das instituições pertencentes a Rede de Atendimento do Município;
- D. A Parte IV corresponde as pesquisas qualitativas realizadas com os grupos de adolescentes nas áreas rural e urbana, com os responsáveis por crianças e adolescentes e com atores sociais do SGDCA do município de Canoinhas.
- E. A Parte V corresponde as Considerações Finais do Diagnóstico

PARTE II

3. INTRODUÇÃO AOS DIREITOS DO ECA

A partir da década de 80, parte dos movimentos sociais brasileiros colocaram em pauta o tema da infância e da adolescência, defendendo a ampliação de direitos fundamentais, assim como a instituição de um novo modelo de atenção e proteção às crianças e adolescentes, em oposição ao que vigia até então. Esse segmento organizou um grupo de trabalho para atuar na Assembleia Constituinte, cujo resultado está estampado no Artigo 227, que incorpora os avanços da normativa internacional para a população infanto-juvenil, através da introdução de aspectos próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas na Constituição Federal Brasileira. Este artigo garante expressamente às crianças e adolescentes os direitos fundamentais de sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral, além de protegê-los de forma especial, ou seja, através de dispositivos legais diferenciados, contra negligência, maus tratos, violência, exploração, crueldade e opressão.

Este artigo lançou as bases para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais conhecido como ECA, diploma legal instituído através da Lei Federal n.º 8.069 e escrito por várias mãos, com intuito de externar os anseios e a perspectiva de grande parte da sociedade, sobretudo o das próprias crianças e adolescentes. O Estatuto adotou a denominada Doutrina da Proteção Integral, cujo pressuposto básico é o de que as crianças e os adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, e por isso sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral.

O artigo 3º do ECA expressa de forma transparente o novo paradigma instituído:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Para dar efetividade ao que está disposto no Estatuto faz-se necessária a implantação de uma política de proteção integral com a atuação de forma articulada dos diversos atores que compõe o Sistema de Garantia de Direitos, função não mais exclusiva do Estado, mas de toda a sociedade. De forma articulada e sincrônica, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente estrutura-se em três grandes eixos estratégicos de atuação: Defesa, Promoção e Controle. Através dessa divisão é possível entender quais os pressupostos de atuação de cada ator envolvido, para que

todos possam assumir suas responsabilidades e competências, assim como zelar pelo funcionamento do sistema. Os Conselhos de Direitos, por atuarem no eixo estratégico do Controle Social, têm a incumbência de planejar suas ações, através do compromisso da elaboração de um diagnóstico da situação da infância, do plano de ação do Conselho e do plano de aplicação dos recursos.

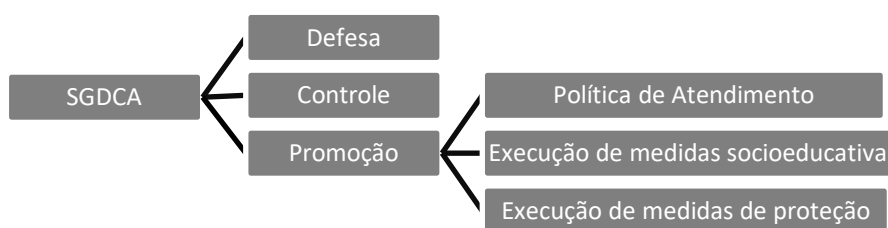
Uma das diretrizes da política de atendimento apregoada no ECA, determina que a formulação de políticas para a infância e a juventude deve vir de um grupo formado paritariamente por membros representantes de organizações da sociedade civil e membros representantes das instituições governamentais. Essa organização e constituição dos Conselhos contribui para que a Política de proteção integral que garante o respeito a todos os direitos de que são portadoras as crianças e adolescentes seja efetivada. Os eixos de direitos, apesar de serem didaticamente divididos no ECA, são direitos indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, ou seja, a violação de um dos direitos implica na violação de todos os outros, não havendo uma hierarquia entre eles. Todos são igualmente importantes e devem ser respeitados e garantidos.

4. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO

O levantamento do presente diagnóstico buscou mapear o conjunto de instituições, órgãos e entidades do município, tendo como norte a Resolução 113/2006 do CONANDA acerca do Sistema de Garantia dos Direitos da Crianças e do Adolescente – SGDCA, uma vez que, os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram esse Sistema, deverão exercer suas funções em rede, a partir de três eixos estratégicos (Defesa, Controle e Promoção) de ação para contribuir com a efetivação dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, sendo cada um deles descrito abaixo:

- ✓ Defesa: os órgãos públicos judiciais; ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social;
- ✓ Promoção: serviços e programas de políticas públicas vinculados aos direitos humanos de crianças e adolescentes por meio de 3 frentes de atuação: as voltadas para a políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento; as de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e as de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.
- ✓ Controle: realizado por meio de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: conselhos dos direitos da criança e do adolescente; conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso, de forma geral, o controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas. Este controle, requisito básico para o funcionamento da democracia, se efetiva não apenas nas instâncias obrigatórias previstas em lei, mas nos conselhos locais ligados diretamente aos equipamentos e serviços públicos, nas diferentes políticas, especialmente na área da educação, com as associações de pais, e da saúde, por meio dos conselhos locais vinculados às Unidades de Saúde, além de fóruns e movimentos sociais.

Quadro 3: Classificação da Rede de Atendimento segundo os Eixos do SGDCA



Do total de 87 equipamentos, 78,6% referem-se aos classificados como política de atendimento, em que as unidades educacionais representam a maioria deles seguido das unidades de saúde, com 51,6% e 16,1%, respectivamente.

Tabela 1. Mapeamento da rede de atendimento do Município

Equipamento	Total	(%) do total
Controle	9	8,6%
<i>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Canoinhas</i>	1	11,1%
<i>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Canoinhas</i>	1	11,1%
<i>Conselho Municipal dos Direitos da Mulher</i>	1	11,1%
<i>Conselho Municipal Antidrogas de Canoinhas</i>	1	11,1%
<i>Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Canoinhas</i>	1	11,1%
<i>Conselhos Municipais Escolares</i>	1	11,1%
<i>Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas</i>	1	11,1%
<i>Conselho Municipal de Educação de Canoinhas</i>	1	11,1%
<i>Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas</i>	1	11,1%
Defesa	4	3,8%
<i>Conselho Tutelar</i>	1	20,0%
<i>Delegacia de Polícia Civil</i>	1	20,0%
<i>Promotoria de Justiça</i>	1	20,0%
<i>Vara da Infância e Juventude</i>	1	20,0%
Promoção	92	87,6%
Execução de Medida Socioeducativa e Política de atendimento	1	1,1%
<i>CREAS</i>	1	100,0%
Medida de proteção	1	1,1%
<i>Unidade de Acolhimento</i>	1	100,0%
Política de atendimento	90	97,8%
<i>Unidade Educacional</i>	53	58,9%
<i>*Unidade de Saúde</i>	26	28,9%
<i>CRAS</i>	3	3,3%
<i>CAPS</i>	1	1,1%
<i>Fundação Cultural</i>	1	1,1%
<i>Fundação de Esporte e Lazer</i>	1	1,1%
<i>Hospital</i>	1	1,1%
<i>Posto SINE</i>	1	1,1%
<i>Secretaria Municipal de Educação</i>	1	1,1%
<i>Secretaria Municipal de Saúde</i>	1	1,1%
<i>Secretaria Municipal de Assistência Social</i>	1	1,1%
Total de órgãos, entidades e instituições	105	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2016.

Descrição por eixo das instituições, órgãos e entidades que compõem a rede de atendimento do Município dentro de cada eixo:

✓ **No Eixo de Controle:**

No Eixo de Controle encontram-se os Conselhos Municipais de Direito e os Conselhos Municipais Gestores de Políticas Públicas. Foram considerados os Conselhos que, de alguma forma, têm correlação com o público em estudo.

A seguir, segue as definições dos equipamentos citados neste eixo:

- ✓ **Conselhos Gestores de Políticas Públicas:** pode-se dizer que os conselhos municipais gestores de políticas públicas, referem-se aos canais institucionais, plurais, permanentes, autônomos, formados por representantes da sociedade civil e poder público, cuja atribuição é a de propor diretrizes das políticas públicas, fiscalizá-las, controlá-las e deliberar sobre elas, sendo órgãos de gestão pública vinculados à estrutura do Poder Executivo, ao qual cabe garantir a sua permanência. (NAHRA, 2007). Em Canoinhas, foram mapeados 6 conselhos gestores de políticas públicas.
- ✓ **Conselhos Municipais de Direitos:** se caracterizam como órgãos colegiados, permanentes, orientados pelo princípio da paridade, garantindo a representação de diferentes segmentos sociais, tendo por incumbência formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas nas esferas: federal, estadual e municipal. Constituem-se, portanto, espaços institucionais fundamentais para a construção democrática das políticas públicas e exercício da participação e legitimidade social. (SEJU). Os conselhos são paritários e permitem que a sociedade civil participe ativamente das decisões de interesse social.
Portanto, foram considerados no mapeamento, 3 conselhos municipais de direito para o estudo em questão.

- **No Eixo de Defesa:**

Contemplam os órgãos públicos judiciais; Ministério Público, Conselhos Tutelares e Entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social, conforme conceitos a seguir:

- ✓ **Conselho Tutelar (CT):** Trata-se de um órgão permanente e autônomo, eleito pela sociedade para zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Os conselheiros acompanham as crianças e adolescentes em situação de risco e decidem em conjunto sobre qual medida de proteção para cada caso. O exercício efetivo da função de conselheiro constitui serviço público relevante e quem o pratica deve ser pessoa idônea, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. (CNJ,2016).
- ✓ **Delegacia de Polícia Civil:** A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina é dirigida pelo Delegado Geral de Polícia e desenvolve os serviços públicos da sua competência, através das Delegacias de Polícia. As Delegacias de Polícia estão distribuídas pelo território estadual e são, nas suas circunscrições, o centro das investigações e dos demais atos de Polícia Judiciária, além de servirem como pontos de atendimento e proteção à população. (PC, s.d.)
- ✓ **Promotoria de Justiça da Infância e Juventude:** têm a atribuição precípua de “zelar pelos direitos de quem ainda não completou 18 anos, ou seja, quando a família, o Estado ou a sociedade ameaçam ou lesionam direitos de crianças e adolescentes, devendo o Promotor de Justiça da área da Infância e Juventude intervir, fazendo cessar a ameaça ou lesão”. (MPSC, 2016).
- ✓ **Varas da Infância e Juventude:** são órgãos jurisdicionais competentes para processar e julgar as ações fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos vinculados à criança e ao adolescente; seu funcionamento está disciplinado no Título IV – Juízos Especiais, Capítulo III – Juízos de Direito com Competência na Infância e Juventude, do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça nos artigos 388 a 412. (TJSC, 2013).

✓ **No Eixo de Promoção:**

Além das Secretarias Municipais da Educação, Saúde, e Assistência Social , em conjunto com a Fundação Cultural, e Fundação de Esporte e Lazer - que são instituições responsáveis por desenvolver políticas públicas e gerir as ações - o Município também conta com Unidades Educacionais, Unidades de Saúde, CAPS e Hospital. Além destas, fazem parte da rede de promoção:

- ✓ **CRAS:** são unidades públicas descentralizadas, responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica; desenvolvem a gestão da rede socioassistencial de proteção social básica do seu território (MDS, 2009, p. 11 *apud* MDS, 2011, p. 14); ofertam os serviços de PAIF e SCFV, ambos de caráter preventivo com o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários (MDS, 2015);
- ✓ **CREAS:** são unidades públicas que ofertam trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), os riscos sociais ou pessoais se expressam na iminência ou ocorrência de violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependência e pessoas com deficiência com agravos decorrentes de isolamento social, entre outros (MDS, 2015); e
- ✓ **Unidades de Acolhimento:** com diferentes funções e públicos, tendo sido consideradas para este Diagnóstico apenas as que, em 2017, atendiam exclusivamente crianças e adolescentes com rompimento temporário ou permanente de vínculos familiares, para fins de reintegração familiar. O acolhimento pode ser dividido em três modalidades: abrigo institucional, casa lar e Programa de Família Acolhedora. Há outras modalidades de acolhimento especializadas ou complementares que podem ser aplicadas à população de crianças e adolescentes, contudo, se diferenciam das anteriores, seja pela sua especificidade (casa de passagem); pelo contínuo convívio da família de origem (quando se acolhe a família ou parte dela, inclusive adultos); ou ainda pela busca da autonomia e não mais da reintegração familiar como foco principal, as quais não são contempladas neste Diagnóstico. (MDS,2018.). O Município conta com uma unidade de serviço de acolhimento institucional, a Casa Santa Clara.

PARTE III

5. INDICADORES DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Os indicadores do perfil têm por objetivo mostrar as principais características demográficas da população em geral, bem como de crianças e adolescentes residentes no município de Canoinhas. Os dados são referentes ao censo demográfico do IBGE e estimativas populacionais, por ser esta a fonte oficial de informações sociodemográficas e servir de comparativo na construção de séries históricas.

5.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano de Canoinhas, é de 0,757 no ano de 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O que mais contribuiu para o IDHM de 2010 é a longevidade (0,874), seguido da Renda (0,717) e de Educação (0,692).

Na comparação com os 5.565 municípios brasileiros, Canoinhas ocupa a 420ª posição segundo o IDHM. Os destaques no ranking do Brasil com o maior IDHM é São Caetano do Sul com IDHM de 0,862, e o menor é Melgaço no Pará com 0,418.

O quadro abaixo mostra o IDHM de Canoinhas nos anos de 1991 – 2000 e 2010 e a evolução das variáveis Educação, Longevidade e Renda.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,319	0,504	0,692
IDHM Longevidade	0,706	0,781	0,874
IDHM Renda	0,576	0,665	0,717
IDHM Canoinhas			0,757

Fonte: PNUD, Ipea e FJP – 2016.

IDHM 2010	
<i>Santa Catarina</i>	<i>0,774</i>
<i>Canoinhas</i>	<i>0,757</i>

Fonte: PNUD, Ipea e FJP – 2016.

5.2 RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE NO MUNICÍPIO

Um indicador importante a ser considerado neste diagnóstico é evolução no período de 1991 a 2010 das variáveis: renda, pobreza e desigualdade medida pelo índice de Gini², segundo dados publicados no Atlas Brasil:

A renda per capita média de Canoinhas cresceu 139,66% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 289,10, em 1991, para R\$ 500,86, em 2000, e para R\$ 692,87, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,71%. A taxa média anual de crescimento foi de 6,30%, entre 1991 e 2000, e 3,30%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (preços de agosto de 2010), passou de 44,31%, em 1991, para 26,00%, em 2000, e para 8,63%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini¹, que passou de 0,55, em 1991, para 0,60, em 2000, e para 0,49, em 2010. (Atlas de desenvolvimento Humano no Brasil, 2016 – setembro, 2018).

Variáveis	1991	2000	2010
Renda per capita ³	289,10	500,86	692,87
% de extremamente pobres ⁴	14,51	8,09	2,43
% de pobres ⁵	44,31	26,00	8,63
Índice de Gini	0,55	0,60	0,49

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

² Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 (zero) representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1(um) significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar

³ Renda per capita = renda entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

⁴ % de extremamente pobres: Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 em 01/agosto de 2010.

⁵ % de extremamente pobres: Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 em 01/agosto de 2010.

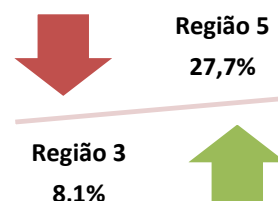
5.3 POPULAÇÃO, CRESCIMENTO E DENSIDADE DOMICILIAR

Definição do indicador: total de habitantes no município no ano do Censo Demográfico do IBGE e densidade domiciliar por região geográfica.

Em 2010 o Município tinha 52.765 habitantes e densidade por domicílio de 3,3 moradores. Teve um crescimento de 4,7% segundo as estimativas do IBGE para o ano de 2017, chegando a 54.403 habitantes. A Região 5, que compreende a região rural, apresenta a maior população, 14.606 habitantes (27,7%). A estimativa de crescimento populacional de Canoinhas foi menor se comparado com o Brasil e Santa Catarina, que apresentam 8,9% e 12% respectivamente.

Região Geográfica	População Geral		Domicílios	
	Total	(%)	Total	Densidade
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	12.994	24,6%	3.841	3,4
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	11.160	21,2%	3.312	3,4
Região 3: Boa Vista, Piedade	4.279	8,1%	1.366	3,1
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	9.726	18,4%	3.404	2,9
Região 5: Zona Rural (demais setores)	14.606	27,7%	4.261	3,4
Canoinhas	52.765	100%	16.184	3,3

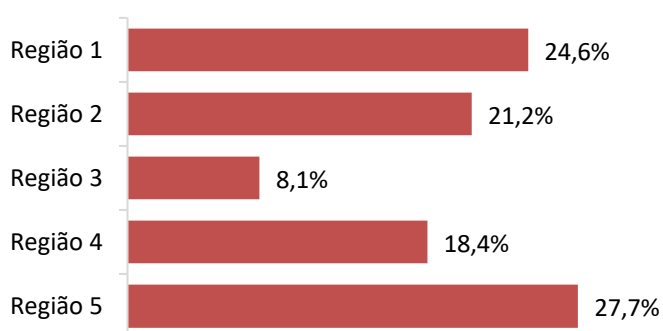
Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.



2,4 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Representação gráfica da população geral por Região Geográfica



Crescimento Populacional 2017/2010	
Brasil	8,9%
SC	12%

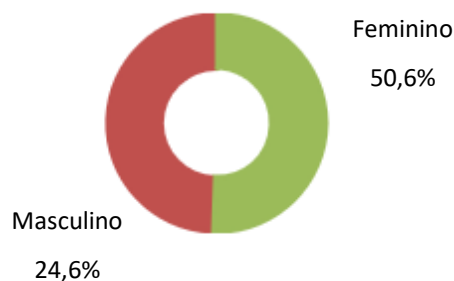
Fonte: IBGE, 2010/2017.

5.4 TOTAL DE HABITANTES DO MUNICÍPIO POR SEXO

Definição do indicador: total de habitantes no município no ano do Censo Demográfico do IBGE por sexo.

Canoinhas possui 50,6% de sua população do sexo feminino. Com exceção da Região 5 (Zona Rural), todas tiveram o percentual de pessoas do sexo feminino maior que do masculino.

Região Geográfica	Feminino		Masculino	
	Total	(%)	Total	(%)
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	6.594	50,7%	6.400	49,3%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	5.752	51,5%	5.408	48,5%
Região 3: Boa Vista, Piedade	2.237	52,3%	2.042	47,7%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	5.197	53,4%	4.529	46,6%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	6.941	47,5%	7.665	52,5%
Canoinhas	26.721	50,6%	26.044	49,4%



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

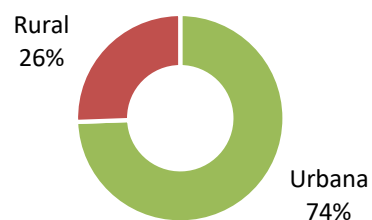
Sexo	Masculino	Feminino
Brasil	49,0%	51,0%
SC	49,6%	50,4%

5.5 TOTAL DE HABITANTES DO MUNICÍPIO POR ZONA RURAL OU URBANA

Definição do indicador: percentual de domicílios na área rural ou urbana de acordo com o Censo Demográfico do IBGE

Canoinhas possui 25,6% de sua população na área rural e 74,4% na área urbana.

População	Nº de habitantes	(%)
Urbana	39.273	74%
Rural	13.492	26%
Canoinhas	52.765	100%



%População Rural	
Brasil	14,1%
SC	15,0%

Fonte: IBGE, 2010

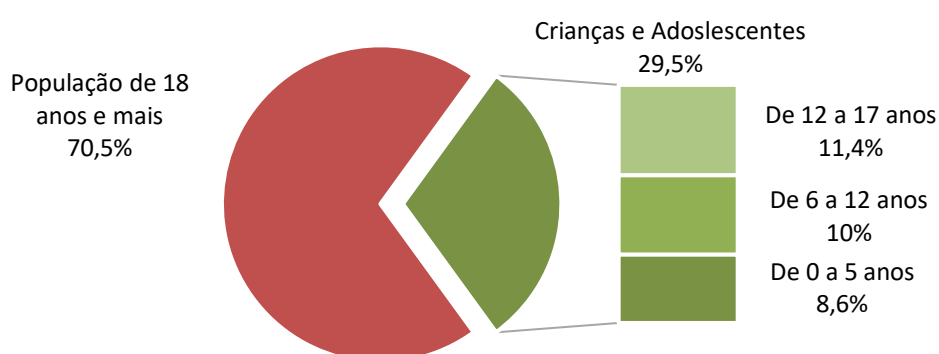
5.6 POPULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO

Definição: percentual populacional de crianças e adolescentes por região geográfica em relação ao restante da população residente no município.

Segundo dados do último censo demográfico, 29,5% da população residente no Município é de crianças e adolescentes na faixa de 0 a 17 anos, e a Região 5 (Zona Rural) se destaca com o maior percentual de residentes nesta faixa etária, com 8,6% do total da população.

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos		População de 18 anos e mais		População Total	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	4.144	7,9%	8.850	16,8%	12.994	24,6%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	3.533	6,7%	7.627	14,5%	11.160	21,2%
Região 3: Boa Vista, Piedade	1.167	2,2%	3.112	5,9%	4.279	8,1%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	2.205	4,2%	7.521	14,3%	9.726	18,4%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	4.540	8,6%	10.066	19,1%	14.606	27,7%
Canoinhas	15.589	29,5%	37.176	70,5%	52.765	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Nota: O detalhamento por sub-faixas etárias se encontra no indicador apresentado na próxima página.

% População de 0 a 17 anos	
Brasil	29,5%
Santa Catarina	27,0%

Fonte: IBGE, 2010/2017.

5.7 POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DE 0 A 5 ANOS, DE 6 A 11 ANOS E DE 12 A 17 ANOS

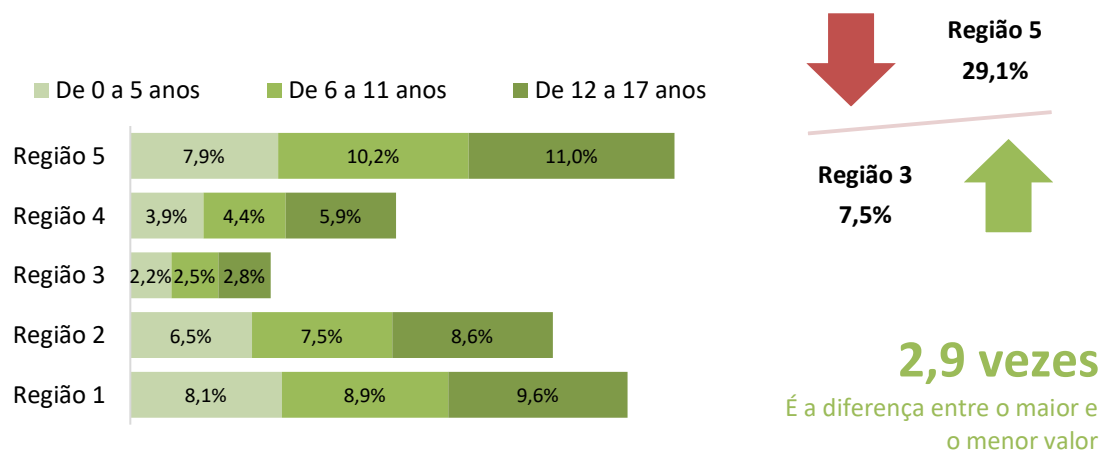
Definição: total populacional de crianças e adolescentes por faixa etária e região geográfica.

No geral, o percentual de crianças de 0 a 11 anos representa 18,6% e os adolescentes representam 11,4% em relação ao total da população de Canoinhas.

Região Geográfica	De 0 a 5 anos		De 6 a 11 anos		De 12 a 17 anos		Total de 0 a 17 anos	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	1.255	8,1%	1.391	8,9%	1.498	9,6%	4.144	26,6%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	1.018	6,5%	1.169	7,5%	1.346	8,6%	3.533	22,6%
Região 3: Boa Vista, Piedade	344	2,2%	385	2,5%	438	2,8%	1.167	7,5%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	605	3,9%	683	4,4%	917	5,9%	2.205	14,2%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	1.238	7,9%	1.592	10,2%	1.707	11,0%	4.540	29,1%
Canoinhas	4.460	28,6%	5.223	33,5%	5.906	37,9%	15.589	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: Percentuais com base no total da população de 0 a 17 anos



Região Geográfica	Total de 0 a 17 anos	Total da Região	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	4.144	12.994	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	3.533	11.160	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	1.167	4.279	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	2.205	9.726	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	4.540	14.606	31,1%
Canoinhas	15.589	52.765	29,5%

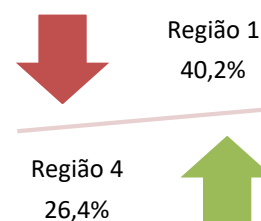
5.8 RAZÃO DE DEPENDÊNCIA JOVEM – RDJ²

Definição: Razão entre a população de 0 a 14 anos, sobre a população de 15 a 59 anos. Percentuais altos significam que a região possui muitas crianças e adolescentes para serem sustentados por poucos adultos.

A RDJ no município é de 36,5%, número muito próxima a média nacional e maior do que Santa Catarina. A Região 4 (Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin) se destaca com o menor RDJ de 26,4%, o que mostra uma concentração relativamente baixa de população inativa para ser sustentada por população ativa.

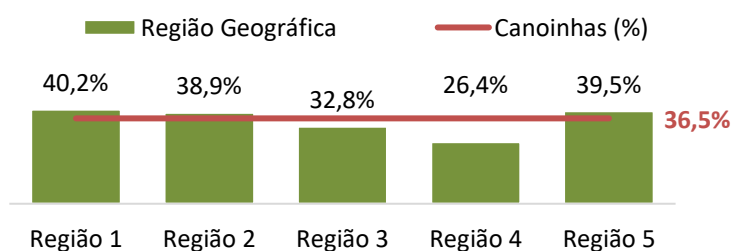
Região Geográfica	de 0 a 14 anos - Inativa	de 15 a 59 anos - Ativa	RDJ (%)
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	3.393	8.441	40,2%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	2.855	7.346	38,9%
Região 3: Boa Vista, Piedade	945	2.881	32,8%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	1.733	6.561	26,4%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	3.669	9.296	39,5%
Canoinhas	12.595	34.525	36,5%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



0,5 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.



Razão de Dependência Jovem - RDJ	
Brasil	37,0%
Santa Catarina	32,3%

Fonte: IBGE, 2010/2017.

² Este indicador tem uma relação que varia de 0% a 100%, sendo que 0% indica que não existe nenhuma criança e/ou adolescente na região para ser sustentado por adultos e 100% indica que a região só tem crianças e adolescentes, sem nenhum adulto para sustentá-los. Obviamente, esses limites são extremos e improváveis, porém regiões geográficas que fogem do padrão geral sinaliza que o município deve tratar de forma mais aprofundada, pois se referem às regiões que pode apresentar maiores vulnerabilidades e trabalho infantil.

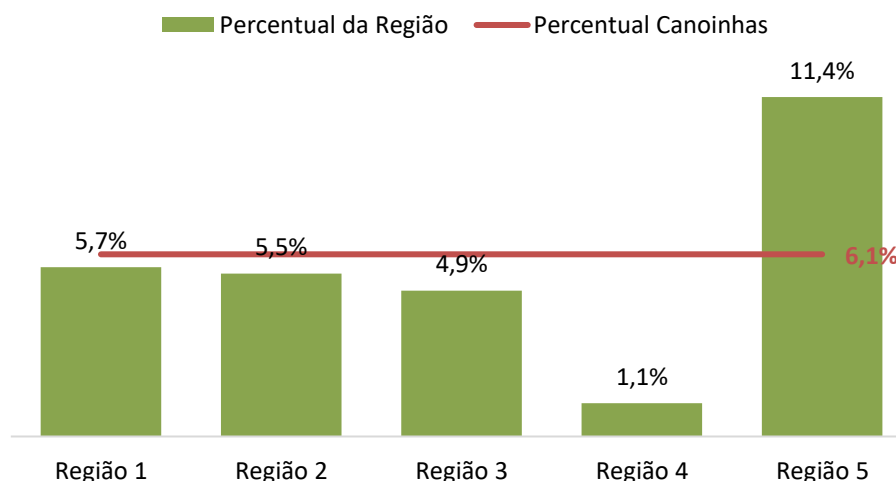
5.9 RENDA PER CAPITA DOMICILIAR DE 1/8 ATÉ 1/4 DE SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)

Definição: Percentual de domicílio com renda per capita de até 1/4 Salário Mínimo (SM), por região.

A Região 5 (Zona Rural) se destaca com a maior concentração de domicílios com moradores de baixa renda em relação ao total de domicílios. Ou seja, 11,4% dos domicílios pertencentes à Região 5 (Zona Rural) possuem uma renda per capita domiciliar de até ¼ SM.

Região Geográfica	Até 1/8 (R\$ 63,75)		De 1/8 a 1/4 (R\$ 63,76 a R\$ 127,50)		Até 1/4 (R\$ 127,50)		Total de domicílios
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	33	0,9%	186	4,8%	219	5,7%	3.841
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	30	0,9%	152	4,6%	182	5,5%	3.312
Região 3: Boa Vista, Piedade	15	1,1%	52	3,8%	67	4,9%	1.366
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	4	0,1%	34	1,0%	38	1,1%	3.404
Região 5: Zona Rural (demais setores)	99	2,3%	388	9,1%	487	11,4%	4.261
Canoinhas	181	1,1%	812	5,1%	993	6,1%	16.184

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - Microdados, 2010



6. INDICADORES DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

No eixo do Direito à CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, considerou-se para o cálculo dos indicadores, as informações extraídas do Conselho Tutelar, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo demográfico 2010), da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Unidade de Acolhimento.

No que tange os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social, as bases de informações utilizadas para cálculo dos indicadores foram:

- ✓ **PAIF:** O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. (MDS,2015)
- ✓ **PAEFI:** O serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) é voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais. (MDS,2015)
- ✓ **SCFV:** O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) está vinculado a Proteção Social Básica do SUAS, ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias acompanhadas no PAIF e do PAEFI. O serviço realiza atendimentos em grupo, o que corresponde a atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. (MDS,2015)

Com relação aos dados enviados pela Unidade de Acolhimento, para cálculo dos indicadores da taxa de acolhidos, foram considerados o total de acolhimentos realizados no período de referência (ano de 2017), independentemente do período o qual a criança ou adolescente foi inicialmente acolhida.

A sintetização dos dados dos atendimentos do Conselho Tutelar baseou-se na classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), em cujas categorias de motivo de atendimento estão relacionadas situações que envolvem aspectos de Convivência Familiar e Comunitária, como disputa de guarda, entre outros.

6.1 PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DO PAIF

Com relação ao total de atendimento no PAIF, o CRAS Maria Iracema Kohler Fedalto e CRAS Miguel Gogola apresentaram um percentual similar, com 41,1% e 38,3%, respectivamente. Já o CRAS Lourdes Bernadete Ferreira Haag teve o menor percentual, com 20,6%. Se compararmos o maior pelo menor, o CRAS Miguel Gogola atende cerca de 50% a mais que o CRAS Lourdes Bernadete Ferreira Haag.

Perfil dos atendimentos do PAIF:

- ✓ 211 notificações de 0 a 5 anos (26,8%), 304 notificações de 6 a 11 anos (34,2%) e 269 notificações de 12 a 17 anos (38,7%);
- ✓ 51% do sexo masculino;
- ✓ 440 notificações (56% dos atendimentos tem como motivo Vulnerabilidade Social).

Nome do CRAS	Região do CRAS	Nº de Atendimentos	% de atendimento por CRAS
CRAS I (Lourdes Bernadete Ferreira Haag)	Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Arrios, Salto da Água Verde, Rio da Veada, Salseiro, São Marcos, Cohab II, Industrial II	162	20,6%
CRAS II (Maria Iracema Kohler Fedalto)	Alto do Frigorífico, Loteamento Santa Cruz, Industrial I, Cohab I, Cohab IV, Cristo Rei, Vila Zugman, Vila Fuck, Parado	301	38,3%
CRAS III (Miguel Gogola)	Piedade, Cohab III, Encruzilhada, Rio do Tigre, Boa Vista Pedra Branca	323	41,1%
Canoinhas		786	100,0%

Fonte: CRAS, 2017.

Nota: nesta tabela estão representadas apenas as regiões com abrangência dos CRAS. Os CRAS II e III eventualmente podem absorver demandas de outras regiões que não possuem CRAS.

6.2 PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DO SCFV

Com relação ao SCFV, o CRAS Miguel Gogola apresentou novamente o maior percentual 0, de crianças e adolescentes acompanhadas pelo SCFV e dessa vez o CRAS Maria Iracema Kohler Fedalto, foi o que apresentou menor percentual, com 19,5% do total de crianças e adolescentes em acompanhamento do serviço ofertado pelo município.

Perfil dos atendimentos do SCFV:

- ✓ 30 acompanhamentos de 0 a 5 anos (18,3%), 40 acompanhamentos de 6 a 11 anos (24,4%), e 94 acompanhamentos de 12 a 17 anos (57,3%);
- ✓ 92 atendimentos para adolescentes do sexo masculino (56%).

Nome do CRAS	Região do CRAS	Nº de Atendimentos	% de atendimento por CRAS
CRAS Lourdes Bernadete Ferreira Haag	Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde	54	32,9%
CRAS Maria Iracema Kohler Fedalto	Região 3: Boa Vista, Piedade	32	19,5%
CRAS Miguel Gogola	Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	78	47,6%
Canoinhas		164	100,0%

Fonte: CRAS, 2017.

Nota: nesta tabela estão representadas apenas as regiões com abrangência dos CRAS. Os CRAS das regiões 3 e 4 eventualmente podem absorver demandas de outras regiões que não possuem CRAS.

6.3 PERCENTUAL DE USUÁRIOS DO SCFV EM SITUAÇÃO PRIORITÁRIA

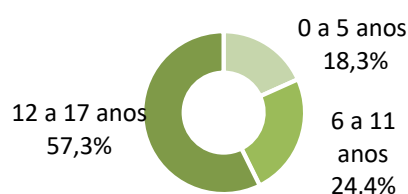
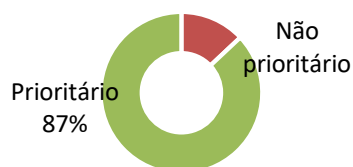
Definição: Porcentagem atendimentos em situação prioritária no SCFV.

A meta de atendimento prioritário estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS é de 50%. Canoinhas supera em 37% a meta do PNAS, com 87% dos atendimentos de crianças e adolescentes em situação prioritária no SCFV.

Região Geográfica	Quant.	(%)
Não prioritário	22	13%
Prioritário	142	87%
Canoinhas	164	100,0%

Fonte: SISC, 2017.

META:
Pelo menos 50%
dos Atendimentos Prioritários



Com relação às crianças e adolescentes que estão em acompanhamento no SCFV em situação prioritária, o maior motivo refere-se à vivência de violência e/ou negligência (53%) e por motivos de medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (32,9%) que referem-se as medidas aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos por Lei forem ameaçados ou violados, sejam eles por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta.

Vale ressaltar que uma criança ou adolescente pode vivenciar mais de uma situação prioritária, por essa razão considera-se o cálculo dos percentuais sobre o total de crianças e adolescentes que estão no serviço em situação prioritária.

Situação prioritária	Citação	%
Vivência de violência e/ou negligência	87	53,0%
Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	54	32,9%
Em situação de isolamento	7	4,3%
Trabalho infantil	3	1,8%
Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência	3	1,8%
Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos	2	1,2%
Em situação de acolhimento	2	1,2%
Situação de abuso e/ou exploração sexual	1	0,6%
Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	0	0,0%
Crianças e adolescentes em situação de rua	0	0,0%
Total de crianças e adolescentes em situação prioritária	164	-

Fonte: SISC, 2018.

6.4 TAXA DE ACOMPANHAMENTO DO PAEFI

Definição: Números de pessoas de 0 a 17 anos acompanhadas no PAEFI por mil habitantes da mesma faixa etária

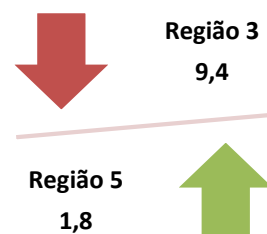
Com relação ao CREAS, utilizou-se como critério de análise, o total de crianças e adolescentes acompanhadas no serviço do PAEFI, com relação à região geográfica que a mesma reside. Nesta perspectiva, a Região 3 apresentou a maior taxa de acompanhamento, obtendo uma média de 9 crianças e/ou adolescentes acompanhados a cada mil daquela região. A média do município é de 5 crianças acompanhadas no serviço a cada mil habitantes daquela faixa etária.

Perfil dos acompanhamentos no PAEFI:

- ✓ 21 crianças (26,9%) de 0 a 5 anos, 37 crianças (47,4%) de 6 a 11 anos e 20 adolescentes (25,6%) de 12 a 17 anos;
- ✓ Destes, 40 (51,3%) são do sexo masculino.

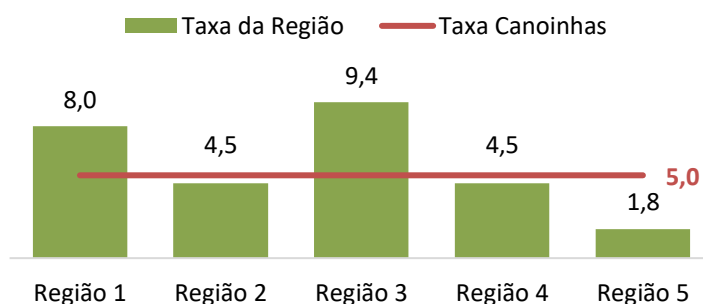
Região Geográfica	Nº de Acolhidos	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	33	4.144	8,0	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	16	3.533	4,5	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	11	1.167	9,4	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	10	2.205	4,5	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	8	4.540	1,8	31,1%
Canoinhas	78	15.589	5,0	100,0%

Fonte: CREAS, 2017.



4,2 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.



Motivo do Atendimento:

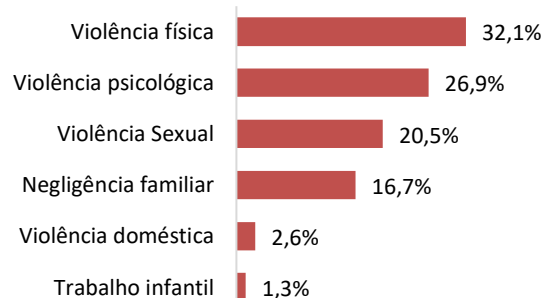
Com relação aos motivos de atendimento, é importante observar que os principais motivos de acompanhamento no serviço estão relacionados as violências física, psicológica e sexual. Com relação à violência sexual, é um dado alarmante, pois como menciona em artigo publicado pela OMS:

O abuso sexual de crianças e adolescentes é considerado pela Organização Mundial da Saúde como um dos maiores problemas de Saúde Pública, reiterando a importância de discussão deste tema. É um fenômeno multifatorial e de difícil enfrentamento, e está inserido em um contexto histórico social de violência endêmica de profundas raízes sócio culturais. (World Health Organization, 2003).

Corroborando com a questão da violência sexual, “os inúmeros casos registrados em todo o país, sejam em delegacias, conselhos tutelares, hospitais ou institutos médico legais são apenas um sinal de alerta: não revelam a verdadeira dimensão do problema”. (DAY et al., 2003),

Sabendo que as situações de violências sexuais muitas das vezes são subnotificadas, deve-se observar tal percentual, pois ele sinaliza a necessidade de articulação da rede para enfrentamento da desta violação de direito.

Motivo do Atendimento	Nº de Notificações	(%)
Violência física	25	32,1%
Violência psicológica	21	26,9%
Violência Sexual	16	20,5%
Negligência familiar	13	16,7%
Violência doméstica	2	2,6%
Trabalho infantil	1	1,3%
Total	78	100,0%



6.5 TAXA DE ACOLHIDOS

Definição: Número de acolhimentos por mil habitante de 0 a 17 anos

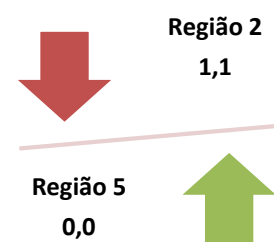
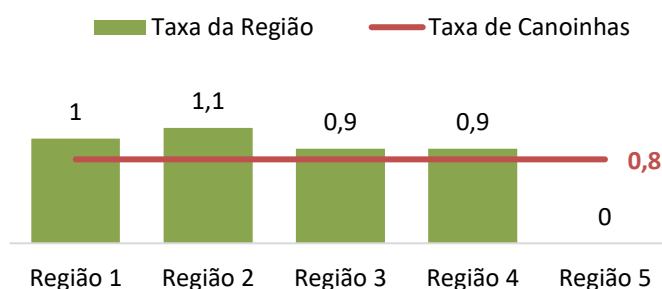
Do total de crianças e adolescentes acolhidos em 2017, as taxas mais representativas ficaram com as Regiões 1 e 2, com quatro acolhimentos cada, em torno de um acolhido a cada mil crianças e/ou adolescentes da região.

Perfil dos Acolhidos:

- ✓ 6 crianças (50%) de 0 a 5 anos, 2 crianças (16,7%) de 6 a 11 anos e 4 adolescentes (33,3% de 12 a 17 anos.

Região	Nº Acolhidos	População de 0 a 17 anos	Taxa (1000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	4	4.144	1,0	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	4	3.533	1,1	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	1	1.167	0,9	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	2	2.205	0,9	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	0	4.540	0,0	31,1%
Canoinhas	12	15.589	0,8	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento Santa Clara



1,1 vezes

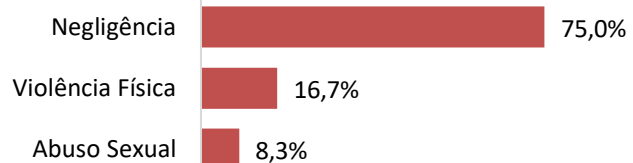
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Taxa de Acolhidos	
Brasil	0,6
Santa Catarina	2,1

Fontes: IBGE, 2010 / MDS (Censo SUAS Acolhimento), 2016 – CEJA, 2016

Os principais motivos de notificado do acolhimento:

Motivo	Nº de Notificações
Negligência	9
Violência Física	2
Abuso Sexual	1
Total	12



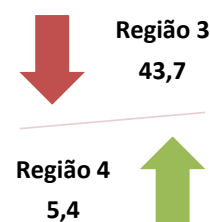
6.6 TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Definição: Total de notificações de Violação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária por mil habitante de 0 a 17

A taxa de Violação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Município é de 16,2 notificações a cada mil habitantes, com destaque para a Região 3 (Boa Vista, Piedade), que apresenta a maior taxa de 43,7 notificações por mil habitantes, 7,1 vezes maior do que a menor taxa de 5,4.

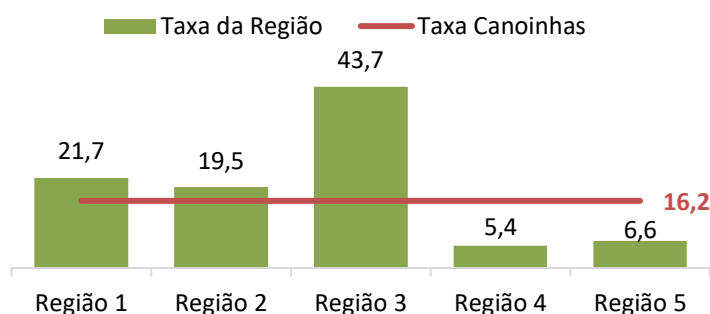
Região	Notificações	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	90	4.144	21,7	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	69	3.533	19,5	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	51	1.167	43,7	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	12	2.205	5,4	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	30	4.540	6,6	31,1%
Canoinhas	252	15.589	16,2	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, 2017.



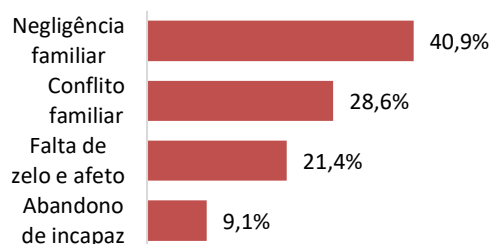
7,1 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.



Principais fatos comunicados:

Fato comunicado	Notificações	(%)
Negligência familiar	103	40,9%
Conflito familiar	72	28,6%
Falta de zelo e afeto	54	21,4%
Abandono de incapaz	23	9,1%
Canoinhas	252	100,0%



Fonte: Conselho Tutelar, 2017.

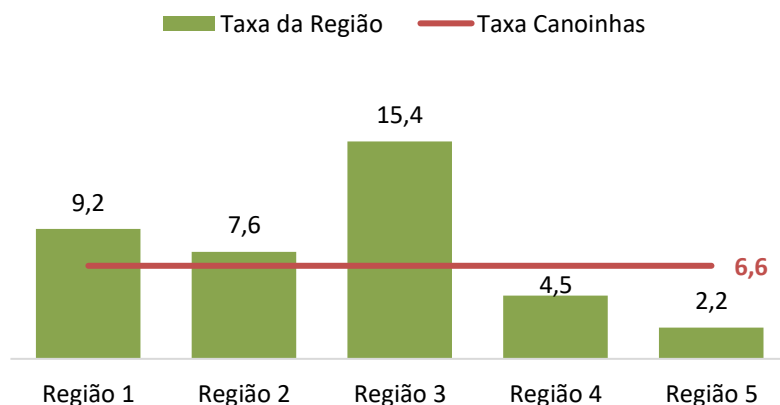
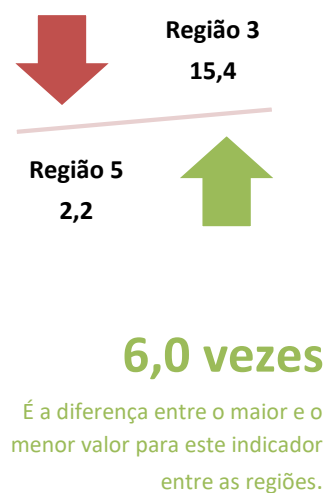
6.7 TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA FAMILIAR

Definição: Total de notificações de negligência familiar por mil habitante de 0 a 17

A taxa de negligência familiar de 103 notificações é de 6,6 crianças e adolescentes a cada mil. A Região 3 (Boa Vista e Piedade) se destaca com a maior taxa, com diferença de 6 vezes se comparada com a menor taxa da Região 5 (Zona Rural).

Região	Notificação	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	38	4.144	9,2	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	27	3.533	7,6	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	18	1.167	15,4	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	10	2.205	4,5	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	10	4.540	2,2	31,1%
Canoinhas	103	15.589	6,6	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, 2017.



6.8 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS DO EIXO DE DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Com relação ao percentual de usuários em situação prioritária no SCFV, o município apresenta indicadores bastante positivos, com 87%, ao considerarmos a meta de 50% de atendimentos prioritários de acordo com a PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

Já na taxa de acompanhamento PAEFI, nota-se novamente a Região 3 (Boa Vista e Piedade), com uma taxa de 9,4 acompanhamentos por mil habitantes.

Como já comentado anteriormente, a violência sexual apresentou um percentual representativo com relação aos motivos pelos quais as crianças e adolescentes estão em acompanhamento no serviço do PAEFI (20,5%), o que deve ser observado pela rede a fim de promover campanhas e ações de enfrentamento a esse tipo de violência.

De acordo com as informações obtidas com o Conselho Tutelar, podemos observar nas notificações de violação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, no qual a maior taxa foi na Região 3 (Boa Vista e Piedade), de 43,7 violações por mil, mais que o dobro da segunda maior taxa na Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II) com 21,7 violações por mil. Dentre os fatos observados, 40,9% correspondiam a negligência familiar. Este resultado fica mais aparente ao avaliar o indicador taxa de negligência familiar, onde a Região 3 (Boa Vista e Piedade) com 15,4 notificações por mil habitantes obtêm a maior taxa, mais que o dobro do município de 6,6 notificações por mil habitante.

A partir dessas informações, pode-se tornar a atenção a região crítica deste eixo, que abrange os bairros Piedade e Boa Vista, a Região 3 (Boa Vista e Piedade), onde foram observadas as situações de maior risco.

7. INDICADORES DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

No eixo do Direito à LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE, considerou-se para o cálculo dos indicadores, as informações extraídas do Conselho Tutelar, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), da Fundação Casa e da Delegacia.

A sintetização dos dados dos atendimentos do Conselho Tutelar baseou-se na classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), em cujas categorias de motivo de atendimento estão relacionadas situações como evasão escolar, infrequência escolar, falta de vaga em creche, falta de vaga no ensino fundamental, entre outros.

No que tange as informações do CREAS, neste eixo foram considerados os dados de cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) no ano de 2017, em virtude da conduta de atos infracionais cometidos.

Além dos dados do CREAS, foram considerados os dados da Delegacia para calcular o indicador de adolescentes que cometeram ato infracional, conforme registros em Boletins de Ocorrências do ano de 2017.

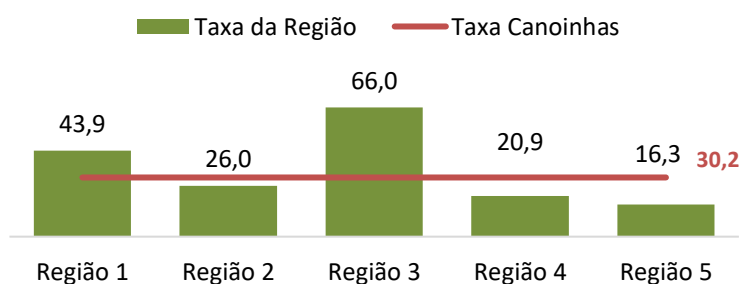
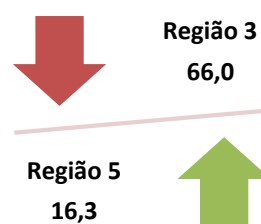
7.1 TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E DIGNIDADE

Definição: Total de notificações de Violência por mil habitantes de 0 a 17 anos

O Município apresenta uma taxa de Violação do Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade muito próxima entre as regiões, girando em torno de 30,2 notificações a cada mil habitantes. Esta taxa é a soma de todas as violações (física, sexual, psicológica, maus tratos, etc.).

Região	Notificações	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	182	4.144	43,9	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	92	3.533	26,0	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	77	1.167	66,0	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	46	2.205	20,9	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	74	4.540	16,3	31,1%
Canoinhas	471	15.589	30,2	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, 2017.



Nota: Uma notificação pode ter mais de um motivo de violação de direito

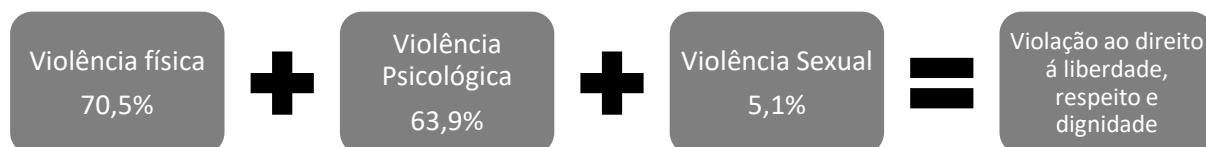
DESIGUALDADE:

2,9 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Motivo das notificações:

Vale ressaltar que um fato comunicado, ou seja, um atendimento, pode ter mais de um tipo de violência registrada, no entanto, foi considerada uma vez no que diz respeito à violação ao direito à liberdade, respeito e dignidade. Por essa razão, os totais são superiores ao número de atendimentos registrados na tabela anterior.



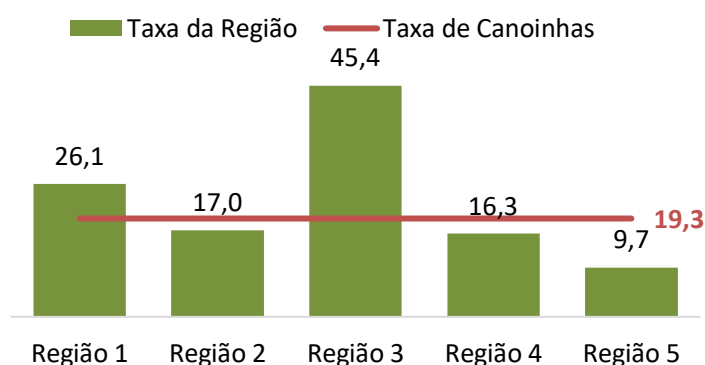
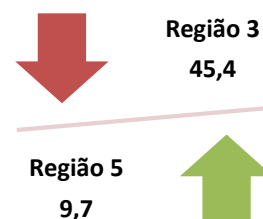
7.2 TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Definição: Total de notificações de Violência por mil habitantes de 0 a 17 anos

Este indicador abrange os registros de violência psicológica fornecidos pelo Conselho Tutelar. O Município apresenta uma taxa de 19,3 notificações a cada mil habitantes, destaca-se a Região 3 (Boa Vista e Piedade), com 45,4 notificações de violência por mil habitantes.

Região	Notificações	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	108	4.144	26,1	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	60	3.533	17,0	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	53	1.167	45,4	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	36	2.205	16,3	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	44	4.540	9,7	31,1%
Canoinhas	301	15.589	19,3	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, 2017.



DESIGUALDADE:

3,7 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

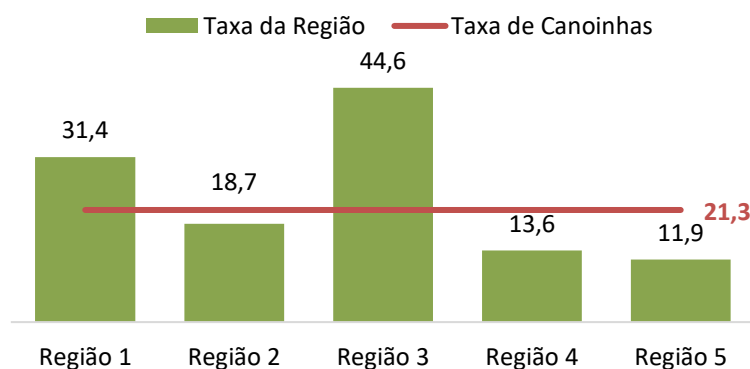
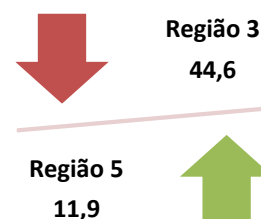
7.3 TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA FÍSICA

Definição: Total de notificações de Violência por mil habitantes de 0 a 17 anos

Este indicador abrange notificações do caracterizadas como agressão física pelo Conselho Tutelar. O Município apresenta uma taxa de 21,3 notificações a cada mil habitantes, destaca-se a Região 3 (Boa Vista e Piedade), com taxa de 44,6 e a Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II) com uma taxa de 31,4 notificações de violência física por mil habitantes.

Região	Notificações	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	130	4.144	31,4	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	66	3.533	18,7	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	52	1.167	44,6	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	30	2.205	13,6	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	54	4.540	11,9	31,1%
Canoinhas	332	15.589	21,3	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, 2017.



DESIGUALDADE:

2,7 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

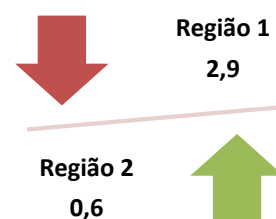
7.4 TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Definição: Total de notificações de Violência por mil habitantes de 0 a 17 anos

O Município apresenta uma taxa de violência sexual de 1,5 notificações a cada mil habitantes, destaca-se a Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II), com 3,1 notificações de violência por mil habitantes, e um total de 12 notificações no ano de 2017.

Região	Notificações	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	12	4.144	2,9	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	2	3.533	0,6	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	2	1.167	1,7	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	2	2.205	0,9	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	6	4.540	1,3	31,1%
Canoinhas	24	15.589	1,5	100,0%

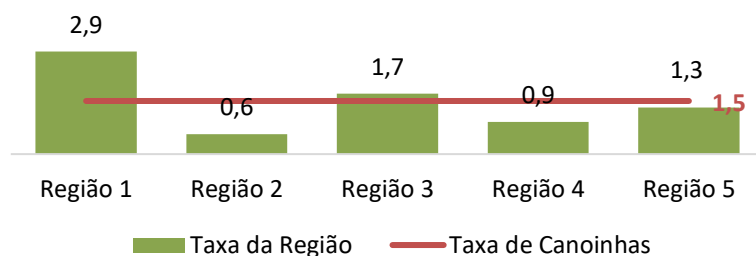
Fonte: Conselho Tutelar, 2017



DESIGUALDADE:

3,8 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.



7.5 TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE ATO INFRACIONAL

Definição: Total de Notificação de Ato Infracional cometido por adolescente por mil habitante de 12 a 17 anos

Este indicador refere-se aos adolescentes que cometeram atos infracionais. Observa-se que o Município apresenta uma taxa de 25 notificações a cada mil habitantes de 12 a 17 anos.

Vale ressaltar que a delegacia não disponibilizou os dados detalhados, por essa razão, calculou-se a taxa geral do município.

Município	Nº de Atos	População 12 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)
Canoinhas	148	5.906	25,0

Fonte: Delegacia, 2017

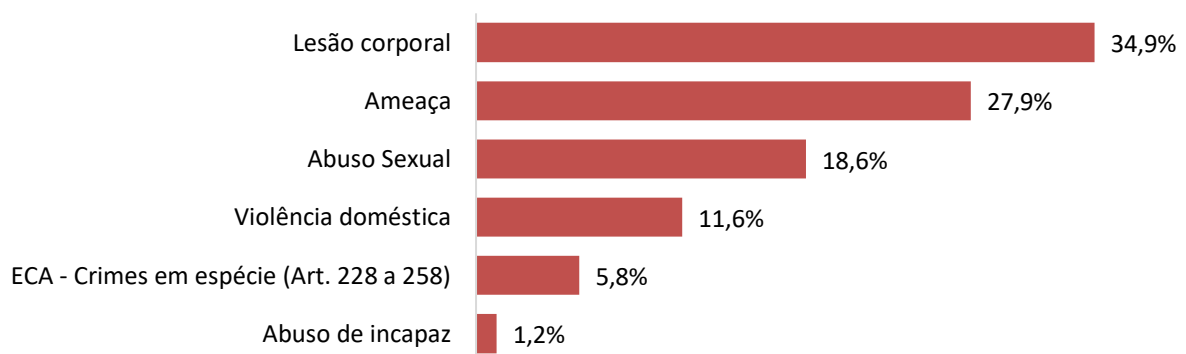
7.6 PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA DELEGACIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Definição: Percentual de ocorrências registradas na Delegacia contra criança e adolescente.

Com relação aos boletins de ocorrências registrados na Delegacia contra criança e adolescente no ano de 2017, teve-se como principais registros: a lesão corporal com 34,9%, a ameaça com 27,9% e a Foi observado que das vítimas de atos infracionais: 35% correspondem a lesões corporais, 28% correspondem a ameaças, 18% a abuso sexual, 12% a violência doméstica e os outros 7% a abuso de incapaz e violações ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Tipo de violência	Total de ocorrências no ano de 2017	(%)
Lesão corporal	30	34,9%
Ameaça	24	27,9%
Abuso Sexual	16	18,6%
Violência doméstica	10	11,6%
ECA - Crimes em espécie (Art. 228 a 258)	5	5,8%
Abuso de incapaz	1	1,2%
Total	86	100,0%

Fonte: Delegacia, 2017



7.7 TAXA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Definição: Números de adolescentes de 12 a 17 anos em que foram aplicadas medidas socioeducativas por mil habitantes da mesma faixa etária.

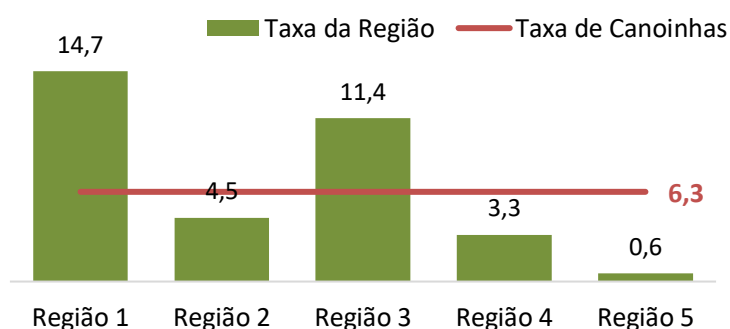
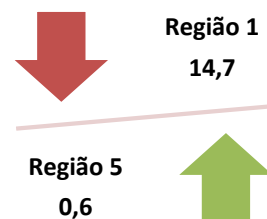
A Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II) apresenta a maior taxa de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, são 14,7 por mil habitantes de 12 a 17 anos. A média do município é de 6,3. Foram considerados como fonte os dados do CREAS, que são os responsáveis pela execução das medidas em meio aberto.

Perfil das medidas:

- ✓ 45,9% de 12 a 17 anos (17 medidas) e 54,1% de 18 a 21 anos (20 medidas);
- ✓ 86,5% do sexo masculino.
- ✓ 27% dos motivos correspondem Porte e/ou uso de álcool e drogas 13,5% a furto, e os demais estão distribuídos entre causas diversas, como Roubo, Lesão corporal, Crime de Trânsito e Violência Sexual.

Região	Nº de Medidas	População de 12 a 17 anos	Taxa (1000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	22	1.498	14,7	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	6	1.346	4,5	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	5	438	11,4	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	3	917	3,3	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	1	1.707	0,6	31,1%
Canoinhas	37	5.906	6,3	100,0%

Fonte: CREAS, 2017.



DESIGUALDADE:

23,5 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

7.8 TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE HOMICÍDIOS

Definição: Número de notificações de homicídio de jovens de 0 a 17 anos no município por mil habitantes da mesma faixa etária.

Em 2017, de acordo com o SIM, o Município de Canoinhas não observou nenhuma notificação de homicídios para a faixa de 0 a 17 anos de idade. Portanto, esta taxa encontra-se nula para todas as regiões do Município.

7.9 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS NO EIXO DE DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

No eixo de Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade das crianças e adolescentes de Canoinhas a região que apresentou indicadores mais críticos de violações de direitos neste eixo foi a Região 3 (Boa Vista e Piedade) seguida da Região 1 (Água Verde, Campo Água Verde, Industrial II), visto que se destacam na grande maioria deles.

Observando com mais especificidade, pode-se notar da Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II) tende a acompanhar a Região 3 (Boa Vista e Piedade), como por exemplo:

No de Taxa de Violação ao direito à liberdade, respeito e dignidade, que contempla todas as notificações registradas no Conselho Tutelar referente as violências, tais como violência física, sexual e psicológica, a maior taxa é 66,0 notificações por mil habitantes na Região 3 (Boa Vista e Piedade), mais que o dobro da média do município, isso quer dizer que a cada 1000 pessoas da faixa etária de 0 a 17 anos daquela região aproximadamente 66 tiveram algum caso de violência. A Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II) foi a que apresentou a segunda maior taxa, com 43,9 notificações por mil habitantes da população de crianças e adolescentes.

No indicador referente à Violência Física essas regiões também apresentaram os maiores valores comparadas as demais, com uma taxa de 44,6 notificações por mil habitante, para Região 3 (Boa Vista e Piedade), e 31,4 notificações por mil habitante para Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II). O que é alarmante quando observada a diferença de no mínimo 50% entre essas e as demais regiões.

Na questão de Violência Sexual a Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II) se destaca com taxa de 2,9 por mil habitante, o dobro das demais regiões.

Nota-se que as Regiões 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II) e 3 (Boa Vista e Piedade) também se destacam, nas Taxas de adolescentes em cumprimento de Medidas

Socioeducativas. Também se observa que mais de 80% dos adolescentes em conflito com a lei são do sexo masculino e as causas mais recorrentes para medidas socioeducativas são referentes porte e/ou uso de álcool e/ou drogas e furto.

Portanto vale reforçar novamente que a Região 3 (Boa Vista e Piedade), precisa de um olhar e ações específicas para enfrentamento das violências, conforme revela os indicadores sociais.

8. INDICADORES DO DIREITO À VIDA E SAÚDE

Detalhamento:

No eixo do Direito à VIDA E SAÚDE, considerou-se para o cálculo dos indicadores, as informações extraídas do Conselho Tutelar, do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010 (IBGE) da Secretaria Municipal de Saúde e DATASUS. No que tange os dados da Secretaria Municipal de Saúde e DATASUS, as bases de informações utilizadas para cálculo dos indicadores foram:

- ✓ **SINASC:** O Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) reúne informações epidemiológicas referentes aos nascimentos informados em todo território nacional. Tem como benefícios subsidiar as intervenções relacionadas à saúde da mulher e da criança, o acompanhamento da evolução das séries históricas, permitindo a identificação de prioridades de intervenção e a retroalimentação das informações ocorridas em municípios diferentes da residência do paciente, o que significa dizer que independentemente do local de nascimento, o registro referente ao município de residência é informado, podendo assim cada município ter o controle de natalidade de sua população. (DATASUS, 2018).
- ✓ **SIM:** O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) é a base de dados de mortalidade no país. A partir da criação do SIM foi possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área. (DATASUS, 2018). Assim como o SINASC, o SIM também é retroalimentado tendo, portanto, a informação do município de residência, independentemente do local de registro do óbito.
- ✓ **SINAN:** O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017, anexo V - Capítulo I), mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região, como varicela no estado de Minas Gerais ou difilobotríase no município de São Paulo. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. É, portanto, um

instrumento relevante para auxiliar o planejamento da saúde, definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções. (DATASUS,2018). O sistema também é retroalimentado.

Com relação ao Conselho Tutelar, foram considerados todos os registros de atendimento que foram classificados como violação ao direito à vida e saúde, ocorridas no ano de referência do diagnóstico.

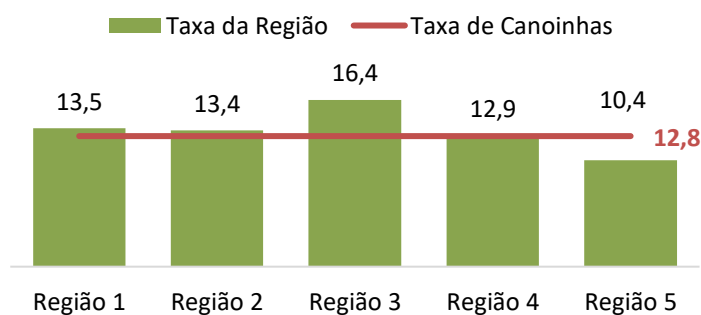
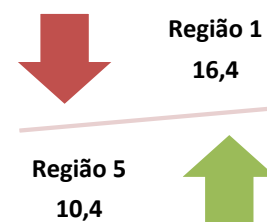
8.1 TAXA DE NATALIDADE

Definição: Nascidos vivos por mil habitantes

Ocorreram 675 nascimentos em 2017, o que gerou a uma taxa de natalidade média de 12,8, sendo que a região com maior taxa por mil habitante é Região 3, com 16,4 nascimentos por mil habitante, e a menor é a Região 5 (Zona Rural), com 10,4 nascimentos por mil habitante.

Região	Nº Acolhidos	População total	Taxa (1000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	176	12.994	13,5	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	149	11.160	13,4	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	70	4.279	16,4	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	125	9.726	12,9	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	152	14.606	10,4	31,1%
Canoinhas	675	52.765	12,8	100,0%

Fonte SINASC, 2017



DESIGUALDADE:

0,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

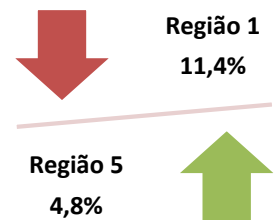
8.2 PERCENTUAL DE BAIXO PESO AO NASCER

Definição: Número casos de baixo peso ao nascer anos sob o total de nascidos vivos

Segundo dados extraídos do SINASC, fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde em Canoinhas pôde-se observar 49 casos de crianças que nasceram com baixo peso, que corresponde a um percentual de 7,3%. Destacam-se as Regiões 3 e 5 com 11,4% e 9,2% dos nascidos com baixo peso ao nascer respectivamente.

Região Geográfica	Baixo Peso	Nascidos vivos	(%) Baixo Peso
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	11	176	6,3%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	10	149	6,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	8	70	11,4%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	6	125	4,8%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	14	152	9,2%
Canoinhas	49	675	7,3%

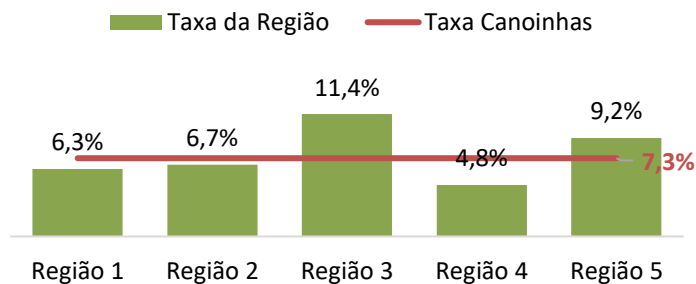
Fonte: SINASC, 2017.



DESIGUALDADE:

1,4 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.



Percentual de Baixo Peso ao Nascer	
Brasil	8,4%
Santa Catarina	7,8%

Fonte: SINASC, 2016

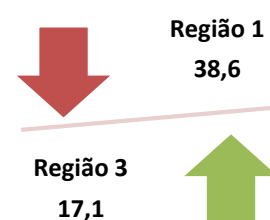
8.3 TAXA DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM MULHERES COM IDADE DE 12 A 17 ANOS

Definição: Número de mulheres adolescentes de 12 a 17 anos que tiveram filhos nascidos, sobre o total de mulheres adolescentes da mesma faixa etária., residentes na região.

Com relação a gravidez na adolescência, as regiões de atenção são as Regiões 1 e 2 com 38,6 e 30,9 adolescentes de 12 a 17 anos grávidas por mil habitante na região.

Região	Gravidez de 12 a 17 anos	Mulheres de 12 a 17 anos	Taxa (1000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	28	726	38,6	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	21	680	30,9	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	5	220	22,7	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	8	467	17,1	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	21	815	25,8	31,1%
Canoinhas	83	2908	28,5	100,0%

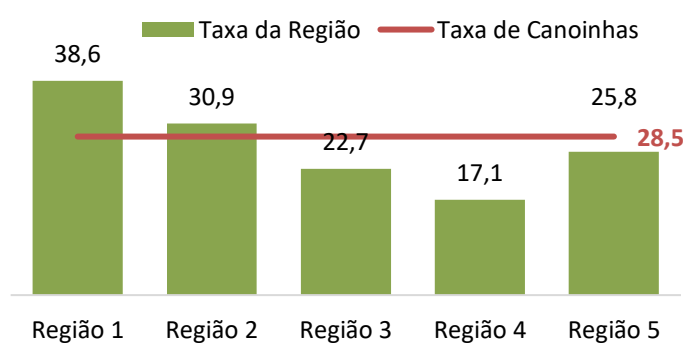
Fonte: SINASC, 2017.



DESIGUALDADE:

1,3 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.



8.4 PERCENTUAL DE GRAVIDEZ EM MULHERES COM IDADE DE 10 A 19 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA PRECONIZADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS)

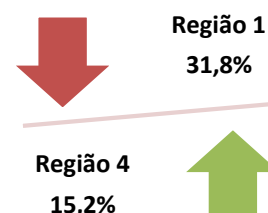
Definição: Número casos de gravidez em mulheres de 10 a 19 anos sob o total de nascidos vivos no município.

Pelo critério da OMS que abrange a faixa de 10 a 19 anos, o Município registrou em 2017 o total de 165 casos de adolescentes grávidas, que corresponde a 24,4% dos nascimentos do período avaliado (675 nascimentos). E o padrão do indicador anterior se mantém, com as Regiões da atenção sendo a Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II) e Região 2 (Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca).

Vale destacar que a média de Canoinhas, se comparado ao Brasil e Santa Catarina é superior, de modo que a média brasileira registrada no ano de 2016 foi de 18,2% e do estado catarinense de 13,1%.

Região	Gravidez de 10 a 19 anos	Nascidos vivos	(%) Gravidez na Adolescência	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	56	176	31,8%	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	40	149	26,8%	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	13	70	18,6%	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	19	125	15,2%	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	37	152	24,3%	31,1%
Canoinhas	165	675	24,4%	100,0%

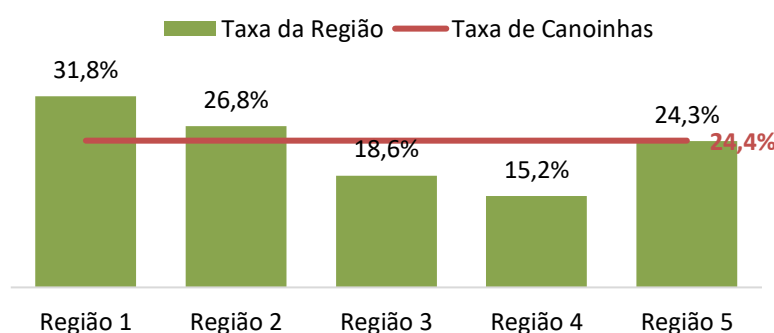
Fonte: SINASC, 2017.



DESIGUALDADE:

1,1 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.



Percentual de Gravidez na Adolescência	
Brasil 10 a 19 anos	18,2%
SC 10 a 19 anos	13,1%

Fonte: SINASC, 2016

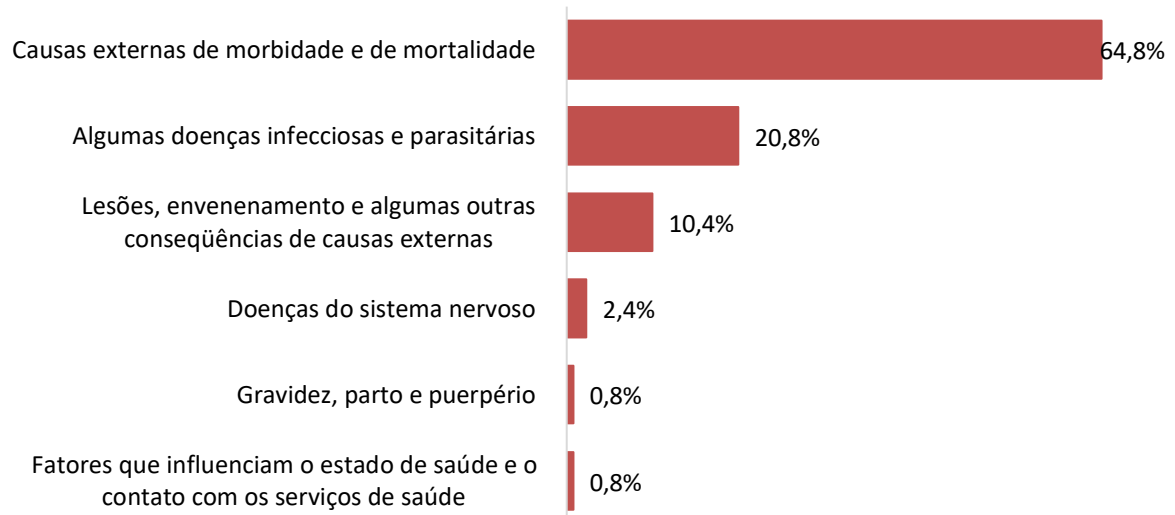
8.5 AGRAVOS REGISTRADOS NO SINAN DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 0 A 17 ANOS

Definição: Percentual de agravos registrados em adolescentes de 0 a 17 anos.

O município apresentou um total de 125 notificações de agravos, na faixa de 0 a 17 anos, dos quais 64,8% (81 casos) foram classificados como “Causas externas de morbidade e de mortalidade”. Os agravos estão listados de acordo com os grupos de resposta definidos no CID 10.

Agravo	Nº	(%)
Causas externas de morbidade e de mortalidade	81	64,8%
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	26	20,8%
Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	13	10,4%
Doenças do sistema nervoso	3	2,4%
Gravidez, parto e puerpério	1	0,8%
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	1	0,8%
Total	125	100%

Fonte: SINAN, 2017.



8.6 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

Definição: Número de mortalidades de crianças menores de um ano de idade.

Foi observada apenas um caso de mortalidade infantil no município de Canoinhas, registrada na Região 4 (Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin). A causa se atribuiu ao grupo de resposta “Afecções originadas no período perinatal” a idade no registro é de 0 a 6 dias de vida. Isso corresponde a uma taxa de mortalidade infantil de 0,001 a cada mil nascidos.

Taxa de Mortalidade Infantil	
Brasil	14,0
SC	8,8

Fonte: SIM, 2017,2016

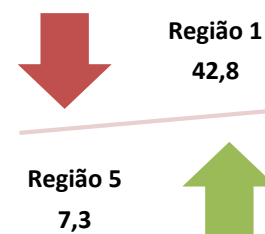
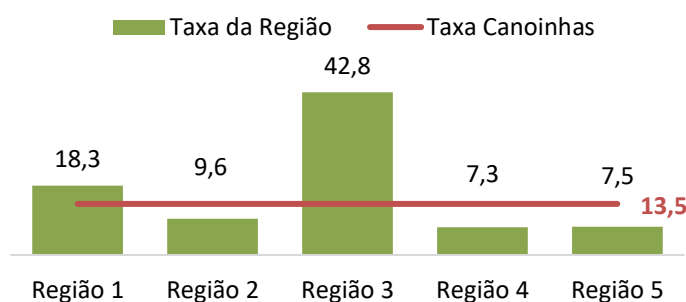
8.7 TAXA DE VIOLAÇÃO DE DIREITO A VIDA E SAÚDE

Definição: Número de Notificações de Violação Direito À Vida e Saúde por mil habitantes de a 0 a 17 anos.

Observou-se que a maior taxa de violação deste eixo foi na Região 3 (Boa Vista e Piedade), com 42,8 notificações por mil habitante, mais de duas vezes maior que a segunda maior taxa do Município na Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II), com 18,3 notificações por mil habitante. As outras Regiões apresentam menos de 10 notificações por mil habitante.

Região	Nº de Notificações	População de 0 a 17 anos	Total	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	76	4.144	18,3	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	34	3.533	9,6	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	50	1.167	42,8	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	16	2.205	7,3	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	34	4.540	7,5	31,1%
Canoinhas	210	15.589	13,5	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, 2017



DESIGUALDADE:

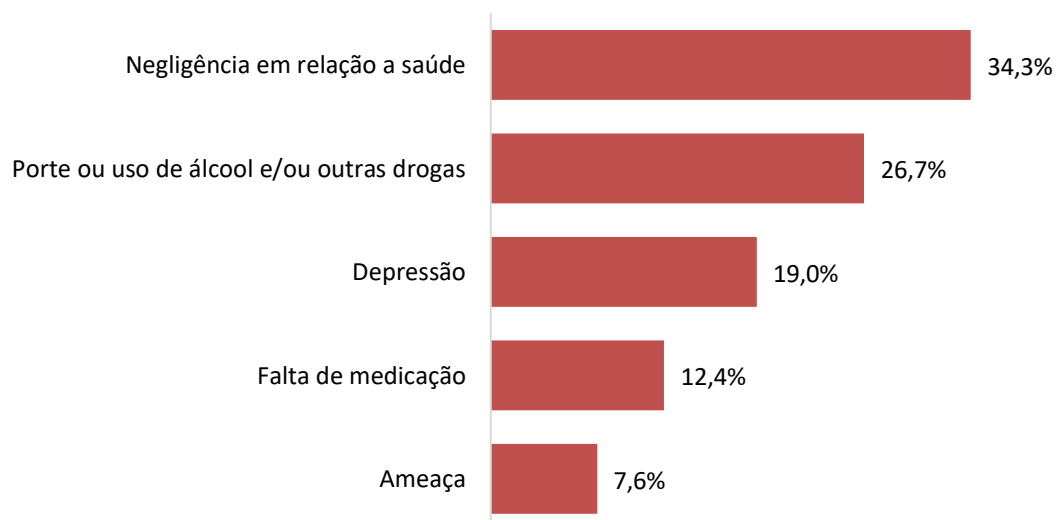
4,9 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Das notificações vistas no indicador anterior, 34,4% estão relacionadas a Negligência com relação à saúde, 26,7% a Porte ou uso de álcool ou drogas, 19% relacionadas a Depressão são as mais citadas.

Direito Violado	Nº de Notificações	(%)
Negligência em relação a saúde	72	34,3%
Porte ou uso de álcool e/ou outras drogas	56	26,7%
Depressão	40	19,0%
Falta de medicação	26	12,4%
Ameaça	16	7,6%
Total Geral	210	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, 2017



8.8 PERCENTUAL DE PESSOAS NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 17 ANOS COM PELO MENOS UMA DEFICIÊNCIA

Definição: Número de crianças e adolescentes de 0 a 17 com pelo menos uma deficiência sob o total populacional da mesma faixa etária

O município apresenta um percentual menor de crianças e adolescentes com pelo menos uma deficiência (6,3%), se comparado com o percentual do Brasil que é 8,3%.

(%) de pelo menos uma deficiência	
Brasil	8,3%
Canoinhas	6,3%

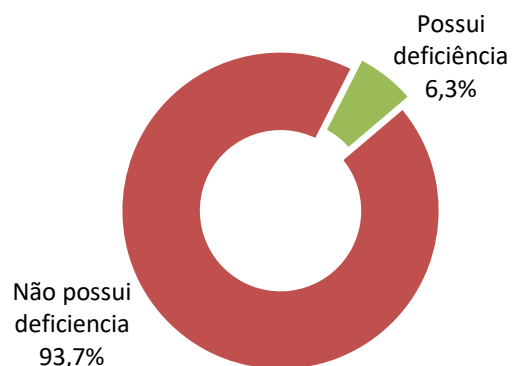
Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

Tipo de deficiência declarada

Grau	Deficiência visual		Deficiência auditiva		Deficiência motora		Mental/intelectual	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não consegue de modo algum	0	0,0%	22	0,1%	49	0,3%	164	1,1%
Grande dificuldade	120	0,8%	22	0,1%	30	0,2%		0,0%
Alguma dificuldade	461	3,0%	174	1,1%	62	0,4%		0,0%
Total	581	3,7%	218	1,4%	141	0,9%	164	1,1%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

Nota: A escala “Não consegue de modo algum”, “Grande dificuldade” e “Alguma dificuldade” é usada pelo IBGE no Censo Demográfico.



8.9 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS NO EIXO DE DIREITO À VIDA E SAÚDE

No eixo Direito à Vida e Saúde, destaca-se o percentual de gravidez na adolescência no município, que conforme cálculo estabelecido pelo Ministério da Saúde, Canoinhas apresentou um percentual de 24,4%, quase duas vezes o percentual de Santa Catarina que é 13,1%. Observa-se que as Regiões com os maiores percentuais são a Região 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II), com 31,8% e Região 2 (Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca) com 26,8%.

No quesito baixo peso ao nascer, as Regiões 3 e 5 estão conectadas aos maiores percentuais 11,4% e 9,2%, respectivamente, com uma média de 7,3% no município.

Do percentual de agravos de 0 a 17 anos, pode-se ver que 64,8% estão atribuídas a “causas externas de morbidade e de mortalidade”, e 20,8% à “algumas doenças infecciosas e parasitárias”.

No que tange a taxa de violação de Direito à Vida e Saúde, a Região crítica é a 3, com 42,8 por mil habitantes, com diferença entre maior e menores valores encontrados de quase 5 vezes, quando comparada com a Região 4 (Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin), por exemplo, com a taxa de 7,3 por mil habitante. Sendo que 34,4% das notificações atribuem-se a negligência em relação a saúde e 26,7% a porte e/ou uso de álcool ou drogas.

9. INDICADORES DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

Detalhamento:

Para o cálculo dos indicadores deste eixo de direito, foram utilizados os dados do Conselho Tutelar, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Seade, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, referente ao ano de 2017.

A sintetização dos dados dos atendimentos do Conselho Tutelar baseou-se na classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), em cujas categorias de motivo de atendimento estão relacionadas situações como evasão escolar, infrequência escolar, falta de vaga em creche, falta de vaga no ensino fundamental, entre outros.

Da base de dados cedida pelas Secretarias de Educação, Municipal e Estadual, foram considerados os registros de evasão e infrequência escolar, cujo protocolo prevê a notificação e encaminhamento ao Conselho Tutelar.

Realizado anualmente pelo INEP, o Censo Escolar é o principal instrumento de levantamento de dados estatístico educacionais de âmbito nacional, realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país, possibilitando que se verifique desde o número de matrículas e rendimento dos alunos até a infraestrutura das escolas e funções docentes. Por meio dos dados do Censo Escolar, foi possível calcular os indicadores que referem-se à situação do aluno, tanto da rede pública municipal e estadual, como da rede privada de ensino.

9.1 CRIANÇAS DE 0 E 3 ANOS QUE FREQUENTAM A CRECHE

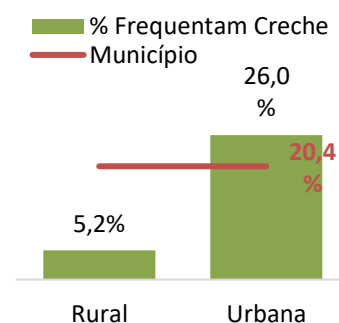
Definição: Número de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola sob o total de crianças de 0 a 3 anos.

O Plano Municipal da Educação de Canoinhas (PME) estabeleceu a meta de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos em Creches até 2024. Canoinhas em 2010 alcançou média de 20,4%, abaixo dos percentuais encontrados em Santa Catarina (23,5%) e Brasil (34,5%).

Zona	População de 0 a 3 anos		
	Total	Frequentam Creche	%Frequentam Creche
Rural	782	41	5,2%
Urbana	2104	548	26,0%
Canoinhas	2886	589	20,4%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

% Frequentam a Creche	
Brasil	34,5%
SC	23,5%



Porém para o ano de 2017 segundo o Censo Escolar de 2017 e a estimativa populacional com base no número de nascimentos do SINASC, Canoinhas obteve cerca de 33,0% de crianças de 0 a 3 anos matriculados em creches.

Zona	População de 0 a 3 anos	Matriculados em creche	% Matriculados em creche
Canoinhas	2787	921	33,0%

Fonte: INEP, 2017 e DATASUS, 2016,2015,2014,2013.

9.2 PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA

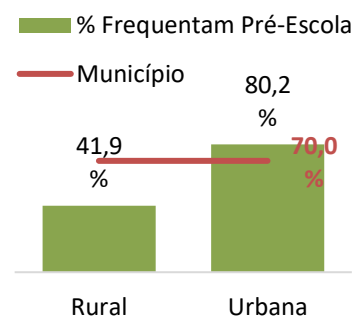
Definição: Número de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola sob o total de crianças de 4 a 5 anos

Para crianças de 4 a 5 anos a meta no PME era universalização até 2016. Segundo os dados do IBGE, em 2010, Brasil e Santa Catarina alcançaram em torno de 80%. Canoinhas, por sua vez, alcança 70% sendo que na área Rural a adesão estava em 41,9%.

Zona	População de 4 a 5 anos		
	Total	Frequentam Pré-Escola	%Frequentam Pré-Escola
Rural	473	198	41,9%
Urbana	1302	1044	80,2%
Canoinhas	1775	1242	70,0%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

% Frequentam a Pré-Escola	
Brasil	80,1%
SC	80,0%



Para o ano de 2017, segundo o Censo Escolar e a estimativa populacional com base no número de nascimentos do SINASC, Canoinhas obteve cerca de 65,7% de crianças de 4 a 5 anos matriculados em pré-escolas.

Zona	População de 4 a 5 anos	Matriculados em Pré-Escola	% Matriculados em Pré-Escola
Canoinhas	1909	1254	65,7%

Fonte: INEP, 2017 e DATASUS, 2016,2015,2014,2013,2012,2011.

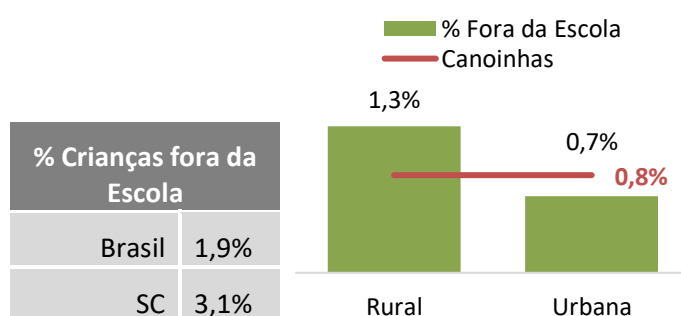
9.3 PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 E 14 ANOS QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA

Definição: Número de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que não frequentam a escola sob o total de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos

Segundo o PME de Canoinhas a meta é universalizar o ensino para as faixas etárias de 6 a 14 anos até 2016. O percentual de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que não estavam na escola era de 0,8% em 2010, é bom quando comparado aos indicadores do Brasil com 1,9% e Santa Catarina com 3,1%.

Zona	População de 6 a 14 anos		
	Total	Fora da Escola	%Fora da Escola
Rural	2132	27	1,3%
Urbana	4972	33	0,7%
Canoinhas	7104	60	0,8%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.



9.4 PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA

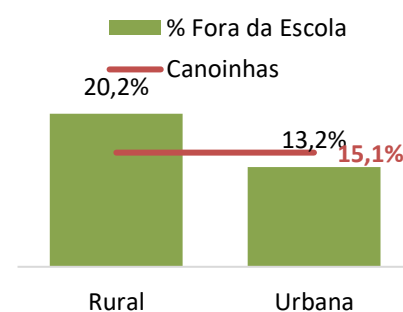
Definição: Número de adolescentes de 15 a 17 anos que não frequentam a escola sob o total de adolescentes de 15 a 17 anos

A meta do PME de Canoinhas para a faixa etária de 15 a 17 anos era universalizar o ensino até 2016. O município em 2010 obteve com percentuais melhores que o estado, com 15,1%, supera tanto Santa Catarina, com 16,7% quanto o Brasil com 19,8%.

Zona	População de 15 a 17 anos		
	Total	Fora da Escola	%Fora da Escola
Rural	782	158	20,2%
Urbana	2147	283	13,2%
Canoinhas	2929	441	15,1%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

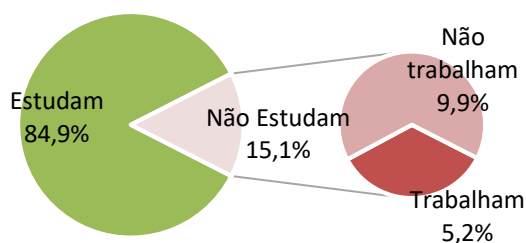
% Adolescentes fora da Escola	
Brasil	19,8%
SC	16,7%



Vale complementar que dos 441 que não frequentam a escola, 287 também não trabalhavam, compondo 9,9% da faixa etária.

Zona	População de 15 a 17 anos	Não estudam	(%)	Não Estudam e Não Trabalham	(%)
Canoinhas	2929	441	15,1%	287	9,9%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.



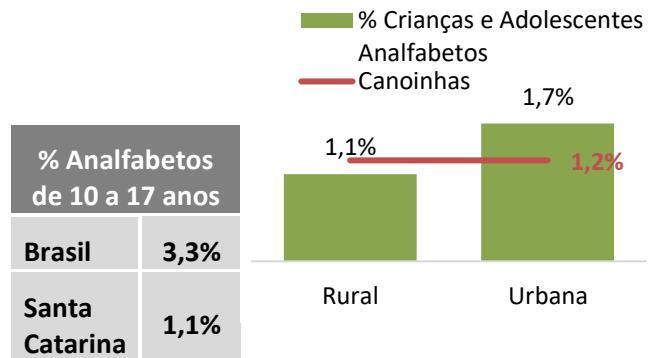
9.5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 10 A 17 ANOS ANALFABETOS

Definição: Percentual de adolescentes de 10 a 17 anos analfabetos

No quesito analfabetismo de 10 a 17, Canoinhas encontrava-se relativamente bem, com 1,2% estava abaixo do indicador Brasileiro de 3,3% e pouco a acima do indicador Catarinense de 1,1%.

Zona	População de 10 a 17 anos		
	Total	Analfabetos	% Analfabetos
Rural	5681	61	1,1%
Urbana	2124	36	1,7%
Canoinhas	7805	97	1,2%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

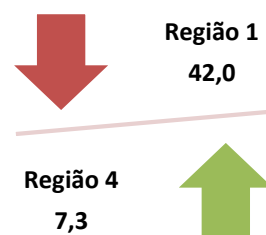


9.6 TAXA DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLAÇÃO DE DIREITO A EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Definição: Notificações de adolescentes de 12 a 17 anos cujos direitos no eixo foram violados por mil habitantes

Quanto a notificações de violações de direito por regiões, pode-se observar que a maior concentração por habitante se encontra na Região 3 (Boa Vista e Piedade), cerca de 4,6 vezes mais que a Região 4 (Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin) com menos notificações, 7,3 por mil habitante. Das notificações dadas, 98% correspondem a evasão ou infrequência escolar, enquanto os outros 2% à desinformação da obrigatoriedade.

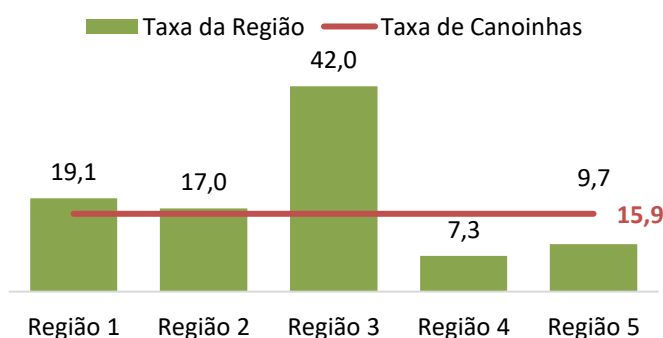
Região Geográfica	Notificações	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	79	4.144	19,1	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	60	3.533	17,0	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	49	1.167	42,0	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	16	2.205	7,3	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	44	4.540	9,7	31,1%
Canoinhas	248	15.589	15,9	100,0%



DESIGUALDADE:
4,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Conselho Tutelar, 2010.



9.7 TAXA DE REPROVAÇÃO E ABANDONO POR TIPO DE DEPENDÊNCIA

Definição: Número de reprovados e abandonos pelo total de matriculados

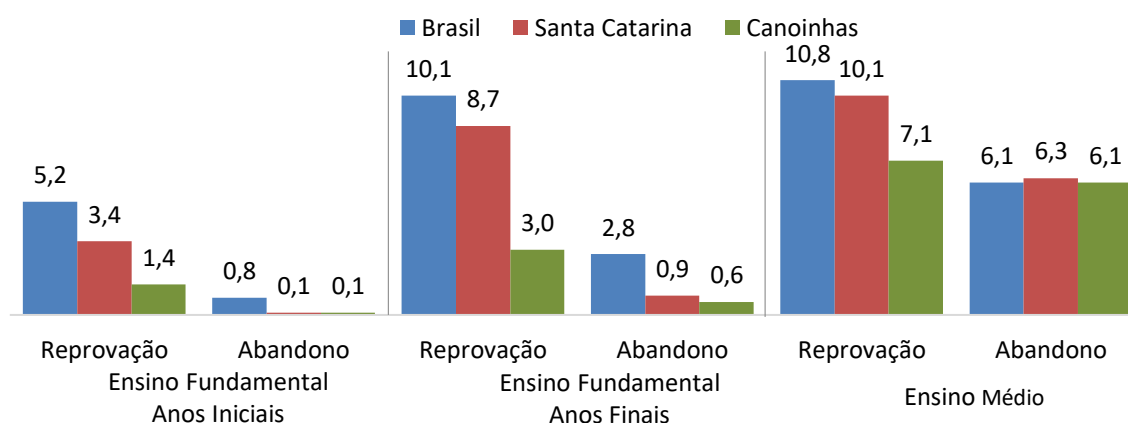
Com relação a Taxas de Reprovação e Abandono, segundo o INEP, Canoinhas em todas as Etapas de Ensino de Ensino Fundamental a Ensino Médio, obteve taxas próximas ou melhores que o estado de Santa Catarina e o Brasil. A informações deste indicador são provenientes da segunda etapa do Censo Escolar de 2017.

Estas taxas são calculadas da seguinte forma, de acordo com o INEP: o número de reprovados ou abandonos sobre o total de matrículas multiplicados por 100. Portanto, nesta tabela cada célula corresponde a quantidade de ocorrências a cada cem alunos.

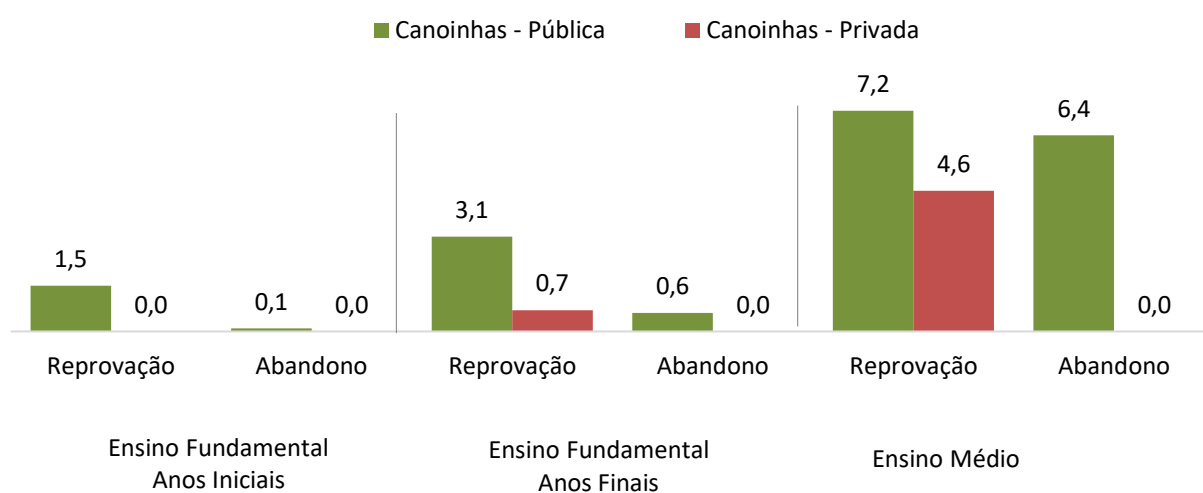
Vale notar que as proporções entres escolar públicas e privadas, bem como as de urbanas e rurais não são iguais, portanto os valores de Canoinhas que representam o contexto geral não refletem uma média entre os valores desagregados.

Região	Ensino Fundamental Anos Iniciais		Ensino Fundamental Anos Finais		Ensino Médio	
	Reprovação	Abandono	Reprovação	Abandono	Reprovação	Abandono
Brasil	5,2	0,8	10,1	2,8	10,8	6,1
Santa Catarina	3,4	0,1	8,7	0,9	10,1	6,3
Canoinhas	1,4	0,1	3,0	0,6	7,1	6,1
Canoinhas - Pública	1,5	0,1	3,1	0,6	7,2	6,4
Canoinhas - Privada	0,0	0,0	0,7	0,0	4,6	0,0
Canoinhas - Urbana	1,2	0,2	2,8	0,6	7,6	6,4
Canoinhas - Rural	2,2	0,0	3,9	0,6	0,0	0,0

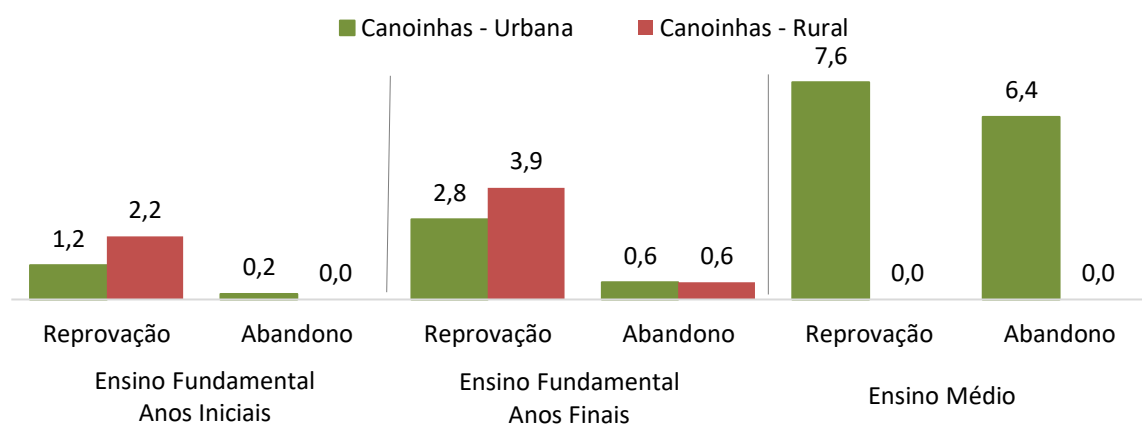
Fonte: INEP, 2017.



Quando comparadas as taxas entre ensino público e privado, observa-se que as escolas públicas apresentam indicadores piores que as de âmbito público, principalmente quando considerada a taxa de abandono no Ensino Médio.



E quando comparadas as taxas entre ensino rural e urbano, observa-se que as escolas urbanas apresentam indicadores piores que as de âmbito rural, tanto as taxas de abandono quanto reprovação no Ensino Médio.



9.8 REGISTROS DE INFREQUÊNCIA ESCOLAR PELO APOIA

Definição: Número de notificações de evasão escolar resolvidas ou não pelo programa

Para combater a evasão escolar, em 2001, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), criou o Programa APOIA, que mobiliza as escolas, os conselhos tutelares, o MPSC e toda a sociedade para trazer os alunos de volta para a sala de aula. O APOIA trabalha em rede, cada parte responsável (Escola, Conselho Tutelar e Ministério Público), assume o compromisso de trazer o aluno de volta à sala de aula. O público-alvo do APOIA são crianças e jovens de 4 a 17 anos que não completaram o ensino obrigatório. (MPSC, 2018). O programa tem três etapas principais de funcionamento:

1. **A Escola** deve procurar os pais quando um acriança ou adolescente falta cinco dias seguidos ou sete dias durante o mês;
2. Caso o aluno não volte a frequentar as aulas em uma semana, a Escola encaminha o caso ao **Conselho Tutelar**, que tem 15 dias para buscar uma solução com os pais, o aluno e a Escola;
3. Se o aluno continuar faltando, o caso é levado ao **Ministério Público**, onde o primeiro objetivo é ainda tentar um acordo.

Rede de ensino	Nome da escola	APOIAs abertas	APOIA's ao Conselho Tutelar	APOIAs não resolvidas	(%) Não resolvida
Estadual	EEB. IRMA MARIA FELÍCITAS	31	14	12	38,7%
Estadual	EEB. RODOLFO ZIPPERER	34	34	11	32,4%
Estadual	EEB. ALMIRANTE BARROSO	24	24	7	29,2%
Municipal	EBM GUILHERMINA VEIGA FERREIRA	8	6	6	75,0%
Estadual	EEB. JÚLIA BALEOLI ZANIOLO	19	16	5	26,3%
Municipal	EBM DR. AROLD CARNEIRO CARVALHO	12	5	5	41,7%
Municipal	EBM PRESIDENTE CASTELO BRANCO	11	4	5	45,5%
Estadual	CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10	4	4	40,0%
Estadual	EEB. SANTA CRUZ	5	5	3	60,0%
Municipal	EBM BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO	6	2	2	33,3%
Municipal	EBM JOSÉ GROSSKOPF	3	2	2	66,7%
Municipal	EBM MARIA LOVATEL PIRES	25	1	1	4,0%
Estadual	EEB. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	11	1	1	9,1%
Municipal	EBM ACHILLES PAZDA	4	1	1	25,0%
Estadual	EEB. MANOEL DA SILVA QUADROS	3	3	1	33,3%
Municipal	EBM SEVERO DE ANDRADE	3	1	1	33,3%
Municipal	EBM ALBERTO WARDENSKI	3	1	1	33,3%
Municipal	EBM MARIA IZABEL DE LIMA CUBAS	20	0	0	0,0%
Estadual	EEB. JOÃO JOSÉ DE SOUZA CABRAL	5	0	0	0,0%
Municipal	EBM EVALDO DRANKA	2	1	0	0,0%
Municipal	GEM NEY PACHECO DE MIRANDA LIMA	1	4	0	0,0%
Municipal	EBM ALZIRINHA DE ANDRADE	1	0	0	0,0%
Municipal	GEM FREI FABIANO GADZINSKI	1	0	0	0,0%
Canoinhas	TODAS	242	139	68	28,1%

9.9 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS DO EIXO DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER:

Com relação aos indicadores no eixo de Direito À Educação, Esporte, Cultura E Lazer, pode-se observar a questão de frequência escolar, reprovação e abandono:

Na faixa etária de 0 a 3 anos a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é atender 50% da população desta faixa etária e Canoinhas encontra-se com 33%, apesar de baixo, o valor é semelhante ao do Brasil, 34,1%. Na faixa etária de 4 a 5 anos inicia-se a obrigatoriedade, onde a meta é 100% pelo PNE, mas Canoinhas alcança apenas 65,7%, aproximadamente.

Já nas faixas etárias de 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, no Censo de 2010, Canoinhas apresentou maior número de frequência em escolas que Santa Catarina e Brasil. Com médias de 1,2% para 6 a 14 anos e 15,1% para 15 a 17 anos. Enquanto no Brasil a taxa de 6 a 14 anos foi de 3,1% - mais que o dobro -, e de 15 a 17 anos, 19,8%. Nota-se que dos 15,1% de 15 a 17 anos fora das escolas, 65% também não trabalhavam, ou seja, estavam ociosos.

No âmbito de reprovação e abandono, foram vistos indicadores positivos para os anos fundamentais quanto ensino médio em Canoinhas, quando comparados aos dados de Santa Catarina e Brasil. E ainda, quando comparadas escolas públicas e privadas, apontam-se as taxas de abandono do ensino público no ensino médio. E entre rurais e urbanas, surpreendentemente as rurais apresentam 0% de abandono no Ensino Médio, interessante quando notado que o abandono é consideravelmente maior em áreas urbanas.

Na questão Violação de Direitos, a Região 3 (Boa Vista, Piedade) apresentou a maior taxa de notificações do indicador, com 43 notificações por mil habitantes sendo que a média do município foi de 13,5 por mil habitante. Nota-se também que 98% das notificações referem-se a evasão escolar, e 2% com relação a desinformação da obrigatoriedade.

A Região 4 (Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin) apresentou - no último indicador do eixo, vinculado ao Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA), do Ministério Público de Santa Catarina - 242 notificações de infrequência escolar, sendo que 68 não foram resolvidas (28,1%), e 139 (58%) foram encaminhadas ao Conselho Tutelar. Percebe-se também que a Região 4 (Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin) apresenta as maiores taxas, considerando uma margem que corresponde a mais que o dobro das outras Regiões, o que demonstra que esta requer maior atenção na questão educacional.

10. INDICADORES DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO

Para o cálculo dos indicadores deste eixo de direito, foram utilizados os dados do Conselho Tutelar e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A sintetização dos dados dos atendimentos do Conselho Tutelar baseou-se na classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), em cujas categorias de motivo de atendimento estão relacionadas situações como evasão escolar, infrequência escolar, falta de vaga em creche, falta de vaga no ensino fundamental, entre outros.

Cabe ressaltar que segundo o IBGE, entende-se por trabalho infantil aquele que não se enquadra nas condições definidas na legislação brasileira como admissível para ser realizado por pessoas de menos de 18 anos de idade.

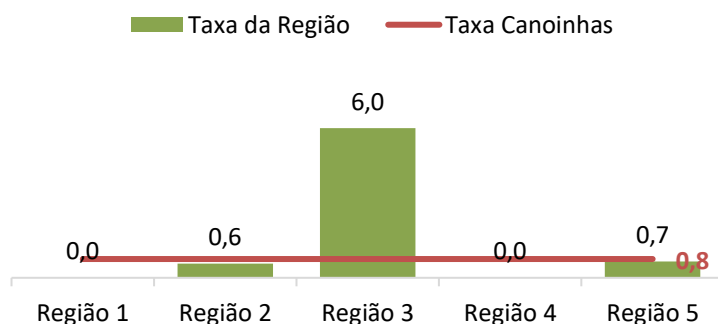
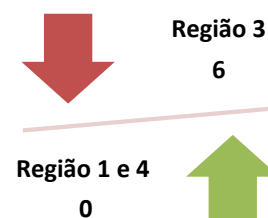
10.1 TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

Definição: Número de notificações de violação do direito à profissionalização e proteção ao trabalho por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos

O Município registrou 12 notificações de trabalho infantil, sendo a maioria na Região 3 (Boa Vista e Piedade), a qual originou uma taxa de 6 crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil.

Região	Nº Notificações de trabalho infantil	População de 0 a 17 anos	Taxa (1000 hab.)	(%) de pessoas de 0 a 17 anos na região
Região 1: Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II	0	4.144	0,0	31,9%
Região 2: Industrial I, Jardim Esperança, Alto da Tijuca	2	3.533	0,6	31,7%
Região 3: Boa Vista, Piedade	7	1.167	6,0	27,3%
Região 4: Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin	0	2.205	0,0	22,7%
Região 5: Zona Rural (demais setores)	3	4.540	0,7	31,1%
Canoinhas	12	15.589	0,8	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, 2017.



DESIGUALDADE:

6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

10.2 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS DO EIXO DE DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO:

Em relação à questão de Trabalho Infantil, o Conselho Tutelar notificou 12 casos de violação ao direito à profissionalização e proteção no trabalho, o que gerou uma taxa de 0,8 no município de Canoinhas. Destaca-se, porém que mais da metade dos casos foram notificados na Região 3 (Boa Vista e Piedade), sendo que as Regiões 1 (Água Verde, Campo d'Água Verde, Industrial II) e 4 (Sossego, Alto das Palmeiras, Centro, Tricolin) não apresentaram nenhum caso.

PARTE IV

11. PESQUISA DE PERCEPÇÃO

No mês de junho de 2018 foram realizadas as pesquisas de percepção no Município de Canoinhas, através de rodas de conversa, com objetivo de investigar e construir um panorama geral sobre a realidade dos adolescentes, das famílias e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do Município, com os seguintes grupos:

- ✓ Rodas de conversa com adolescentes da área urbana, realizada em escola da rede municipal;
- ✓ Rodas de conversa com adolescentes da área rural, realizada em escola da rede municipal;
- ✓ Rodas de conversa com pais e responsáveis realizada na sede do CIEE;
- ✓ Rodas de conversa com a rede de atendimento pública realizada na sede da Prefeitura Municipal;

Essa divisão dos grupos possibilitou conhecer de forma ampla não apenas a realidade das famílias e dos adolescentes residentes no Município, mas traçar uma conjectura da rede de atendimento e do sistema de garantia do público em epígrafe. Importante destacar que não constituiu objetivo central deste estudo a avaliação dos serviços específicos supramencionados.

Utilizou-se como metodologia de pesquisa o critério de investigação qualitativo, cuja amostragem em relação ao número de grupos e de entrevistados não é o foco principal, em virtude do cunho essencialmente valorativo desta abordagem, que se preocupa em estudar e compreender de modo subjetivo as particularidades e experiências individuais que traçam a visão de mundo dos entrevistados em relação aos pontos pesquisados. A justificativa da escolha desta metodologia fundamenta-se no objetivo proposto por este Diagnóstico, o de conhecer a realidade da criança e do adolescente do Município, todavia sem limitar-se aos números e dados quantitativos e nem contrapor-se a eles, mas como forma de complementar e enriquecer este estudo, uma vez que este método permite ao pesquisador adentrar no mundo vivido pelos sujeitos, para que a partir de seus discursos possa compreender os sentimentos, valores, ideologias e motivações que o permeiam (MINAYO, 2004).

Nesses termos ressalta-se que os principais resultados coletados serão apresentados por grupo, e por tema relacionados aos Eixos de Direito de Convivência Familiar e Comunitária; Vida e Saúde; Liberdade, Respeito e Dignidade; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; e Profissionalização e Proteção no Trabalho.

11.1 RODAS DE CONVERSA COM ADOLESCENTES DA ÁREA URBANA E RURAL

A distribuição da pesquisa com os adolescentes buscou priorizar a hegemonia territorial do Município, tendo sido realizados dois grupos, em que ao todo foram entrevistados vinte adolescentes em duas instituições de ensino da rede pública, uma localizada na região urbana e outra na região rural. A média de idade foi entre 12 e 17 anos, e em ambos os grupos, os adolescentes foram escolhidos de forma aleatória pelos técnicos e professores dos equipamentos de ensino. Em virtude da realidade fática dos adolescentes e das diferenças intraurbanas, os dados coletados e as análises serão apresentados por grupo participante da entrevista.

Convivência Familiar e Comunitária

Arranjos familiares e convivência intrafamiliar

Região Urbana

Os arranjos familiares, isto é, a composição das famílias, assim entendidas como pessoas que convivem e habitam o mesmo lar, são bem variados contemplando cinco famílias compostas por ambos os pais biológicos, quatro por mãe e padrasto ou pai e madrasta, e um adolescente que mora apenas com a mãe. Sobre as relações familiares foi possível perceber que a maioria se sente acolhido e dialoga com a família, porém têm dificuldade em conversar abertamente com os pais sobre assuntos mais polêmicos como sexualidade, uso de drogas, entre outros, em virtude de sentirem vergonha. Um dos adolescentes relata não ter intimidade com os pais para tratar desses assuntos, opinião esta que é assentida pelos demais. Pelas falas é perceptível que possuem vínculos de estreiteza para tratar de assuntos de sua vida particular com pessoas da qual possuem confiança, geralmente da mesma faixa etária.

Região Rural

Na configuração familiar prevalecem os arranjos domiciliares formados a partir dos vínculos biológicos com ambos os pais, em que foi possível identificar apenas uma adolescente que mora com o pai e madrasta, e um que mora com os avós. É possível perceber que a composição das famílias da região rural é maior do que a urbana, em relação ao número de irmãos, sendo apenas um dos adolescentes filho único.

As relações dos adolescentes com suas famílias variam muito de caso a caso. Alguns mencionam ter diálogo aberto com os pais, enquanto outros demonstraram não se sentir à vontade

para tratar de assuntos de sua intimidade, e dizem procurar a amigos, tias e professores para conversar. Neste ponto, surge também a questão da confiança, de como é contar aos pais que já fez algo errado, ou admitir que utilizou bebida alcoólica, por exemplo. É possível perceber que há um respeito hierárquico pelos pais de modo geral, e quando questionados sobre os meios de repreensão a maioria diz que é estabelecido o diálogo, mas em algumas falas aparece o uso de meios de correção física por parte dos pais, principalmente quando aos episódios envolvem situações mais extremas.

Os adolescentes trouxeram a diferença geracional como um fator negativo no aspecto familiar, especialmente as diferenças relacionadas aos costumes, ao uso da tecnologia como celular, internet e redes sociais e sugeriram a promoção de ações em que os pais pudessem ser orientados sobre o tema.

“Queria que tivesse alguma coisa que conversasse com os pais, porque a geração do meu pai é diferente da minha, então as vezes ele não sabe como lidar, conversar, ele não sabe dos meus problemas todos, então para ele aprender a conversar, porque eu sou diferente do que ele já viveu, alguma coisa que fizesse ele se adaptar coma geração de hoje em dia.”

Muitos adolescentes queixam-se que os pais têm dificuldade em ver as situações sob a perspectiva e realidade social atual, e por isso gostariam que alguém pudesse instruí-los e fazê-los compreender que ser adolescente hoje é diferente do que foi na época deles. Os entrevistados apontam que as diferenças temporais e culturais acabam por criar uma dificuldade no convívio e na comunicação, pois em alguns momentos os pais acabam por tecer expectativas em relação ao seu comportamento e atitudes com base naquilo que viveram *“antigamente”*.

“Eles tentam colocar as coisas no tempo que eles viveram” e costumam repetir “no meu tempo não tinha isso”.

Convivência Comunitária

Região Urbana

Pelas falas dos adolescentes é possível perceber que se conhecem há um certo tempo, e estabelecem vínculos de amizade entre si. Um dos entrevistados comenta que é novo na cidade, tendo recentemente vindo de uma cidade de um outro Estado, muito maior que Canoinhas, e que está tendo dificuldades em adaptar-se, pois além da diferença cultural, sente falta dos seus amigos, de ter com quem falar, conversar. Um outro adolescente o interrompe e diz que ele tem amigos aqui, afirmação esta que não é negada, mas complementada com o relato de que sente falta de ter pessoas de sua confiança, que sejam mais próximas e que o conhecem há mais tempo, para que ele

possa expressar seus sentimentos, suas preocupações e opiniões, principalmente porque tem dificuldades de relacionamento com seu pai, e não consegue conversar muito com ele.

Região Rural

Nas comunidades rurais é possível perceber que os vínculos sociais entre os seus membros são mais fortes e que grande parte diz participar de grupos de jovens vinculados a uma religião ou de grupos esportivos.

Percebe-se que os espaços de interação para os adolescentes são as escolas e eventos por ela organizados, os campos esportivos, a casa dos vizinhos e parentes, e os espaços das entidades religiosas que costumam organizar festividades, oficinas de música, e retiros da qual participam as comunidades localizadas nas redondezas. Apenas um dos adolescentes relatou que vai todo o final de semana para a região urbana, pois no sábado faz curso profissionalizante e fica na casa da família da namorada.

Percepção sobre Canoinhas

Região Urbana

A maioria dos adolescentes residentes na região urbana diz gostar de morar em Canoinhas por ser uma cidade tranquila e que oferece segurança, mas que não pretendem morar aqui no futuro em virtude da dificuldade de vaga no mercado de trabalho, da dificuldade em se preparar para o vestibular e do acesso ao ingresso em ensino superior. Dizem ainda que até voltariam a morar aqui depois de se aposentarem, pois para o jovem a cidade não oferece muitos atrativos.

Muitos dos adolescentes comentaram que ficam em casa nos finais de semana em virtude da falta de opções para o lazer oferecidas pela Município. Eles apontam como espaços de interação e lazer as praças, parques e centros esportivos, quando em bom estado de conservação e seguros, pois relataram a falta de cuidado, o abandono do poder público, e a frequência de pessoas que geram insegurança como fatores impeditivos para acessar esses locais, mas que quando há o dia da família é possível frequentar a praça com segurança.

“As pessoas que querem usar não podem”

Os adolescentes também relatam que há um cinema, que o valor é razoavelmente acessível, pois os menores de 18 anos pagam meia entrada, mas afirmam que falta opções de lazer no

município, e sugerem a criação de um salão de jogos, e de espaços públicos bem cuidados como praças e quadras esportivas nos bairros para permitir o acesso de todos.

Região Rural

Todos os adolescentes afirmam que gostam de morar na área rural em virtude da segurança, da tranquilidade, e da proximidade com a família, mas apontam que a região central possui mais recursos e atrativos para a sua idade. Nos finais de semana a interação acontece entre as comunidades, em que as famílias costumam frequentar a casa um dos outros, ir nas festividades religiosas nas comunidades próximas.

Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Percepção sobre a escola

Região Urbana

No geral, os adolescentes relataram gostar da escola, dos professores e da equipe de apoio. Ficou claro que os alunos se sentem acolhidos e respaldados pelo corpo de apoio da escola, tanto para tratar de temas relacionados as dificuldades vivenciadas em ambiente escolar, como situações cotidianas e da vida íntima. Porém, criticaram a infraestrutura escolar, a falta de equipamentos tecnológicos, e apontaram o vandalismo como fatores negativos.

Com relação as aulas e a didática de ensino foram assinaladas a comunicação e a dificuldade que alguns professores têm em transmitir e ensinar o conteúdo. Neste ponto o fator da infraestrutura foi mais uma vez mencionado, já que os próprios alunos relataram que na escola estão disponíveis apenas três projetores multimídia para atender a cinquenta e seis professores e quinze turmas.

Pela fala dos entrevistados denota-se que a fragilidade apontada com relação a estrutura física é agravada com o vandalismo, pois os alunos relataram que já foi necessário trocar várias vezes os vidros da escola e substituir as portas do banheiro por portas de ferro.

“Pessoas que querem vir para estudar e são prejudicados por conta disso”.

Quando questionados sobre a sua visão com relação ao motivo pelo qual os alunos praticavam atos de depredação, os entrevistados nos disseram acreditar que se tratavam de pessoas

não compreendidas ou que não queriam vir para a escola, cuja prática do vandalismo acabava sendo uma forma de chamar atenção, protestar ou de descontar a raiva latente.

Região Rural

Com relação a escola os adolescentes mencionam que gostam de estudar ali, dos professores, da equipe de apoio, da merenda escolar, da estrutura, queixando-se apenas com relação ao transporte escolar, em função do atraso de uma linha que além de fazer a sua, está cobrindo uma outra localidade. Quando questionados com relação ao tempo de deslocamento relataram que levam em torno de 40 minutos à uma hora e meia dentro do ônibus para chegar a escola. Sobre a situação de vandalismo mencionaram que há um caso ou outro, mas que são raras exceções.

Ainda sobre a escola os entrevistados demonstram ter vínculos não apenas entre si, mas também com professores e orientadores, como pessoas de referência em sua vida, a quem estes inclusive buscam para conversar sobre questões pessoais.

Para os alunos com dificuldades de aprendizagem a escola demonstra oferecer todo o apoio, assim como os pais mostram-se bem presentes na rotina e nas tarefas dos filhos, auxiliando-os e orientando nas tarefas na medida em que tem conhecimento, e na falta deste os aconselham a procurar ajuda dos professores. Os alunos sugeriram que houvesse maior oferta de projetos e atividades extracurriculares na escola.

Com relação a infrequência e evasão escolar os orientadores esclarecem que fazem o acompanhamento e monitoramento conforme preceituado pela política do sistema de garantia, mas que percebem que o fato das grandes empresas da região exigirem o comprovante de matrícula e de frequência dos filhos em idade escolar dos pequenos produtores como requisito para efetivar a compra da safra, tem contribuído para a diminuição desses números.

Percepção sobre Esporte, Cultura e Lazer

Região Urbana

O acesso às atividades de cultura, esporte e lazer foi apontado pelos adolescentes como um dos principais pontos de defasagem no Município, especialmente nos contra turnos escolares e nas regiões mais distantes do centro.

“[...] não tem o que a gente fazer de manhã, de noite, final de semana. Falta uma aula! Tem a Casa da Cultura aqui? Tem, mas você não sabe o que tem lá, não sabe o que é ofertado”.

Os entrevistados foram enfáticos na necessidade de ampliação das atividades ofertadas, em virtude dos espaços pequenos ou limitados e do número de vagas restrito. Sugeriram como opções de novos cursos a oferta de aulas de desenho, pintura e música. Uma entrevistada também propôs que fosse realizado um grupo de apoio, onde os alunos pudessem conversar e debater sobre questões políticas e filosóficas.

“Ter aquele momento que você possa reunir. Eu achei legal vir aqui, se reunir com os alunos de outras turmas, conversar sobre determinado assunto, debates, fazer alguma coisa... sei lá, parece que quando você é adolescente as pessoas não te dão muito valor, não levam você a sério... acham que você só quer saber de festa e namoro, sei lá a gente não quer só isso.”

Dos entrevistados, oitenta por cento disseram que gostavam de praticar atividades esportivas, mas que no Município tinham poucas opções de aula, pois na escola é ofertado apenas futebol, queixa esta reiterada pelo público feminino. Assim, foi sugerido que a oferta fosse ampliada para outras modalidades esportivas, como voleibol e handebol.

A orientadora escolar nos informou que esse ano foi instalado o período integral na escola, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, cuja a grade curricular estão contempladas aulas de arte, cultura e esportes, por ter uma proposta um pouco diferente do ensino tradicional, que infelizmente deixa a desejar neste ponto.

Quando questionados se teriam interesse em realizar atividades contratuais a maioria demonstrou interesse em fazer, caso tivesse oportunidade de realizá-las gratuitamente. Dentre as demandas estavam os cursos de desenho, pintura, música, idioma, informática, cursos direcionados para a área de humanas, preparatório para vestibular e cursos profissionalizantes.

Região Rural

Os equipamentos de lazer da região central como praças e parques não são acessíveis a maior parte das famílias residentes na região rural, que no final de semana acabam por participar das atividades de lazer nas comunidades próximas. A maioria dos adolescentes afirmou nunca ter ido ao cinema, e menciona a distância e o transporte como dificuldade de acesso. Dos adolescentes entrevistados todos relatam que a família possui algum meio de transporte, sendo que nove delas possuem veículo automotor, e uma possui apenas motocicleta.

Nas atividades contratuais, há apenas um projeto com pouco número de vagas ofertado pela escola. Quando questionados os entrevistados se eles tinham conhecimento das atividades esportivas oferecidas pela fundação cultural nas escolas e das aulas ofertadas pela casa da cultura, mencionaram que não. Eles reiteram que têm vontade em fazer aulas de futebol, atletismo, vôlei, dança e pintura, mas mais uma vez surge a questão do acesso e transporte.

“Não é falta de vontade, mas falta de oportunidade”.

Profissionalização e Proteção no trabalho

Profissionalização

Região Urbana

A maior parte dos adolescentes afirmou ter pretensão de cursar ensino superior. Porém, muitos colocam esta pretensão também como uma preocupação em relação ao futuro, já que há apenas uma faculdade privada no Município, cujo acesso a bolsa de estudos é dificultoso, assim como o ingresso em uma universidade pública também é improbo, em virtude de não estarem preparados a enfrentar o vestibular pelo ensino ofertado e da distância territorial que envolvem custos de deslocamento e moradia. Percebe-se assim que este é um ponto que merece atenção especial, pois na conjectura apresentada o acesso dos adolescentes residentes no Município ao ensino superior tende a ser obstado em função das condições econômicas, que representa o custo de estudar em uma faculdade particular, e da dificuldade que é encontrar um emprego sem formação que permita o sustento concomitantemente ao custeio do estudo.

“Falta emprego para a gente pagar a faculdade, e falta bolsa para a gente poder estudar”

Percebe-se que a inserção no mercado de trabalho é uma preocupação dos adolescentes, pois eles afirmam que há pouca oferta de emprego do Município. Apontam que gratuitamente são oferecidas apenas poucas vagas nos cursos de magistério e de administração em uma escola estadual longe e de difícil acesso, e que os demais cursos profissionalizantes ofertados são privados e caros, em virtude de não haver concorrência. Ficou evidente que há uma forte demanda entre os adolescentes por cursos profissionalizantes gratuitos e programas de inserção no mercado de trabalho. Também, pelos relatos dos entrevistados e da orientadora foi possível perceber que os adolescentes cujas famílias possuem melhores condições financeiras acabam por procurar oportunidades de formação em municípios vizinhos.

Região Rural

Dentre as principais dificuldades apontadas pelos adolescentes com relação ao acesso aos cursos de profissionalização está o aspecto socioeconômico, pois somado ao custo da mensalidade ainda há o custo de deslocamento. Na prática percebe-se que o fator do custeio aliado a sazonalidade do agronegócio acaba por evidenciar ainda mais esta dificuldade.

“Não é sempre, todo mês que tem dinheiro para pagar”.

Além da questão financeira, a questão do acesso e transporte também acaba por ser um duplo fator de dificuldade, já que em virtude da distância e da dificuldade de deslocamento muitos acabam por desistir. Eles nos esclarecem que a distância de carro é em média de trinta a quarenta quilômetros, que nem sempre os pais têm disponibilidade para ir leva-los e busca-los e que dependendo da comunidade de residência é necessário andar a pé de seis a dez quilômetros para chegar ao asfalto, onde há ponto de ônibus.

Os entrevistados mencionam que gostariam de ter oportunidade de participar do programa jovem aprendiz, e dentre as áreas principais área de interesse para os cursos de capacitação são citadas administração, informática, inglês, mecânica e curso de pré-vestibular. Alguns dos alunos também mostraram interesse em fazer escola agrícola, mas segundo eles a disponibilidade de vagas e a distância da instituição são apontados como ponto negativo, pois os alunos acabam tendo que ficar na escola o final de semana, e esporadicamente retornam para visitar os pais.

Sobre situação de trabalho

Região Urbana

Dos entrevistados apenas duas adolescentes já trabalham em estágio promovidos e divulgados pela escola em período contraturno, recebendo auxílio estágio. Também foram introduzidas outras perguntas de modo a identificar se havia algum dos entrevistados que realizava algum outro tipo de atividade que pudesse ser caracterizada como uma forma de trabalho, ainda que informal, não sendo identificado nenhum caso. Para aqueles que não trabalham, quando questionados sobre qual deles gostariam de trabalhar, outros três levantaram a mão, mas ainda não tinham idade suficiente para ingressar no mercado de trabalho.

Região Rural

Pelo diálogo é possível perceber que a cultura do trabalho é forte na região.

Quando questionados com relação ao trabalho, a maior parte dos adolescentes trabalha auxiliando a família na propriedade rural ou nas atividades da casa, mas mostram um certo receio em admitir e contar um pouco da sua rotina. Evidenciaram que as atividades laborais são sazonais, e na perspectiva dos mesmos tais práticas laborativas não atrapalham nos estudos, pois para os ali presentes não é obrigatório, e apontam como fator positivo receberem dinheiro para arcar com sua educação e capacitação profissional. Uma das adolescentes diz que recebe dinheiro quando o pai tem para lhe dar, e quando não tem não recebe.

Perspectiva profissional para o futuro

Região Urbana

Quando questionados sobre as perspectivas e sonhos para o futuro, os adolescentes pouco falaram sobre o assunto. Muitos diziam ainda não ter pensado sobre, enquanto que dois ou três responderam que sabiam ao certo o que almejavam para seu futuro.

Aqueles que falaram mais sobre o tema disseram que pretendiam fazer uma faculdade e trabalhar com o que gostam (ainda que não soubessem a área de formação), ter estabilidade financeira, a ser bem-sucedidos e ajudar a família e amigos.

Região Rural

Com relação as perspectivas de futuro, muitos ainda não tem definido ao certo o que gostariam de fazer, mas apontam como contraponto a continuar morando na região rural a dificuldade de conciliar a formação e trabalho profissional com a realidade de onde moram.

“Falta opção de emprego”

Percebe-se que a maior parte das famílias dos adolescentes ali presentes possuem negócio familiar, e quando questionados sobre a intenção ou o desejo de perpetuar o negócio a maioria diz que não têm, em virtude do desgaste físico, do sonho de fazer uma faculdade e de já ter irmãos que irão herdar o negócio.

É perceptível a preocupação com o futuro e carreira profissional, pois quase metade dos entrevistados fazem formação profissional privados na região central. Uma das adolescentes comentou que tem intenções em se capacitar na área de design de sobancelhas, maquiagem e

cabelo e oferecer este serviço primeiramente ali na região em que mora, antes de tentar a vida na cidade. Ficou evidente que aqueles que não estavam cursando alguma capacitação não o faziam em virtude de fatores socioeconômicos, e quando questionados se teriam vontade de fazer algum tipo de curso, eles movimentaram a cabeça positivamente e uma das adolescentes até comentou

“Vontade tem, mas não tem oportunidade”.

Os adolescentes da região rural possuem uma perspectiva de futuro desenhada, e apesar de alguns casos dizer não ter certeza com relação ao que pretendem ser ou fazer futuramente, têm planos de estudar e concluir um curso superior. Alguns têm isso bem definidos, como uma das adolescentes que diz que pretende ser professora, pois além de admirar e gostar da profissão pode conciliar o seu exercício com o seu desejo de continuar morando na região rural.

Quando questionados sobre como a família vê os seus planos de futuro, que na maior parte das vezes envolve estudar ou entrar em uma faculdade, o que acaba por afastar a possibilidade de perpetuação e continuidade do negócio familiar, os adolescentes comentam que são incentivados pelos próprios pais a estudar e buscar oportunidades diferentes.

“Ele trabalha no fumo porque ele não teve oportunidade de estudar, ele não teve outra oportunidade, mas ele sempre fala, incentiva e fala para eu estudar, fazer uma faculdade, ter uma vida melhor que a dele, dar uma oportunidade melhor para um filho meu do que ele pôde dar.”

Quando questionado se a expectativa dos pais com relação ao futuro deles está de acordo com aquilo que eles planejam muitos falaram que sim, que a família quer o melhor para eles, e que eles querem ter oportunidade de estudar.

“O que precisa mesmo é mais oportunidade, porque a maioria tem vontade de estudar, até um curso para ficar aqui mesmo...”

Liberdade, Respeito e Dignidade

Violências, criminalidade e drogadição

Região Urbana

Sobre a questão da criminalidade, violência e drogadição no Município é quase consenso entre os adolescentes que a cidade de Canoinhas é tranquila e de modo geral oferece segurança aos moradores. A temática das drogas não é tabu entre eles quando o assunto é fora da escola, confirmam que o acesso é fácil:

“Sim, principalmente nas praças... tudo o que tiver vontade de usar tem, é fácil de achar, muito fácil. [...]. Você conhece na sua vizinhança, tem locais nos bairros que você já sabe onde tem.”

Porém quando questionados se conhecem amigos ou familiares que utilizam, se mostram tímidos, assumindo caráter fechado e defensivo ao não esboçar nenhuma reação de resposta.

Aproveitando o tema e adentrado nas questões de violência, e do uso de álcool e drogas no ambiente escolar os entrevistados comentaram que pessoalmente não haviam presenciado nenhuma dessas situações dentro da escola. A orientadora nos informou que quando havia ensino noturno no equipamento a incidência de situações envolvendo vandalismo e drogadição era mais comum, mas que este ano não há mais turmas noturnas e que não houve registro de nenhum caso dentro da escola. Esclareceu ainda que quando ocorrem denúncias de situações desse tipo nos arredores da escola ou de estudantes que podem estar envolvidos com drogas, a escola faz o seu papel de averiguar, comunicar e orientar os pais ou responsáveis.

Os adolescentes não descreveram situações de brigas e agressões físicas, porém relataram enfrentar situações de falta de disciplina em sala de aula, desrespeito entre os colegas e na fila da merenda escolar. Ainda com relação ao desrespeito, a maior parte dos adolescentes relata ter presenciado ou vivido situações de bullying, sendo a mais comum em virtude da aparência física. A orientadora complementou que é feito um trabalho com os alunos que praticam bullying, que há palestras educativas e informativas realizadas por profissionais da área da psicologia e que a maior parte dos casos registrados são do ensino fundamental. Dois dos adolescentes aproveitaram o espaço para expor que essas situações geraram insegurança e que aprenderam a lidar com o apoio da família e da escola, ao compreender que o problema estava com o praticante do bullying que queria apenas a sua atenção, passando assim a ignorar as provocações.

Região Rural

Dentro desta temática, foi comentado que há poucos casos de desrespeito e de alunos que atrapalham a aula. Em nenhum momento se faz referência, ainda que indiretamente, ao bullying, e quando questionados sobre o tema, dizem que são amigos desde a infância e costumam levar as piadas na brincadeira.

Quando questionados sobre violência, criminalidade e drogadição dizem que:

“Essas coisas de droga aqui são diferente”

Percebe-se pela fala dos adolescentes, que diferentemente da região urbana o uso de drogas são questões que não fazem parte da realidade na qual estão inseridos. Também não houve nenhum relato ou situações que envolvessem criminalidade ou violência.

Vida e Saúde

Percepções sobre os serviços públicos ofertados na área da saúde

Região Urbana

Com relação ao atendimento da rede pública de saúde, apenas dois adolescentes disseram ter acesso a serviços privados de saúde através de convênios particulares, sendo a maior parte do grupo usuários do SUS. O grupo levantou questões negativas ao serviço de saúde prestado no Município, apontando como principais aspectos: a falta de profissionais; a grande lista de espera por médicos especialistas e exames; a demora no atendimento; e a dificuldade de deslocamento para a policlínica que é na região central. Um dos adolescentes diz ter percebido uma melhora no atendimento no posto de saúde para agendamento, que já não era mais necessário ir de madrugada para conseguir uma ficha de atendimento, mas que ainda assim o encaminhamento para as consultas e exames requerem fila de espera e são demorados.

Mas a principal crítica na saúde foi com relação ao serviço de psicologia. Uma das adolescentes relata ter crises de ansiedade, de estar em acompanhamento médico e tomar medicamentos controlados e que foi encaminhada para o serviço de psicologia, mas que está na fila de espera desde o começo do ano aguardando pelo atendimento, e que sua senha ultrapassa o número de 400. A orientadora reiterou a crítica ao mencionar que os alunos da rede municipal de ensino têm acesso ao serviço de psicologia, enquanto a rede pública estadual não possui, e que os alunos que são transferidos da rede municipal para a estadual perdem este vínculo.

Região Rural

Sobre o tema saúde, os adolescentes informaram que haviam equipamentos físicos de unidades de saúde na região, mas que não estão em funcionamento por falta de profissional, e que em muitos casos precisam se deslocar para as comunidades vizinhas ou para a região central para buscar atendimento.

“Postinho até tem, mas foi desativado e agora está sendo usado como sala de catequese porque antes não vinha médico”.

A frequência dos médicos foi criticada pelos adolescentes, pois os postos de saúde que estão em funcionamento recebem médico apenas uma vez na semana, o que acaba por abarrotar a lista de espera. Quando precisam de atendimento urgente as famílias precisam se deslocar até a região central, e nos casos de necessitarem de exames, por ser necessário o encaminhamento e a guia do médico, e que em virtude da falta de profissional, precisam procurar atendimento em outras regiões do município, e que os equipamentos os orientam a buscar o atendimento nas unidades básicas perto de sua residência e que acabam não sendo atendidos.

Região Urbana

Sobre o tema sexualidade os adolescentes confirmam com certa naturalidade que sabem como prevenir-se, que conversam mais com os amigos do que com a família e não demonstram interesse em conversar sobre o assunto.

Região Rural

Quando é levantado o tema sexualidade os adolescentes se mostram inibidos e constrangidos em falar do assunto, dão risadinhas e fazem brincadeiras com falas do tipo “*não sei dessas coisas não*”, mas confirmam que sabem prevenir-se sexualmente, e acabam por dispersar e desconversar, mudando de assunto.

Mensagens finais

Região Rural

De modo geral os entrevistados se mostraram participativos e interessados em contribuir com a pesquisa. Quando perguntamos se havia grêmio estudantil na escola e se os alunos se sentiam representados por ele, uma das integrantes do grupo mencionou que era presidente do grêmio, e aproveitou a oportunidade para fazer alguns apontamentos e críticas relacionados a atual conjuntura. Os adolescentes foram informados do objetivo da pesquisa e demonstraram ter um senso crítico de cidadania, manifestando interesse e motivação em deixar contribuições a escola e para seus colegas.

“Já que eu não pude ter, eu quero deixar para outras pessoas”.

Quando questionados se já tinham ouvido falar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente apenas três afirmaram que sim, enquanto que a maioria diz ter ouvido falar do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao final, mencionaram que gostaram de ser ouvidos, que ainda não tinham tido oportunidade como esta, de falar abertamente sobre o que pensavam, e que além dos comentários e sugestão acima explícitos, deixaram a seguinte mensagem para o Conselho:

“Nos ajudassem a procurar emprego”

“Poderiam ter um conselho de adolescentes” (ter representantes adolescentes no conselho).

Região Rural

Assim como no grupo dos adolescentes da região urbana, todos afirmaram ter gostado de participar da pesquisa. Quando questionados se conheciam o Estatuto da Criança e do Adolescente apenas uma das entrevistadas diz ter ouvido seu pai falar sobre, mas demonstrou não saber ao certo seu conteúdo. Quando a pergunta foi direcionada ao conhecimento com relação ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente nenhum deles nem mesmo tinha ouvido falar.

Durante a pesquisa os adolescentes da região rural interagiram bastante entre si, demonstraram sentir-se à vontade em falar sobre os assuntos questionados, e interesse em tratar de assuntos pertinentes a atuação do poder público, e principalmente gostaram de ser ouvidos a respeito de suas necessidades e expectativas. Como mensagem ao conselho pediram que fosse conversado com os pais, conforme pontuado no Eixo de Convivência Familiar e Comunitária.

“Gostei bastante, porque tirou aquela impressão de que você é adolescente e não pode escolher nada... de ficar aquela coisa só aceitando, sem dar opinião, porque as vezes as pessoas têm aquela vontade de falar e mudar alguma coisa.”

11.2 RODAS DE CONVERSA COM PAIS E RESPONSÁVEIS

A composição do grupo de pais e responsáveis englobou um perfil diversificado em relação às áreas de residência, ao poder aquisitivo, e a natureza, se biológicos ou adotivos, abrangendo usuários dos serviços públicos municipais e estaduais como o CRAS, Conselho Tutelar, CREAS, CAPS, e Vara da infância.

Durante a pesquisa buscou-se aprofundar as questões relativas às principais dificuldades e desafios encontrados pelos pais na educação e criação dos filhos e sua percepção sobre os serviços ofertados pela rede pública do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do Município.

Convivência Familiar e Comunitária

Arranjos familiares e convivência intrafamiliar

Participaram da pesquisa onze pais/responsáveis com idade variadas entre 20 e poucos e 70 anos de idade, sendo nove mulheres e dois homens. Como configuração familiar prevaleceram os arranjos domiciliares formados a partir dos vínculos biológicos com ambos ou pais ou apenas com a mãe, tendo sido observados também a configuração de mãe e padrasto e três pais adotantes, um casal e uma mãe.

Na fala de alguns pais é possível perceber a dificuldade em saber lidar com os filhos adolescentes, em que não só a comunicação representa um grande desafio, mas a complexidade que envolvem os temas relacionados a autoridade, limite, apoio e cuidado. Uma das mães menciona a interferência da avó que costuma desautorizá-la e desacreditá-la perante a filha de 15 anos, o que acaba por minar a relação entre elas. Os pais reconhecem a importância de ter um diálogo aberto com os filhos, mas a maior parte dos ali presentes relataram já ter procurado algum tipo de auxílio ou direcionamento para tratar de conflitos ou dissensões por não saber como lidar com os filhos em questões cotidianas de alçada familiar.

“Desde que você tem uma orientação adequada, você consegue trabalhar melhor com os filhos”

A mãe que expôs o conflito com a filha diz ter procurado o CRAS como referência e que foi muito bem atendida no equipamento e encaminhada para o serviço de psicologia. Outras mães ali presentes também afirmam ter filhos frequentando o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Os pais não biológicos relatam ter tido problemas com os filhos adotivos em virtude de comportamento e de fugas. O casal adotante, cujos filhos hoje são adolescentes, narra situações que um dos adotados os ameaçava, fugia de casa, contava mentiras e envolveu-se com drogas e por isso optaram por devolvê-lo.

“Agora não faz mais parte, não é mais nossa responsabilidade”

As outras crianças adotadas continuam a morar com eles. O pai diz que a família tem um bom relacionamento, e que inclusive consegue dar mais atenção e oferecer qualidade de tempo aos filhos adotivos do que pôde dar aos filhos biológicos, em virtude de na época estar trabalhando (hoje é aposentado). Conta que por conta da situação traumática envolvendo o retorno de um dos filhos adotivos ao abrigo, foram encaminhados ao CREAS, e que estão sendo muito bem atendidos, sobretudo pela assistente social.

A outra mãe não biológica diz que ficou 6 anos na fila da adoção e também relata situações conflituosas com a filha adotada, em que em sua última fuga a menina retornou para o abrigo institucional. Conta ainda que diante das situações vivenciadas chegou ao “seu limite”, e ao ponto de afirmar não querer mais a guarda da filha, mas que depois de apaziguada a situação voltou atrás e está em acompanhamento no CREAS.

“Agora no CREAS, está show de bola, foram eles que conseguiram unir nós de volta, porque eu já tinha chego ao ponto de desistir dela, também. Só que eu voltei atrás e decidi voltar. Ainda estou com a guarda dela e vou continuar até o fim.”

Ambos os pais adotivos pontuaram como falha grave no sistema de adoção a falta de apoio e orientação aos adotantes, que não tiveram acesso ao histórico familiar da criança e só receberam apoio e acompanhamento do convívio familiar depois que os filhos começaram a apresentar problemas de comportamento.

“A orientação é quase zero né! [...] era um cursinho básico e você tinha um certificado que estava apto a adotar... não tinha informação nenhuma de como funcionava”.

No que diz respeito a rotina familiar nota-se que no geral os pais cumulam as atividades do trabalho, da casa e do cuidado com os filhos, e que a maior parte dos adolescentes fica ocioso e por conta própria. Percebe-se que a tendência de socialização e construção de vínculos acaba por abranger a pessoas da família, as que frequentam a escola e as que convivem na mesma localidade.

Uma das mães pontuou que sente falta de algumas oficinas que anteriormente eram oferecidas pelo CRAS, que tinham por objetivo ensinar algo, como cozinhar, limpar a casa, aulas de higiene, entre outras atividades, e que hoje não existem muitas opções.

“Assistir desenho eles podem fazer em casa, a minha menina chega a levar uma mantinha. Devia ter um curso para fazer, alguma coisa para aprender”

“Os adolescentes aprendiam coisas boas, a fazer jardim, a trabalhar, hoje em dia um piá, um rapaz dessa idade não sabe nem carpir um quintal, não sabe nem pegar na enxada”.

Uma das formas de interação mais comum na cidade são os grupos de ordem religiosa, em que a maioria dos pais afirma frequentar ou ter contato com alguma igreja ou religião. O casal de pais não biológicos conta que são católicos, mas que os gêmeos frequentam e tocam em igreja evangélica, que há o respeito mútuo e conseguem conciliar bem essas diferenças.

Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Percepções sobre a educação

Os pais convergem na opinião de que a função da escola é oferecer a formação técnica necessária para capacitar os alunos, impor regras de modo a inseri-los no meio social, e que é papel da família oferecer os estímulos necessários ao acompanhamento do aprendizado e desenvolvimento das habilidades e capacidades dos filhos.

Todos os presentes tinham filhos matriculados em colégio da rede pública de ensino, sendo quatro da rede estadual e os demais da rede municipal. No geral, a percepção com relação a qualidade do ensino foi boa, mas os pais residentes em áreas mais afastadas, queixaram-se que as escolas centrais possuem maior oferta de atividades e oportunidades para os alunos.

Ressaltam que os professores e a equipe de apoio oferecem a assistência necessária, e a partir de suas falas os pais demonstram-se interessados e presentes na rotina escolar dos filhos. Não são relatados casos de briga na escola, mas a questão do bullying e da falta de respeito se faz presente. Um caso pontual de abuso sexual é narrado na escola, que será explanado no eixo “Liberdade, Respeito e Dignidade” em virtude de afinidade do tema.

Uma das mães conta que sua filha sofreu bullying em virtude da aparência e que com o auxílio da escola e de profissionais tem desenvolvido um trabalho sobre este aspecto, mas que ela ainda apresenta algumas dificuldades em lidar com a situação. Em relação ao respeito, também foram pontuadas situações envolvendo desacato e deboche com relação ao professor. Uma das mães não

biológicas conta já ter sido chamada na escola várias vezes em virtude do comportamento do filho, e que como coordenadora pedagógica (aposentada) nunca imaginou sentar-se do outro lado da cadeira.

A falta de interesse em frequentar a escola é pontuada por mais de uma das mães como um problema recorrente e um desafio a ser superado em conjunto com a escola.

“O meu está dando trabalho, porque ele não quer estudar, vai com preguiça, vai porque eu faço ir, levo ele. O mês passado eu fui todos os dias, o mês inteiro [...]”

Quando questionado aos pais se eles já haviam conversado com seus filhos no intuito de tentar entender o motivo pelo qual há resistência em ir para a escola, percebeu-se que nenhum deles havia ainda investigado o tema em profundidade. Uma das mães reitera a falta de interesse e preguiça por parte do filho e aponta o celular como um agravante da situação.

Sobre a questão do celular e das redes sociais é consenso entre os pais que este tema é um desafio na educação dos filhos, tanto no ambiente escolar como no familiar, pois o acesso e o dispêndio de tempo a estas ferramentas são exponencialmente crescente.

O casal adotante conta que na sua casa estabeleceu uma rotina, cujos os filhos têm horário e atividades a serem cumpridas. Ressaltaram que na sua casa há estabelecido o horário de tarefa, de leitura, de lazer, entre outros, e que o adolescente mais novo não queria respeitar as regras, ao passo que ele mesmo dizia que preferia ser um menino de rua, porque na rua não tinha regras. A mãe também conta que mexe no celular dos filhos, e que um deles teve o aparelho retirado, pois ele estava entrando no ‘baleia azul’, e que o menino nem questionou sua atitude, apenas baixou a cabeça, pois ele tinha sido avisado que caso não cumprisse as regras ou fizesse algo de errado iria perder suas ‘coisas’ como punição. Neste momento uma das outras mães espontaneamente interrompe e pergunta

“E quem não tem o que tirar? Que nem eu que não tenho nada?”

Os pais ali presentes dão sua opinião e a aconselham a privá-los das atividades que gosta, e a mãe expõe que não consegue segurar ele em casa.

Outra mãe diz que já tentou ameaçar o filho a tirar o celular, mas que quando o menino respondeu

“Se você tomar o meu celular eu vou embora, vou sair de casa”

Ficou com receio de que ele cumprisse o prometido e não retirou o aparelho e nem tocou mais no assunto.

“Tenho medo... se comigo já está assim, imagine fora, sozinho”.

Percepções sobre o acesso a atividades de cultura, esporte e lazer

A ociosidade foi mencionada como um dos aspectos mais negativos no processo de formação e educação dos adolescentes, pois deixa margem para desenvolver hábitos inadequados, assim como fomenta a preguiça e a ansiedade. Os pais que trabalham ressaltaram que se preocupam em deixar os filhos *“por conta própria”* e com o que eles fazem nesse período.

Foi assinalado também que é próprio da adolescência a disposição de curiosidade e energia e que esta precisa ser direcionada para algum tipo de atividade, como a esportiva ou artística, pois caso contrário ela pode ser canalizada através da agressividade ou de comportamento de rebeldia.

Consonantemente os pais apontam como crítica que as poucas vagas de cursos ofertados estão concentradas na região central do Município, que o preço é acessível (foi citado como exemplo a Casa da Cultura), mas que a distância impede o alcance. Assim, foi sugerido além do aumento do número de vagas, que elas sejam pulverizadas pelas diferentes regiões do Município.

Percebeu-se que os adolescentes que acessavam aulas vinculadas a Casa da Cultura em período contraturno eram aqueles cujas famílias residiam próximos a região central. Já as famílias residentes em regiões mais distantes frequentam as oficinas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo e as atividades promovidas pelo CREAS. Uma das mães que frequentou aulas de bordado e pintura no CRAS quando era mais nova relembra que gostava das aulas e que na sua época eram oferecidas mais opções de curso.

Profissionalização e Proteção no trabalho

Perspectiva sobre profissão e futuro

É possível constatar que os pais ali presentes têm em comum a preocupação com a criação e futuro dos filhos, e que de todas as formas que lhes são possíveis e acessíveis têm procurado alternativas para lhes proporcionar um futuro digno e promissor.

Neste íterim, suas falas enfatizam a dificuldade e os desafios enfrentados no dia de hoje para manter um filho, tanto as de ordem financeira, como as psicológicas e sociais. Os pais trazem a discussão em vários momentos a questão da educação, não apenas em ambiente escolar, mas a

proveniente da formação, que inicia no ambiente familiar e estende-se ao social, em que procuram orientar e aconselhar os filhos.

“Quando a gente fala para s filhos, fala com amor e com carinho para não repetir os erros da gente”

Ficou claro que para o futuro dos filhos há o desejo que eles busquem um caminho reto e que tenham responsabilidade por seus atos, e que os pais tentam inculcar e fomentar o planejamento do futuro.

Já com relação ao futuro profissional, alguns pais relatam que os filhos já são bem focados, que já escolheram uma profissão e inclusive direcionam suas ações de modo a perseguir esses objetivos. Outros dizem que os filhos ainda apresentam uma opinião volátil quanto a escolha da profissão, mas que tentam não projetar suas expectativas e afirmam que respeitam o momento de descoberta dos filhos e que não pretendem impor nenhuma faculdade ou formação. Nas famílias residentes em áreas de maior vulnerabilidade percebe-se que a preocupação dos pais em relação ao futuro é direcionada qualificação técnica e inserção do filho no mercado de trabalho.

Profissionalização e Trabalho

Os entrevistados apontam negativamente que gratuitamente são oferecidas apenas poucas vagas na área de profissionalização. Pela fala dos pais residentes em área de maior vulnerabilidade percebe-se que seus filhos não demonstram fortes interesses em continuar as etapas de ensino, que eles têm intenção e vontade de trabalhar. Uma das mães expõe que seu filho não quer nem fazer formação técnica profissional, pois dizem que não querem *“ir lá ficar escutando”*, e querem apenas ir trabalhar.

Três mães dizem que seus filhos estão cursando uma formação técnica, e uma delas desabafa que seu filho não demonstra interesse em estudar e teme que ele não conclua o curso.

Liberdade, Respeito e Dignidade

Criminalidade e drogadição

É unânime a forte preocupação dos pais sobre questões ligadas a temática da segurança pública, especialmente com relação a drogadição, apontado como um problema grave e pontual em algumas regiões de Canoinhas.

Para os pais, especialmente aqueles que moram em regiões de maior vulnerabilidade a questão das drogas e do tráfico gera maior insegurança, principalmente pelo medo de que os filhos se envolvam, e por este motivo buscam sempre alertá-los e orientá-los. Quando não conseguem fazê-lo, ou ainda quando os filhos adolescentes apresentam algum tipo de desvio de comportamento, em que os pais por sua conta não conseguem lidar com a situação, costumam procurar alguma forma de auxílio, e têm como referência o Conselho Tutelar, CRAS e CREAS.

O casal adotante, que mora na região central, reconhece que se tivesse educando seus filhos nos bairros de maior vulnerabilidade certamente teriam maiores dificuldades.

Um aspecto latente sobre a criminalidade está na atuação do poder de polícia, pois na opinião dos pais a polícia deveria ter uma postura mais ativa, em não só apenas ir até o local, mas descer da viatura, fazer buscas mais intensas, pois os praticantes de atos de furto, roubo e de tráfico de drogas escondem os artefatos no meio do mato e, assim que a polícia sai do local já se organizam novamente. Como moradora de uma região apontada como crítica, uma das mães diz que os próprios ocupantes da comunidade obstam o poder de polícia e ameaçam as famílias para que não denunciem as situações ocorridas. Ela ainda desabafa sobre os desafios que enfrenta diariamente para que seus filhos não se envolvam com pessoas que tenham conexão com o crime, principalmente o tráfico de drogas, e que em virtude desse esforço hoje eles frequentam a escola, o CRAS e um deles estuda no SENAI.

Sobre o comportamento e concepção dos adolescentes em relação as figuras de autoridade não há um relato uniforme, e varia muito de acordo com a família. As famílias em que há maior participação ativa da mãe, seja por ausência do pai ou por ter constituído novo arranjo familiar com separação do pai biológico, há maior dificuldade em impor regras e limites aos filhos adolescentes.

“Não existe lei para os piás adolescentes”

Uma das mães relata, sem entrar em detalhes, que seu marido já teve problemas com a justiça e foi preso, e que quando ele comenta que não existe *“o certo”* sua filha afirma:

“Eu vou ser polícia, eu prendo o pai”

E que ela não sabe o que responder, e que em muitos casos os filhos distorcem o que ela fala.

Outras mães, por outro lado, expõem que tentaram de todas as formas, inclusive com auxílio dos equipamentos públicos, sem saber mais o que fazer, e que as vezes o alerta funciona na base do medo.

“Se você não se endireitar eu vou mandar fechar você lá, com 18 anos você sai e você pode fazer o que quiser da sua vida”.

Um dos entrevistados aproveita o gancho e diz que a fala dessa mãe hoje é enquadrada como pressão psicológica e que os pais são censurados por tal prática e ainda correm o risco de serem sancionados por isso. Este discurso remonta ao grupo um aspecto latente e de grande discussão social sobre a desconstrução da autoridade dos pais no processo de criação e educação dos filhos, sobretudo a luz da atuação do Conselho Tutelar do Município, tema este que será propriamente abordado em tópico próprio logo abaixo.

Neste contexto ainda, um dos pais diz que sempre teve o cuidado em direcionar os filhos para que tenham uma conduta reta, que façam ‘o certo’, e aproveita situações do cotidiano para reforçar este tema através do diálogo.

“Se você for preso sem ter culpa eu vendo tudo o que tiver e vou te ajudar, agora se você tiver culpa eu nem vou te visitar mais, você deixa de ser meu filho. Tudo o que te eu te passei, tudo o que eu te ensinei é para você se dar bem na vida. Agora se você achou que não valeu a pena, e quer fazer coisa errada, então é sua decisão. Funcionou, pelo menos pra mim funcionou.”

Violações de direito

Neste tópico estão compreendidas as situações narradas que envolvam riscos e violações de direito pertinentes ao eixo de Liberdade, Respeito e Dignidade.

Constatou-se que apenas uma das famílias presentes diz ter vivenciado diretamente uma situação fática envolvendo este tema, em que o pai relata que sua filha sofreu abuso sexual na escola por um outro adolescente com deficiência intelectual durante o período e horário escolar. Com relação ao ocorrido não entrou nos detalhes, mas elogiou a atuação da escola, que na sua concepção conferiu todo o apoio, atenção e orientação necessários, oferecendo inclusive acompanhamento psicológico. Narra que os pais do adolescente ofensor foram chamados na escola, mas que não compareceram e fez uma crítica de modo geral a rede de atendimento, que no momento em que se deparou com a situação não sabia ao certo o que fazer ou a quem pudesse recorrer.

Por outro lado, uma das mães relata que trabalha a noite como segurança em uma casa noturna, e que vê muitas meninas na rua, maquiadas, bebendo e se prostituindo e que nesses casos o conselho tutelar, mesmo quando chamado, não aparece para investigar, assim como em casos de denúncia de furto ou roubo cometidos por adolescente.

Percepções sobre Conselho Tutelar

A atuação do Conselho Tutelar e do poder de polícia foi reiteradas vezes criticada, em que foi possível perceber que os pais compartilham que há uma superproteção da criança ou do adolescente, enfatizando apenas os seus direitos em detrimento das responsabilidades, uma vez que o órgão deveria trabalhar em conjunto e de modo a auxiliar a família e não trabalhar contra ela, principalmente nos casos em que o próprio adolescente é agente violador de seus direitos.

*“Eles não enxergam o lado do pai e da mãe, as vezes precisa ser um pouco mais duro com adolescente”
“Hoje eles (adolescentes) sabem que não pode nem mandar lavar a louça que chama o Conselho (Tutelar)”*

Ambos os pais não biológicos contam que quando seus filhos adotivos fugiram de casa, relataram situações mentirosas para desconhecidos, e por este motivo foram alvo de denúncia ao Conselho Tutelar, que sem averiguar a autenticidade dos fatos os retirou do seio familiar sob o fundamento de estarem em “situação de perigo”.

“Chegaram lá em casa assim com autoridade... só estava eu, pegaram tudo o que era dele do quarto e foram indo”. “Chegam lá., entram como se fosse [...]”

*“[...] que ele achou que o menino era uma vítima, quando na verdade os pais é que estavam sendo vítima”.
“A minha também, roubava, ela mentia, ela fugiu sete vezes de casa, ela foi recolhida, ela ficou no lar... agora nós entramos com acesso para pedir ela de volta, agora nós estamos vendo ela, depois de muitos meses, faz nem 15 dias que eu estou vendo a minha filha, eles recolheram sem motivo nenhum, porque ela fugiu enquanto eu estava trabalhando, a minha [filha] mais velha estava em casa com ela, ela pegou fugiu e foi na casa do vizinho, que não conhecia direito, só por vista assim, não conhecia as meninas e falou pra eles que ela estava 5 dias fora de casa, que estava passando fome, que ela fugiu de casa, que lá no lar eles tinham batido nela, mas era tudo mentira. [...]”.*

Uma das mães que relata envolvimento do seu filho com drogas e criminalidade, diz que já não sabe mais o que fazer para impedi-lo, já que ele não a obedece e sai de casa.

“A gente corre atrás de tudo, mas não tem uma solução [...] ele já fez tratamento com psicólogo, psiquiatra, no CRAS, no CREAS, aonde eu pude levar ele eu fui; no Conselho [...]”.

Ela reforça que já esgotou todas as formas e meios de tentar direcioná-lo, que inclusive já o “surrou”, e que quando liga para pedir auxílio do Conselho Tutelar para encontrá-lo e retirá-lo desse meio (já que ele andar em locais e com pessoas inapropriadas e muitas vezes conexas com crime ou em drogadição), o Conselho a informa que é ela quem precisa ir atrás dele e nem sequer a orienta.

*“O Conselho só vai lá e olha pra mim e diz que eu não posso bater, mas se eu não bato a polícia vai bater?”
Antes ele apanhar de mim que sou mãe, do que apanhar da polícia...”*

Outra falha apontada em relação ao Conselho Tutelar é de que os conselheiros falam na frente dos adolescentes que os pais respondem pela conduta dos filhos, vindo a comprometer a autoridade

dos pais em impor limite e em cingir a formação do senso de dever e responsabilidade dos adolescentes, pois muitos deles utilizam dessa informação contra os pais para legitimar seus atos de rebeldia.

“Ele (o adolescente) falava que ninguém pode fazer nada comigo que sou criança ou adolescente”

“O Conselho (Tutelar) pegou ele porque ele não quer ir para a escola [...] e eles falaram que eu que vou pagar, que eu vou varrer rua no lugar dele”.

Vida e Saúde

Percepções sobre os serviços públicos ofertados na área da saúde

Não houve consenso sobre os atendimentos de saúde. Apenas o casal com filhos não biológicos afirmou possuir convênio particular, mas que davam preferência ao atendimento da UBS da rede pública, em virtude da qualidade do atendimento no bairro no qual residem (região central), registrando que as agentes de saúde realizavam as visitas domiciliares para acompanhar toda a família. Outros pais, especialmente os que residem em áreas de maior vulnerabilidade social, disseram não receber a visita das agentes comunitárias, mas que o atendimento da UBS era bom, e não apontaram grandes dificuldades em acessar consultas ou exames, relatando que há tempo de espera, e que em alguns casos não é avisado quando a consulta é desmarcada.

Já o serviço de psicologia foi unânime e duramente criticado, principalmente com relação ao acesso e tempo de espera pelo atendimento, em que uma das mães diz que foi encaminhada pelo CRAS, mas que está há mais de quatro meses na fila de espera.

Uma das mães não biológicas relata que em função da demora e deficiência do serviço prestado pela rede pública teve que optar por tratamento particular. Além disso, também pontua negativamente como uma falha da rede o fato de sua família (ela, seu marido e sua filha biológica) não terem acesso ao serviço de psicologia, em conjunto ou em paralelo com a filha adotiva, pois a inserção da adolescente adotada no seio familiar acabou por desestruturar toda a família.

Outra representação negativa sobre o serviço de psicologia foi com relação a qualidade do atendimento prestado. Alguns dos pais que utilizam ou já utilizaram usam a expressão “água com açúcar” ou “fraquinho” para descrevê-los, e relatam que os próprios filhos dizem que “não adianta nada ir até lá” ou “que vai até lá para brincar montar pecinha ou pintar”.

“[...] ‘eu e daí filha, como é que foi lá coma psicóloga’? E ela dizia, ‘ela me deu uns brinquedos lá e eu fiquei brincando’. Uma hora esperando e a mulher dando brinquedo para a menina brincar?!! Por favor, que tipo de psicólogo é esse?”.

Importante também especificar que os pais que no momento estão acessando o serviço de acompanhamento psicossocial ofertado pelo CREAS elogiaram a atuação da profissional que está no exercício do cargo, mas expõem que ela não é a titular e sim substituta.

Com relação ao tema gravidez na adolescência foi pouco falado, mas uma das mães reforçou a importância da promoção das oficinas do serviço de convivência, para que os adolescentes não fiquem ociosos e recebam a informação sobre prevenção.

“Menina de 12, 13 anos já está grávida, porque anda na rua, não tem o que fazer né”.

Mensagens finais

Perspectiva geral sobre a rede de atendimento e sistema de garantia de direitos

De modo geral os pais se mostram receptivos com relação à pesquisa, expuseram de forma espontânea aspectos íntimos de sua família e de sua privacidade, e ao final demonstraram contentamento por terem sido ouvidos e acolhidos. Um dos pais, que também é membro do CMDCA de Canoinhas, elogiou o cunho da pesquisa, agradeceu a participação de todos, e explicou que este Diagnóstico irá permitir que o Conselho e a administração pública tome as decisões de forma mais assertivas e fundamente as deliberações relacionadas a política do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Também pediu e instigou os pais presentes para que deem sua opinião sobre a atuação do Conselho (CMDCA) e sobre os demais equipamentos da rede pública, ainda que negativamente, pois só assim será possível identificar oportunidades de melhoria.

“Nós temos o dever, antes de ter o direito, temos o dever de reclamar e exigir nossos direitos”

O casal de pais não biológicos foi o único a relatar que o Estatuto da Criança e do Adolescente está presente diariamente na vida deles e acredita que é necessário a educação e informação. De modo geral, os pais concordam e compartilham dessa opinião, que inclusive foi reiterada por um dos entrevistados ao expor que através de uma situação de violação de direito sofrida pela filha, constatou que faltava informação, pois quando vivenciou o fato não sabia claramente a quem recorrer.

“Nós não sabemos os deveres, não sabemos os direitos, nem nossos e nem os adolescentes não sabem. Eles não sabem. A única coisa é como eu falei, a gente sabe que a TV tem três meses de garantia, mas não sabe o que fazer com um filho.”

11.3 RODAS DE CONVERSA COM A REDE DE ATENDIMENTO PÚBLICA

Para a análise do atendimento e funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente foi realizada uma roda de conversa com técnicos das instituições, por meio de um questionário semiestruturado, que abrangia questões relativas à percepção dos técnicos em relação as principais demandas, atendimentos ofertados, fragilidades e potencialidades. Estavam presentes 10 técnicos, sendo 6 assistentes sociais, 1 psicólogo, 1 pedagogo e 2 professores/educadores, com representação dos seguintes equipamentos/instituições:

- ✓ CREAS;
- ✓ CRAS;
- ✓ CMDCA;
- ✓ Secretaria Municipal de Assistência Social;
- ✓ Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ Secretaria Municipal de Educação;
- ✓ Fundação de Esporte e Lazer;
- ✓ Hospital Santa Cruz

Como forma de apresentação dos resultados, será detalhada a análise por áreas de abrangência.

Assistência Social

Proteção Social Básica

Iniciou-se a abordagem contemplando a área da assistência social. Buscou-se levantar as fragilidades, desafios e demandas existente nos equipamentos acima mencionados, compreendendo também a existência, ou não, de demanda reprimida.

Nesta perspectiva, com relação à existência de demanda reprimida, foi comentado que:

“Na medida do possível atendemos a demanda que chega até nós, por exemplo, quando vem os encaminhamentos do CREAS para o CRAS, para serem inseridos no serviço de convivência, porque é um atendimento prioritário, procuramos inserir, e sempre conseguimos. Só que, em alguns casos, acabamos identificando dentro da comunidade algumas famílias que deveriam ser acompanhadas, mas que a gente não consegue pela equipe técnica que não dá conta”.

Ainda neste tema, foi mencionado que a equipe enquanto CRAS, não consegue trazer todas as crianças e adolescentes para o serviço de convivência, em função da limitação da estrutura e falta de sala:

“Temos um orientador social que também não é o suficiente. Poderia acontecer dois grupos no período, mas conseguimos atender um só. No entanto, na medida do possível a gente atende, sempre antes de encaminhar para o conselho tutelar e o CREAS, conseguimos inserir”.

Todavia, quando abordado se o número de equipamentos, neste caso o CRAS, é suficiente para atender a demanda, a resposta foi positiva, apesar de mencionado como ressalva que alguns bairros não pertencerem a nenhum CRAS e sim a Secretaria, e, portanto, algumas famílias acabam ficando desassistidas.

Outro ponto abordado, que na perspectiva dos técnicos representa uma fragilidade, foi a questão da zona rural. Citou-se a extensão territorial como um grande desafio e fator de limitação em referenciar e cadastrar as pessoas nos equipamentos e serviços públicos ofertados.

“O acesso a elas, em tudo, em questão da saúde, da assistência social, a saúde principalmente, esse acompanhamento quando é necessário fica fragilizado pela distância.”

Neste contexto, questionou-se se o município possuía alguma estrutura em que os serviços pudessem ser ofertados e levados à população residente na zona rural, como por exemplo um CRAS itinerante, em que os representantes afirmaram que não existe, e que são realizadas apenas ações pontuais como o Bolsa Família.

Quanto aos serviços do CRAS, o Município dispõe de 3 equipamentos, cuja área de abrangência contempla a região urbana e rural, em que são atendidas algumas famílias das localidades rurais, porém mesmo assim é constatado que tal público é difícil de atingir. Foi mencionado um exemplo de comunidade que se configura dentro dessa condição de dificuldade de atendimento em virtude da distância territorial:

“Nós temos o exemplo do CRAS que atende a comunidade Tigre, em que é extremamente carente e bastante distante. Então o próprio CRAS não consegue desenvolver atividades com frequência por conta da distância. E nas áreas que não tem a cobertura do CRAS é mais difícil ainda. A fragilidade já começa com o transporte coletivo que não existe no Tigre.”

Outra fragilidade mencionada na roda de conversa foi com relação ao CRAS Piedade, em cuja área de abrangência foi instalado um conjunto habitacional com quase 400 famílias, acarretando num impacto social muito grande na questão da educação, de assistência social, principalmente na inserção das crianças e adolescentes nos serviços, reforçando mais uma vez que

“A gente não consegue atender toda essa demanda pela nossa estrutura, mesmo.”

Com relação as demandas prevalentes, perguntou-se qual a percepção dos técnicos em relação as principais causas atendidas pelo CRAS, como “porta de entrada” do serviço da assistência social, e continuou-se a abordagem através de perguntas investigativas para verificar se existia um perfil estabelecido culturalmente em Canoinhas. Nesta perspectiva, foi comentado que as demandas encaminhadas pelo CREAS, correspondem as violações de direito, e no Conselho Tutelar, o principal motivo de o equipamento ser acionado é a negligência. Também foi mencionado que, anteriormente o Conselho Tutelar fazia o encaminhamento de muitos casos por infrequência escolar, mas que ao averiguar melhor a situação os técnicos identificam que tal fato comunicado estava relacionado a existência de algum problema social, e então faziam a inserção no serviço correspondente.

Proteção Social Especial

No que diz respeito ao CREAS, foi investigado se as demandas eram advindas apenas de encaminhamentos da rede ou se era feito uma busca ativa espontânea. Neste contexto, comentou-se que há demanda espontânea e que não existe muita demanda reprimida.

“Eu acredito que a gente não tem uma demanda reprimida, mas que o histórico de violação de direito é um reflexo de situações que outrora já foram descobertas, permeando a ausência ou falta de acesso dos serviços relacionados à educação, cultura, à falta de logística, à falta de pertencimento da criança e do adolescente que acaba sofrendo essas violações.”

Outro aspecto citado foi que o Conselho Tutelar faz os encaminhamentos de violência intrafamiliar e que as situações que envolvem aspectos familiares, como por exemplo, os casos de separação ou divórcio do casal, representam um número bastante expressivo, e que necessitam de um acompanhamento, e não apenas uma atuação pontual, pois a criança ou adolescente costuma ficar fragilizada. Foi externado também, que tais situações familiares requerem da equipe técnica competência e uma grande quantidade de tempo para mediar os conflitos e as demais situações envolvidas, muitas dessas que já perduram desde que a família era acompanhada pela proteção social básica.

Quanto as principais demandas, apesar de existirem alguns casos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a maior expressão configura-se em casos de violação de direitos. O equipamento dispõe de duas equipes para o atendimento do PAEFI, as quais realizam em média 150 atendimentos por mês, compreendendo desde crianças até idosos.

No tocante ao público pertinente à infância e adolescência, destaca-se como principais demandas as situações de abandono, negligência, alienação parental, tendo sido registrado um crescimento expressivo nos casos de suspeita de abuso sexual.

Também se comentou que há uma forte parceria entre a assistência, a educação, e a rede da saúde, e que apesar da inexistência de um protocolo singular de todos os serviços e atendimentos, há uma consonância entre na relação entre as três áreas.

Foi mencionado a questão da delegacia e da saúde, no tocante aos serviços de psicologia, como um gargalo que deveria ser observado. Isso se faz pelo fato de a delegacia ter apenas um psicólogo que cumpre o período específico e não consegue escutar todas as crianças, ou adolescentes antes de realizar o encaminhamento ao CREAS, em demandas específicas para acompanhamento no PAEFI, principalmente, quando relacionado a questões de abuso sexual ou outra forma de violação similar. Com relação à saúde, quando a criança precisa ser encaminhada, existe uma fila de espera expressiva, haja visto que atuam apenas 2 psicólogos na policlínica, os que não consegue suprir a demanda.

Foi citado como sugestão, um CREAS itinerante:

“Eu tenho certeza se a gente organizasse um itinerante do CREAS seria muito mais fácil. Isso a gente vê nas palestras nossas de prevenção quando a gente tem a semana de combate a violência contra a mulher, nós vamos até o interior, com parceria da saúde, que é acompanhado de uma enfermeira, realizando palestras e orientações. No outro mês ou na outra semana, o reflexo é nítido nos atendimentos, vem muito mais atendimentos, então a prevenção funcionou, ou identificou alguns casos”

Foi mencionado que essa estratégia fomentaria prevenção, e deveria, na verdade incentivar a maior participação e acesso a todas as áreas, como por exemplo o fomento ao esporte, a aproximação dos vínculos familiares, fomentando a aproximação de relacionamento de pai e filho, que pai escute o filho, que haja diálogo.

Foi citado ainda, a importância dos encontros em rede, como a própria roda de conversa proposta para esse diagnóstico havia sugerido:

“Uma potencialidade seria se nos encontrássemos com representantes da educação, esporte, assistência, entre outros, como estamos fazendo aqui. [...] Pode ser uma forma, irmos nas escolas, que é onde se encontram as crianças, fazer uma roda de conversa, O que vocês realmente querem? Como vocês querem? Que esportes? Qual horário seria melhor para vocês? Entrar em contato com eles e a partir disso esboçar os nossos horários”.

Cultura, Esporte e Lazer

Ao entrar no tema educação, cultura, esporte e lazer, iniciou a conversa compreendendo a questão do acesso das crianças e adolescentes para as atividades pertinentes a este eixo. Neste sentido, a questão da oferta de atividades esportivas contou-se que a maioria dos serviços se encontram centralizados, que não há cobertura nas áreas rurais, mas que os campeonatos dos finais de semana são abertos para toda a população.

Na área do esporte, há no Município a Escolinha de futebol realizada no campo de futebol localizada no distrito Marcílio Dias, que além de ser única é a mais distante do centro. Além dessa, é desenvolvido atividades no campo da Água Verde com futsal e futebol e ofertado atletismo no Centro. A modalidade de voleibol ocorre somente no Centro e na região da Cohab. Foi mencionado ainda, que o município oferta as atividades esportivas de competições, no qual há o envolvimento das escolas e as ações são vinculadas a direção da FESPORTE, abrangendo todas as escolas do município. Ressalta que o convite é estendido a todos e que as escolas mais distantes participam também.

Quando abordado sobre a existência de demanda reprimida, foi citado que a procura é baixa e como já mencionado, são ofertadas quatro modalidades esportivas sendo: de atletismo, voleibol, futsal e o futebol de campo, nos quais envolvem professores concursados efetivos. Foi mencionado que:

“A gente tem uma parceria com as escolas municipais, eu tenho com a Castelo Branco, escolas estaduais não. Quando eu fui divulgar a minha modalidade (vôlei) eu fui escola por escola para entregar o protocolo de atividades com horário. Foi entregue para os diretores dos estados também e municipais. A comunicação foi feita com os diretores.”

No entanto, a baixa procura pode estar atrelada a dificuldade de acesso das crianças e adolescentes que residem em outras localidades do município, sendo mais uma vez evidenciado o fator agravante de transporte para deslocamento até as atividades. Além do mais, foi mencionado ainda que a Fundação de Esporte tem poucos professores, o que dificulta e impossibilita o deslocamento de profissionais para regiões mais afastadas, e que por essa razão, o serviço acaba sendo centralizado.

“Com relação ao esporte a gente peca muito nessa questão de local de treinamento e também no transporte. Se você for pegar o estádio municipal ele é central, por ser próximo do Severo de Andrade, Rodolfo Ziper, fica próximo também do Sagrado Coração de Jesus, Almirante Barroso e do Cabral, no entanto, não há o interesse.”

Quanto as atividades culturais, apareceu também como fragilidade a questão do transporte. Foi comentado uma situação em que houve uma iniciativa para inserir crianças e adolescentes que estavam sendo acompanhadas no SCFV em virtude da propensão ao trabalho infantil, todavia, não houve essa participação em virtude da dificuldade de deslocamento.

“O que aconteceu, nós até divulgamos no CRAS, teve muitos interessados, mas não veio o transporte. Se percebe que as vezes tem uma comunidade carente que o transporte acaba dificultando que as crianças e adolescentes participem”.

Novamente, durante a roda de conversa foi enfatizado a questão do transporte:

“O nosso problema hoje é a questão do transporte. O nosso ginásio de esportes, Magno Fuck seria, se tivéssemos o transporte, um lugar bem legal porque é um ginásio novo, mas peca por estar na BR. Uma criança atravessar o trevo principal da cidade para chegar lá é muito perigoso, o ideal seria ter um transporte para levar até o ginásio. No ginásio que estamos atuando agora, parte do São Marcos ficou desassistida, porque fica mais longe, mas de alguma forma supriu o campo do Água Verde saindo do Magno Fuck o projeto”.

Mediante os desafios expostos referente ao deslocamento e recursos humanos, uma das falas que deve ser apresentada foi com relação as iniciativas já realizadas afim de cada vez mais melhor e ampliar o atendimento à população Canoinhense, nesse caso específico, as crianças e adolescentes. Uma das ações já tomadas foi com relação a revitalização de praças e espaços públicos, buscando realizar campeonatos no final de semana, no qual já tem tido boa adesão de crianças e adolescentes. Mediante os desafios expostos há esforços para buscar suprir com as competições esportivas ofertadas no município, deixando os espaços abertos para fomentar a participação das crianças e adolescentes nas escolinhas que já são ofertadas. Essa iniciativa já tem dado bons frutos, haja visto que o número de alunos nas escolas já aumentou significativamente, segundo relatos trazidos na roda de conversa.

“Devagar a gente tem evoluído em questão de quantidade de alunos pertencendo as escolinhas, mas dá para atingir mais, tem bastante vagas ainda disponíveis. Mas se pegar lá no campo os horários também são restritos, os professores trabalham durante o dia, então os horários as vezes é mais complicado para a criança conseguir ir, se fosse depois das 5 horas da tarde quem sabe atingiria um público maior, como o futebol que tem das 5 às 7 da noite.

E por fim, buscou-se extrair da conversa, se na perspectiva do grupo havia alguma estratégia que pudesse ser proposta, mediante os desafios apresentados:

“Poderia ser contratados professores ACT para a Fundação Municipal de Esportes e eles atingirem esses públicos mais fácil. Poderiam ser graduando ou graduados em Educação Física, seria uma solicitação maior do projeto em si, mas de outra forma com os profissionais que existem hoje dentro da Fundação Municipal de Esportes são poucos para atender toda essa área gigantesca. Vendo a questão de logística está bem distribuído, o que falta talvez essa parte de comunicação com os alunos em si, com a população em geral, mas isso é divulgado em rádio, na mídia, Facebook e essa questão de logística eu acho que, na verdade esbarra na falta de profissional para conseguir um público maior.”

Educação

No tema da educação foi destacado como potencialidade a rede de apoio como um todo, cuja atuação nas escolas é fundamental, em que a orientação educacional nas unidades escolares municipais é o pilar estrutural, através dos pedagogos que auxiliam, desde o atendimento direto, que consiste no apoio aos professores, até aos profissionais que atuam nas áreas administrativas e de gestão.

Já com relação as fragilidades, é trazida para a discussão a questão da dificuldade dos professores em sala de aula e o interesse dos educandos, pois muitos professores mostram-se frustrados por não vislumbrarem interesse nos alunos, ao passo que os alunos também se queixam do formato tradicional escolar.

“É aquela contramão, o adolescente as vezes tem um interesse, o professor educador tem outro, então eu acho que isso é uma fragilidade, um conflito interno que existe, que querendo ou não é natural.”

Outra questão apontada foi com relação à rotatividade de professores, que acaba por desencadear uma certa fragilidade no vínculo entre professor e aluno, resultando na dificuldade em conquistar e cativar os alunos em sala de aula. Comenta-se que apesar de haver efetivos na rede, é perceptível que alguns professores não se sentem seguros e nem motivados para assumir e manter a docência como profissão, ocasionando assim uma certa rotatividade no quadro profissional escolar.

Foi perguntado se haviam ações ou estratégias direcionadas aos professores, como forma de motivação, e constatou-se que apesar de existir, talvez estas não sejam suficientes. Com relação a questão dos vínculos entre educando e educador, foi pontuado que fatidicamente estes apresentam-se frágeis, necessitando que seja feito um trabalho de resgate, construção e fortalecimento dos mesmos.

“Então eu acho que esse vínculo do professor com o aluno, principalmente do adolescente é muito sério. A empatia já não existe mais para dar aula, esse vislumbrar o ser humano que está em formação está cada vez mais complicado.”

Outro ponto delineado foi com relação a diminuição no repasse e orçamento do governo federal destinada à educação, pois Canoinhas é um dos municípios que tem trabalhado com seriedade sobre o plano municipal de educação, e que mesmo assim está muito difícil atingir as metas estabelecidas, ainda mais agora com este corte no orçamento, principalmente relacionado à educação infantil, que envolve construção de estruturas e equipamentos, assim como a oferta de educação em tempo integral.

Além do mais, esse desmonte do governo federal com relação ao orçamento trouxe outras perdas:

“Nós tínhamos na área da educação no ano passado oficinas diferenciadas, tínhamos algumas! Cada escola fazia o que julgava ser mais interessante para os seus estudantes. Tinha música, oficina de horta no caso das escolas de educação do campo, tinha oficina de teatro, vários tipos de oficinas, de esportes, de judô, que infelizmente com o corte da verba acabaram.”

Foi apontado ainda, que as questões de conflitos familiares têm afetado o desenvolvimento escolar, principalmente temas que envolvem separação dos pais, em que pais ficam “jogando” os filhos uns contra outros, gerando carência afetiva, conforme detalha o relato a seguir:

“A criança vem com isso na escola e a escola não consegue cobrir a parte afetiva de pai e mãe, porque a missão da escola não é só essa parte afetiva, ela tem também o afeto, mas ela tem que ensinar e pai e mãe nada os substitui. Isso é bem marcante quando um pai e uma mãe não tiram 5 minutos para acompanhar o filho e dizer: vamos estudar, o que você teve hoje? Acaba refletindo isso na escola, então essa é outra fragilidade bem grande e aparece, se você for investigar nas pesquisas e acompanhar o pai e a mãe que anda junto com a criança, conseguem um melhor resultado na atividade.”

Um ponto bem relevante a ser detalhado, trata-se da estratégia que a educação municipal tem exercido, oportunizando espaços para todos os profissionais que atuam na educação manifestarem suas opiniões, sugestões ou críticas. É disponibilizado, inclusive, em formato anônimo, caso o profissional não queira se retratar, pois o objetivo é solucionar problemas, elevar a qualidade de ensino e melhorar o clima organizacional dos equipamentos escolares municipais.

Saúde

Ao entrar no tema da saúde, a primeira questão abordada foi a saúde mental. Nas falas dos profissionais ficou evidente a falta de profissionais para atender a demanda no Município, que é realmente grande. Com relação ao CAPS, só existe um no município, mas o mesmo é voltado para adultos. Em virtude da alta demanda, o município criou o próprio programa, chamado “Programa Psicossocial para Crianças e Adolescentes em Canoinhas”, instituído pelo Lei nº 035/2017, todavia, é possível constatar que a demanda ainda é muito maior que a quantidade de vagas ofertadas.

“Tem um médico clínico geral que atende uma vez por semana, tem a psicóloga que atende duas vezes no mês. Foi contratado o serviço do médico psiquiatra, que a cada 15 dias vem aos sábados, às vezes sexta e sábado para atender. Infelizmente o número de casos de crianças e adolescentes que precisam de um atendimento específico aumentou.”

Sobre o serviço de pediatria, foi comentado que sempre falta médico pediatra, que apesar de agora terem 2 pediatras, o que já ajudou a diminuir essa demanda, o município dispõe apenas de 1

médico efetivo na rede para atender, mas que a prioridade é prestar atendimento aos bebês de 0 à no máximo até 3 anos. Foi reforçado, na área da saúde, que a maior fragilidade é a falta de profissionais para atender a demanda específica para criança e adolescente.

Outra fragilidade apontada trata-se da questão da orientação, principalmente relacionados à temas de sexualidade e gravidez na adolescência, mencionando que esse trabalho tem que ser preventivo e contínuo. Reforçou que está sendo implantado o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, que são profissionais que trabalham os temas pertinentes à saúde, tanto nas unidades básicas, como nos locais onde não tem unidade de saúde, por meio de palestras orientativas, que pode ser muito positivo e gerar bons resultados a médio e longo prazo, caso haja continuidade nas propostas às quais o núcleo é designado.

11.4 ENCERRAMENTO DAS PESQUISAS DE PERCEPÇÕES

A ideia neste capítulo foi apresentar os dados coletados a partir das pesquisas de percepções sintetizadas por grupo de conversa e eixo de direito ao qual está estruturado todo o Diagnóstico, sendo que as principais considerações serão apresentadas por eixo de direito com objetivo de abordar as análises conclusivas e recomendações sobre os temas.

11.4.1 Eixo de Direito à Convivência Familiar e Comunitária

No que tange as questões de ordem intrafamiliar é apontado, tanto no grupo dos pais quanto no dos adolescentes, as dificuldades de comunicação e relacionamento oriundas principalmente por conta das diferenças generativas que acabam por criar um abismo na relação entre pais e filhos. É perceptivo pela fala dos entrevistados que muitos pais não estão preparados para lidar com a intensidade, convicções e a avidez comportamental que são próprios dos adolescentes da geração atual.

Apesar de muitos dos pais já relatarem ter procurado algum tipo de auxílio - até mesmo em equipamentos da rede como escola, CRAS, CREAS e serviço de psicologia - foi sugerido como proposta a organização de oficinas e rodas de conversa que tivessem por objetivo minimizar as diferenças geracionais, de modo a auxiliar, instruir e orientar os pais a compreender e a lidar com os filhos adolescentes. Além das oficinas direcionadas aos pais, sugere-se a promoção da adoção da mediação comunitária de modo a propiciar, através da escuta ativa, do acolhimento, da empatia e de reflexões

propostas, um ambiente para que haja a dissipação do cerne afetivo emocional do conflito, o reestabelecimento de uma comunicação de qualidade, e a facilitação do diálogo.

Outro ponto delineado neste eixo de Direito foi com relação a adoção, em que os pais não biológicos levantaram a necessidade de oferecer maior orientação e preparação para pais adotantes, em auxiliá-los com as questões práticas e fáticas, como por exemplo ter acesso ao histórico familiar da criança ou adolescente e a preparar a estrutura familiar para acolhê-lo. Percebeu-se que os pais sentiram falta de um acompanhamento psicossocial da família como um todo, de forma preventiva, pois foi apontado que as famílias só receberam este acompanhamento após vivenciadas situações de extremo desgaste na relação, levando ao distanciamento e até ruptura do vínculo, como relatado em um dos casos. Também foi sugerido que o atendimento do serviço de saúde mental e psicologia fossem estendidos aos outros membros da família, pois a inserção de um novo membro sensibiliza e desencadeia reações no sistema familiar como um todo, e este precisa ser fortalecido.

Também foi sugerido pelos próprios adolescentes, a partir da realização da pesquisa, que sejam promovidas rodas de conversa para interação e discussão de temas variados, para que eles possam falar sobre seus anseios e suas preocupações, em que sugere-se a mediação comunitária e a prática de círculos restaurativos, pois estes formatos também permitem a abordagem de temas de reflexão e fomentam o respeito, a dignidade, a auto responsabilização, e o empoderamento através da educação social no intuito de trabalhar pontos como o vandalismo, as diferenças de opiniões, bullying, a falta de motivação em estudar, entre outros.

Com relação ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculo os pais dizem sentir falta de oficinas que estimulem a educação e o aprendizado de aspectos práticos e inerentes a educação vivencial inerente ao cotidiano social, em que reforçam que os adolescentes precisam ocupar o tempo não apenas interagindo entre si, mas aprendendo e conhecendo algo. Assim, foi sugerida a revisão, adequação e ampliação das oficinas e cursos ofertados pelo CRAS.

Sobre os aspectos que envolvem a convivência comunitária os jovens queixaram-se existem poucas opções de lazer de fato no Município, em virtude da inapropriação para uso de algumas praças e locais públicos por motivos de ordem de segurança e infraestrutura.

Por este motivo sugere-se que além da promoção de eventos comunitários nos espaços públicos (como o “dia da família” em que foi citado pelo grupo de adolescentes da região urbana), também é proposto o planejamento de ações direcionadas para a recuperação desses locais e ambientes públicos, que envolvam estratégias de conscientização e responsabilização do corpo social em auxiliar o poder público na manutenção e cuidado com os espaços coletivos.

Com relação a região rural, percebeu-se que as comunidades se auto organizam localmente nas opções de lazer, mas que ainda há uma deficiência nos espaços públicos de interação social, pois são utilizados os de entidades religiosas e os da escola, que fecha nos finais de semana.

11.4.2 Eixo de Direito à Vida e Saúde

Na área de saúde as principais considerações efetuadas em todos os grupos são pertinentes a saúde mental e ao serviço de psicologia, em que fica evidente que a demanda pelo serviço é muito maior que a capacidade de oferta de vagas. Também se percebe, de forma preocupante um aumento no número de adolescentes que necessitam do serviço de psicologia, relacionadas a questões de ansiedade, depressão e demais causas que são contemporaneamente sociais. Do mesmo modo, percebe-se que conflitos de ordem familiar, que abrangem alienação parental, negligência, entre outros, além de refletirem no comportamento e no cerne emocional da criança ou adolescente, também refletem em seu desempenho e comportamento escolar e acabam por demandar acompanhamento nos equipamentos da assistência e do serviço de saúde mental e psicologia.

Também fica evidente que a questão da territorialização é um grande desafio no Município, em virtude da vasta extensão territorial, pois as comunidades mais distantes da área rural, devido à dificuldade em acompanhar algumas famílias e da oferta de médicos.

Vale salientar que a fala que permitiu chegar a esta conclusão foram extraídas das rodas de conversas, tanto dos pais e adolescentes, quanto da rede de atendimento, e por tal motivo sugere-se que seja realizado um trabalho de modo a mapear as demandas de atendimento recorrentes, com objetivo de conhecer o perfil do atendido e da família para que seja proposto e realizado um trabalho preventivo.

11.4.3 Eixo de Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade

De modo geral conclui-se que a falta de informação é uma fragilidade para o SGDCA, uma vez que não há um protocolo definido para os casos de violência e de violação de direito.

Os pais e responsáveis unanimemente concordaram que o fomento, a promoção e a oportunização da participação das crianças e adolescentes em atividades contraturno é uma estratégia a ser utilizada como forma de combate a ociosidade, criminalização e drogadição.

A atuação do conselho tutelar foi reiteradas vezes criticada, em que foi possível perceber que os pais compartilham que há uma superproteção da criança ou do adolescente, enfatizando apenas os seus direitos em detrimento das responsabilidades, uma vez que o órgão responsável pela proteção dos direitos desse público deve também fomentar o empoderamento e autoresponsabilização através da conscientização dos direitos e deveres, preconizados pelo ECA.

Pertinente a este tema e eixo de direito, fica evidente que o acesso e a disseminação da informação, que hoje corresponde a uma fragilidade, também tem potencial para representar uma gama de oportunidade de ações a serem pensadas e desenvolvidas junto à comunidade com objetivo de fomentar a educação, proteção, defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

11.4.4 Eixo de Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

A frequência dos filhos é apontada como o principal fator de preocupação dos pais sobre a questão da educação. De modo, propõem-se que seja realizado um trabalho para investigar o motivo pelo qual os adolescentes não têm vontade de ir à escola, e a partir da identificação das principais causas traçar um plano de ação apropriado a cada uma delas, já que podem ser constatadas diferentes fatores como fisiológicos, em virtude problema de visão, psíquicos, como dificuldades de aprendizagem ou ainda emocionais, em função de discriminação ou bullying.

No período de frequência de idade escolar, compreende-se que a escola também propicia o espaço para interação e desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais, por este motivo acredita-se este ser o melhor espaço para realizar as rodas de conversa propostas e descritas no subitem de Convivência Comunitária, abarcado pelo Eixo de Convivência Familiar e Comunitária. Além disso, ressalta-se que essas rodas de conversa oferecem o ambiente para que possam ser trabalhadas questões pontuadas como negativas dentro do eixo da educação, como o vandalismo, o desrespeito aos professores, e a infrequência dos alunos.

Ainda dentro do tema educação há uma preocupação com a oferta de cursos superiores, tema este que será melhor delineado no eixo de direito a profissionalização e à proteção ao trabalho.

A questão da acessibilidade dos serviços oferecidos voltados para a área de cultura, esporte e lazer foi unanimemente criticada, tanto nos grupos de pais quanto no dos adolescentes, assim como também este foi um ponto reconhecido como fragilidade pelo grupo da rede de atendimento.

Foi sugerido o aumento do número de vagas, a diversificação das opções e modalidades oferecidas, principalmente com relação as modalidades esportivas, e a ampliação do serviço as

localidades mais distantes, pois constatou-se que o serviço está praticamente concentrado na região central. Na área rural o fomento e estímulo e o acesso as atividades voltadas a cultura, esporte e lazer são ainda mais críticas, pois dependem quase que exclusivamente da própria comunidade local, em função do óbice da questão de transporte e logística que limita e inviabiliza o acesso as atividades ofertadas na região urbana.

Assim, esta questão torna-se um desafio a ser pensado em conjunto com a comunidade e com os representantes do poder público, em traçar estratégias que possibilitem:

- a) A otimização dos recursos existentes, como equipamentos escolares, ginásios, transporte e professores, entre outros;
- b) Direcionar os investimentos destinados a área de forma assertiva, prática e eficaz;
- c) Pensar em alternativas para a captação de novos recursos, através de projetos e outras ações;
- d) Estimular a participação da comunidade através do voluntariado;

11.4.5 Eixo de Direito à Profissionalização e à Proteção ao Trabalho

O tema de profissionalização e trabalho está fortemente vinculado com o de educação, que é abrangido pela perspectiva e planejamento sobre futuro e profissão.

Percebe-se que este é um tema que para os adolescentes desperta até uma certa ansiedade. Os pais demonstram por suas falas preocupar-se em proporcionar condições de educação, formação técnica e orientação aos filhos, para que eles tenham discernimento em fazer boas escolhas e capacidade em ingressar no mercado de trabalho e/ou em uma faculdade.

No município de Canoinhas foi fortemente pontuado a escassez de oferta de opções de ensino técnico, superior e de programas de capacitação e aprendizagem, tanto na esfera pública quanto na privada, o que acaba por refletir na inacessibilidade do serviço e na necessidade de ir busca-lo em outra região, seja emprego ou formação. Os próprios adolescentes deixaram como mensagem ao CMDCA um pedido para ajuda-los a “procurar emprego”, o que envolve não apenas estratégias que promovam o fortalecimento e desenvolvimento do cenário econômico - de modo a estimular o crescimento de oportunidades, do mercado de trabalho e aumento do número de vagas de emprego - mas o de proporcionar aos cidadãos residentes, sobretudo os jovens e adolescentes, oportunidades de capacitação, para que estejam aptos e preparados a entrar no mercado de trabalho e a enfrentar os desafios da vida e do futuro.

Cabe a este Diagnóstico alertar o Município de Canoinhas o quanto é preocupante constatar na fala dos adolescentes, quase que unânime, que não tem intenções de morar futuramente no Município, para que a administração pública possa traçar uma estratégia e colocar em prática ações que possam minimizar este cenário.

É possível perceber que o principal fator que motiva esta intenção de mudança está relacionado a oferta de emprego e de capacitação em ensino técnico e superior, pois muitos deles afirmam gostar de morar na cidade, da tranquilidade que ela oferece e consideram fortemente a possibilidade de voltar a residir no Município depois de formados, estabilizados ou aposentados.

PARTE V

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta pesquisa social no Município de Canoinhas, de forma científica e cartográfica, permitiu um ressignificado para a gestão municipal e para os colaboradores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, uma vez que, identificou com precisão os territórios com maior incidência de vulnerabilidades e evidenciou aspectos particulares e singulares dos contextos locais que se apresentam de maneiras diferentes em cada lugar.

O mapeamento das áreas que apresentam números e indicadores sociais mais críticos propiciou identificar as localidades com crianças e adolescentes expostas às situações de fragilidades, riscos e vulnerabilidades. Verificaram-se algumas diferenças entre as 5 regiões do município, o que sugere homogeneidade em alguns aspectos, mas em outros, características bem próprias e heterogêneas em virtude da ausência e da inacessibilidade de serviços públicos e privados em determinadas localidades.

As pesquisas de percepção com a participação da rede de atendimento, dos pais ou responsáveis e dos próprios adolescentes também enriqueceu este trabalho e possibilitou atingir o cerne e a profundidade que alguns temas exigem e que não são retratados em números. Em seu decorrer ficou evidente a importância da participação dos atores que estão diretamente envolvidos com a política de atendimento do Sistema de Garantia de Direito das crianças e adolescentes, dos agentes públicos que atuam diretamente na ponta dos serviços.

A escolha do público e a divisão dos grupos de conversa tiveram por objetivo formar um corpo social a partir de todas as pontas, desde o Poder Público Municipal até a Sociedade, e priorizar a inclusão dos adolescentes, para que a partir de seus interesses, dificuldades e necessidades participem de forma ativa e consultivamente nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas a eles direcionadas, em consonância a Resolução 191/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

De imediato percebeu-se a importância em não só aproximar o Poder Público, os Conselhos de Direito e a Sociedade Civil a conhecer a realidade das crianças e adolescentes do município, mas mobilizar a todos os envolvidos para que possam unir forças e trabalhar em conjunto, de modo a discutir, a pensar e formular estratégias, ações e Políticas Públicas de modo mais embasado e focado nas reais necessidades das famílias de Canoinhas.

Semelhante a uma orquestra que precisa ser regida para estar melodicamente afinada e harmônica, percebe-se que o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente está em

processo de afinação, não somente para manter um serviço em consonância com as demandas, mas para que toda a estrutura da rede de atendimento atue efetivamente no reconhecimento das potencialidades e no fortalecimento do SGDCA e sobretudo nas fragilidades e necessidades das famílias residentes em Canoinhas.

13. REFERÊNCIAS

PMC, Prefeitura Municipal de Canoinhas. Disponível em: <<https://www.pmc.sc.gov.br/>>. Acessado em: outubro de 2018.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em:<<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-113.pdf>>. Acessado em: 24 de janeiro de 2017.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em:<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>.Acessado em: 19 de outubro de 2018.

CNJ, 2016. Disponível em:<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

DATASUS, 2018. SINASC-Sistema de Informações de Nascidos Vivos. Brasília: 2018. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sinasc-sistema-de-informacoes-de-nascidos-vivos>. Acessado em: julho de 2018.

DATASUS, 2018. SIM-Sistema de Informações de Mortalidade. Brasília: 2018. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sim-sistema-de-informacoes-de-mortalidade>. Acessado em: julho de 2018.

DATASUS, 2018. SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Brasília: 2018. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/>. Acessado em: julho de 2018.

INEP. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acessado em: julho de 2018.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: julho de 2018.

IBGE. Microdados 2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 17 de julho de 2018.

IBGE, Cidades. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em julho de 2018.

IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, Rio de Janeiro – RJ, 2018.

INEP. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/>>. Acessado em: julho de 2018.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea; Campinas: PUC, 2004.

MDS, 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF – 2009.

MDS, 2011. Departamento de proteção Social Especial. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF – 2011.

MDS, 2015. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

MDS, 2016. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

MDS, 2018. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília: 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acessado em: 09 de junho de 2018.

MDS, 2018. Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acessado em: 09 de junho de 2018.

MDS, 2018. Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Brasília: 2015. Disponível em <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>. Acessado em: 09 de junho de 2018.

MINAYO MC. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2004.

MPSC. Disponível em:<<https://www.mpsc.mp.br/noticias/liminar-determina-que-municipios-criem-entidade-de-acolhimento-no-medio-vale-do-itajai?print=sim>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

PC. Polícia Civil – Institucional. S.d. Disponível em: <http://www.pc.sc.gov.br/institucional/policia-civil> Acessado em: 14 de agosto de 2018

RIPSA. Disponível em:<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/ficha_A.16.pdf>. Acessado em: 09 de maio de 2018.

TJSC. Disponível em:<<https://tj-sc.jusbrasil.com.br>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

ATLAS BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/canoinhas_s

